

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela Realizada no dia 27 de novembro de 2014 Ata N.º 11

No dia vinte sete de novembro de dois mil e catorze, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS - Derrama - Taxa a aplicar em 2015;

PONTO TRÊS – Participação variável no IRS para 2015;

PONTO QUATRO – Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a aplicar em 2015;

PONTO CINCO – Minoração da taxa de IMI – Prédios/frações destinadas e arrendamento jovem e instalação de atividades de comércio e serviços após obras de reabilitação;

PONTO SEIS - Orçamento 2015 e Grandes Opções do Plano 2015-2018;

PONTO SETE – Mapa de pessoal para o ano de 2015;

PONTO OITO - Alteração dos Estatutos da AIA - Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal;

PONTO NOVE — Relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação; Reqte: AIRP — Associação dos Idosos e Reformados da Freguesia do Poceirão: Proc.º E-510/2012; Local: Travessa da Escola Primária, em Forninho, na União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Cacoete;
- Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;



- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raúl Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Fernando Luis Justino Coelho;
- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;
- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. José da Cruz Silvério.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

• Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;



- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luis Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis, da CDU, informou a Mesa não lhe ser possível estar presente, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição compareceu a Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria.
- **Sr. José da Cruz Silvério,** Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, fez-se substituir pela **Sra. Rute Isabel Morgado Trindade,** Tesoureiro da Junta, que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse do novo Membro, a saber: **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria da CDU**, que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que ficará apensa à presente, foi empossada no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Gostava de recordar que nós hoje temos uma ordem de trabalhos grande, isto é, grande mas sobretudo com pontos que são muito importantes e por essa razão é natural que a discussão seja longa.

Entretanto provavelmente com essa preocupação nós temos na Mesa, para tratar no respectivo período, uma proposta do PS, isto é uma sugestão do PS para discutirmos duas Moções, uma sobre o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres e outra em defesa dos postos de trabalho do Instituto de Segurança Social e temos depois uma Saudação que eu própria gostava de propor, colocar à consideração das Sras. e dos Srs. Membros da Assembleia, e que tem que ver com aquilo que foi notícia hoje, uma notícia boa no nosso país, o reconhecimento do Canto Alentejano como Património da Humanidade.

Portanto com esta introdução e não havendo outros temas entretantos identificados, nós vamos então passar a palavra mesmo aos Srs. Munícipes para colocarem as suas questões.

Período de Intervenção dos Munícipes

O Sr. Manuel Henrique Figueira:

"Boa noite, o meu nome é Manuel Henrique Figueira, eu queria fazer uma pequena intervenção, não sei se a Sra. Presidente me permite não é muito longa mas serão uns cinco minutos mais ou menos, calculo eu."



A Sra. Presidente da Mesa:

"Cinco minutos?"

O Sr. Manuel Henrique Figueira:

"Talvez, não sei? Se for possível, se não for possível não há problema."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Olhe diga-me só uma coisa, vai ler um documento, é isso?"

O Sr. Manuel Henrique Figueira:

"Não, digamos é uma intervenção pessoal."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Ah está bem, está bem, pronto tudo bem, sim senhor faz favor de fazer."

O Sr. Manuel Henrique Figueira:

"Saúdo a Sra. Presidente e na sua pessoa os eleitos e os restantes presentes. Tentarei ser breve começando e terminando de forma positiva, embora pelo meio possa desagradar mas serei verdadeiro.

O começo positivo saúdo a significativa baixa do IMI para o ano, o que mostra que se temos razão e fundamento devemos protestar sendo incompreensível o desagrado que causa a quem tanto protesta noutras circunstâncias. Agora o que vem pelo meio, mas a baixa do IMI é feita sobre uma injustificável aumento de vinte por cento em dois mil e doze apesar da baixa cosmética de dois mil e treze, da mais substancial deste ano e de outra semelhante prometida para o ano estaremos em dois mil e quinze como em dois mil e doze, com zero vírgulas quatro.

Mas os munícipes em geral perderam vinte a trinta por cento de rendimentos e a receita do IMI subiu da casa dos oito milhões para os onze pontos quatro milhões, números reais, veremos como fica para o ano com o jackpot do fim da cláusula salvaguarda.

No portal das finanças há já duzentos e sessenta duas taxas para dois mil e quinze, das trezentas e oito possíveis que representa oitenta e cinco por cento, apenas vinte e nove tem zero cinco e mais de nove repito superiores a zero quatro, uma em Palmela e quatro dessas novas são no distrito de Setúbal. Zero quatro é a média do intervalo, há um abaixamento geral das taxas em todo o país, menos no distrito de Setúbal e concretamente em Palmela há um aumento significativo este ano, mas a partir daquela base que eu falei há pouco. A média nacional das trezentas e oito câmaras, desde dois mil e três até dois mil e catorze, tem sido sempre baixa e à volta de três pontos cinco ou melhor zero trinta e cinco, às vezes um pouco menos. Sistematicamente quer em Palmela, quer nas câmaras do distrito têm ficado muito acima, sempre no máximo ou lá perto. O país é o mesmo, as leis que regem as autarquias também, a maioria pode pelas baixas, a minoria não é estranho, esta comparação é legítima, inclui as taxas de trezentas e oito câmaras, parâmetros iguais para todas e publicados no portal das finanças, parece que só é legítimo comparar os preços da água sem parâmetros universais só conhecidos de algumas câmaras, sempre se pode escolher aquelas que dão mais jeito.

Não falo do IMI por obsessão, nem por ser neoliberal, não querer pagar impostos, desejo é que este seja razoável porque é o mais injusto e incide sobre um bem que realiza um direito constitucional, o direito à habitação. É o mais violento, leva metade a mais de um ordenado à maioria das pessoas, incide sobre um bem que custou muito a obter. Na maioria das pessoas não há escapatória, no limite sem comida haverá uma Cáritas que nos socorre sem casa não se pode viver.



Que dizer das justificações para este saco fiscal no IMI e noutros impostos, mas destes não irei falar, agora é para o social, transportes escolares, natação gratuita, etc. Ter sensibilidade social mais do que distribuir é não tirar, os pais das criancinhas precisam que não lhes tirem para lhes poderem dar tudo o resto de que necessitam. É para fazer obra, o concelho é muito extenso mas não é preciso vir aos seus confins para encontrar falta de obra, há meses queixou-se aqui um munícipe nesta Assembleia Municipal dos buracos na estrada do seu bairro e de não ter esgotos, é nas traseiras do Lidl, aqui bem perto de nós.

Na Assembleia de Freguesia, que funcionou em Aires há uns meses, um munícipe disse que o seu prédio espera há catorze anos por cem metros de ramal à rede de esgotos, já possível na segunda fase de Urbanização de Aires. Há pouco estes correram cinco meses a céu aberto e a Câmara entretanto nestes catorze anos já lá pôs oito bombas de escoamento mas falta a ligação.

Mais abaixo os esgotos da REPSOL junto ao Mcdonald's correm a céu aberto até ao Padre Nabeto e à Estação da CP, um pouco mais abaixo no Bairro da Quinta das Asseadas não há rede de esgotos.

Voltando a Aires, é urgente pôr quatro lombas nas passadeiras de peões na rua da Igreja até à escola de Aires, antes que lá morra alguém devido ao excesso de velocidade incríveis todos os dias, o sinal vermelho é olhar para ele e ver quantas vezes é ultrapassado com o sinal vermelho ativo.

Dos setecentos metros de estrada para asfaltar junto à Estação da CP, que aqui falei há um ano, nem as bermas foram arranjadas, para se evitar uma piscina quando chove.

Vou terminar com uma nota simpática, a revista "Visão" falando das autarquias com dívidas, entre trezentos e quatro e setecentos e oitenta e sete por cento da receita, referia um conhecido dinossauro autárquico, agora dirigente de bombeiros e de clube desportivo, que após trinta e sete anos deixou a maior dívida per capita e cinquenta por cento dos munícipes sem esgotos. Nas reuniões autárquicas havia um polícia, pois ele insultava quem se lhe opunha. Espero que em Palmela continue esta boa prática de se ouvir o que desagrada, de preferência sem acusações de encomendas assessorias ou atentados de caracter, os eleitos não estão acima do escrutínio público e não se devem esquecer do ditado popular muito sábio, "ouve quem te critica e afasta-te de quem te lisonjeia".

Muito obrigado pela vossa atenção."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito obrigada também. Já agora só para o senhor saber, provavelmente conhece, mas nós de seguida faremos um período em que o Sr. Presidente tem oportunidade, aliás tem no início desta sessão sempre oportunidade, de responder aos senhores munícipes. Como nós hoje estamos a trocar aqui um bocadinho a ordem à sessão vou sugerir que o Sr. Presidente, daqui a pouco, quando começarmos as questões e provavelmente quererá esclarecer também colocadas pelos Srs. Membros da Assembleia, possa responder ao senhor Munícipe. Vai continuar na Assembleia, não é verdade? Pronto sim senhor."

Período de Antes da Ordem do Dia

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem então vamos continuar. Eu gostava que os Srs. Membros da Assembleia aceitassem que começássemos esta nossa discussão então com apresentação de uma Saudação, que eu própria gostava de fazer, que tem que ver então com o reconhecimento do Cante Alentejano como Património Cultural e Imaterial da Humanidade."

<u>Saudação " Reconhecimento do Cante Alentejano como Património Cultural e Imaterial da Humanidade"</u>



Tomou a palavra a **Sra. Presidente da Mesa**, para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, tendo sido admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezoito da CDU, seis do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

"Pergunto aos Srs. e às Sras. Membros da Assembleia se querem usar da palavra sobre este assunto?

Tenho ali um pedido do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palmela e depois da parte do PS, do Sr. Membro Raúl Cristóvão. Sr. Presidente Fernando Baião."

O Sr. Fernando Baião da CDU:

"Sra. Presidente, boa noite a todos. Também me quero associar a essa Saudação e quero, se a Sra. Presidente me permitir, fazer aqui um cante de uma quadra alentejana. Se me dá licença, eu vou começar."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Se a Assembleia não tiver nada a opor."

O Sr. Fernando Baião da CDU:

"Para simbolizar aquilo que aconteceu hoje que é o Cante Alentejano Património Imaterial da Humanidade, passo a cantar."

Após o cante a intervenção foi saudada e aclamada pelo plenário.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Srs. Membros da Assembleia, Sr. Membro da Assembleia Raúl Cristóvão, por favor tem a palavra representação do Partido Socialista."

O Sr. Raul Cristóvão do PS:

"Muito obrigada Sra. Presidente. Boa noite Sra. Presidente e restantes membros da Mesa, boa noite Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia, Srs. Jornalistas, Srs. Técnicos de Câmara, Srs. Munícipes.

Nada melhor que, se calhar, começar esta Assembleia com esta Saudação que a Sra. Presidente fez ao Cante Alentejano que é a mesma coisa que saudar os Alentejanos, e que são muitos, como eu que neste concelho vivem ou trabalham. Hoje foi mais um dia que já tínhamos vivido, nomeadamente os Eborenses, um dia maravilhoso há uns anos atrás quando foi a Cidade Património Mundial, vivemos hoje mais alargadamente a cultura e o sentir e a alma que é o Cante Alentejano, porque o Cante atravessa todo o Alentejo, embora tenha um expressão mais forte no baixo, mas efectivamente é, como alguém dizia, um tom monótono, lento, com os altos e os baixos e os pontos que dão uma sonoridade que a todos nós, que os ouvimos, nos envolve.

Ninguém pode ficar indiferente à voz, à lentidão, ao passo, ao verso, como o Sr. Presidente ali disse, porque o verso é muito importante no Cante Alentejano e, portanto, é uma afirmação que nos honra a nós alentejanos, que nos honra a nós como portugueses e acho que vai honrar o mundo porque é uma cultura, e as culturas mais localizadas, mais regionais são importantes de serem preservadas. Portanto acho que estamos todos de parabéns e nós, com muito orgulho, acompanhamos esta Saudação."



A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, sim senhor, tem a palavra pela parte do PSD/CDS, a Membro Rosa Pinto por favor."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Ora muito boa noite a todos na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia, estendo os meus cumprimentos a todos os presentes, não diferenciando ninguém em especial.

Também me honra muito porque também sou alentejana, coincidência, efectivamente ainda me falta cumprir uma promessa que fiz aí a uns ex. autarcas do Bairro Alentejano, que talvez cumpra, a Vereadora Adilia está-se a rir. Também fico honrada, gosto do Cante Alentejano, como alentejana, às vezes somos lentos mas é só para parecer, nem sempre assim é. Há muita gente em Palmela que também é alentejana e de outras localidades, não são só de pessoas aqui nascidas, é um concelho um bocadinho já multicultural nalguns aspectos e parabéns ao Sr. Presidente pelo cante, mas ainda temos que ir os dois aos ensaios."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem obrigada, é também um incentivo tendo em conta as nossas, enfim o projecto que dinamizamos na nossa região e do qual não desistimos de qualquer modo, não é? Que é o do reconhecimento da Arrábida, penso que esta vitória é também um incentivo para todos nós para continuarmos com o projecto da Arrábida e com o seu reconhecimento também, como Património da Humanidade.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta Saudação, quem vota contra? Quem se abstém? Ouem vota a favor?"

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezoito da CDU, seis do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

A **Sra. Carla Oliveira do PS** iniciou participação nos trabalhos pelas 21:10 horas.

Moção do PS "Congratulação pelos 35 anos do Serviço Nacional de Saúde"

Tomou a palavra a **Sra. Ilda Fino** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por maioria, com vinte sete votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efectuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O Sr. Domingos Rodrigues da CDU:

"Muito obrigada Sra. Presidente. Através da Sra. Presidente saudação a todos os presentes.

Começando pelo fim, nós estamos de acordo com esta Moção apresentada pelo Partido Socialista. Aliás, tendo em conta da extensão da nossa ordem de trabalhos, e assim que apareceu esta Moção, à qual não temos nada contra, nós também tínhamos uma Moção que ia neste caminho e retirámos a nossa Moção, e vai na mesma linha desta, não valia a pena ter duas Moções.

Mas uma questão ou outra que, apesar de estarmos de acordo com ela, gostaríamos de avançar. Se o Partido Socialista estivesse de acordo, nós pensamos que o terceiro ponto devia de ser um pouco mais acrescentado. Infelizmente o despedimento agora não é, isto é um despedimento da nossa óptica de ver o problema de setecentos trabalhadores na área da Segurança Social, mas aqui também fala nas privatizações e nós sabemos que através das privatizações, que continuam em andamento, mais trabalhadores é para



serem despedidos incluindo no nosso distrito e em particular no nosso concelho. Já agora dados oficiais, para nós estes dados oficiais não correspondem à realidade do desemprego, gostaria de transmitir os últimos dados oficiais correspondentes ao mês de agosto que dá no distrito de Setúbal sessenta mil setecentos e oitenta e quatro desempregados e que o nosso concelho está neste momento com três mil novecentos e noventa e três, com uma escala de continuar a subir. Por isso nós propúnhamos, se o Partido Socialista estivesse de acordo, porque nós estamos de acordo com esta Moção, mas que acrescentássemos no terceiro parágrafo, na nossa opinião, as nossas preocupações que temos com o aumento do desemprego na base daquilo que eu acabei de referir ainda agora. Gostaríamos de ouvir a opinião dos componentes que fazem parte e que fizeram a apresentação desta proposta."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, mais alguma questão por favor, antes de passar a palavra ao Partido Socialista."

A Sra. Ilda Fino do PS:

"Creio que não há problema, até porque nós temos aí também um parágrafo que fala da questão da privatização dos serviços. Agora era uma questão de concretizar, se calhar, só a alteração da redacção no sentido de se acrescentar.

No quinto parágrafo já fala na questão da privatização dos serviços que têm tendência a aumentar, eu não percebi muito bem aí era falar sobre a questão do aumento do desemprego, acrescentar esse ponto, tudo bem não há nada contra, acho que se pode editar o aumento do desemprego."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Temos ali um pedido do Bloco de Esquerda também, por favor, tem a palavra."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Boa noite Sra. Presidente, permita-me cumprimentar na sua pessoa todos os presentes, Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia, Funcionários da Câmara e Técnicos e Público aqui presente, bem como os Jornalistas.

De referir que vamos votar a favor desta Moção, com as propostas que a CDU apresentou para juntar à Moção, e também dizer que é mais uma medida que este Governo tem vindo a fazer para aumentar o descalabro das funções sociais do estado nomeadamente da Segurança Social.

São as medidas do emprego que este Governo do PSD e do CDS muito tem vindo a trabalhar. É o tal emprego que eles dizem a despedir funcionários públicos e ainda para mais na Segurança Social que é uma função social do Estado tão sensível que faz tanta falta às pessoas, aos cidadãos e cidadãs deste país. Muito obrigado Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito obrigada também, tem a palavra o PSD/CDS, por favor."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Ora muito boa noite a todos como já referi há pouco.

Esta Moção, efetivamente, nós hoje optamos por não trazer Moções porque dada a extensão da ordem de trabalhos e os problemas concretos do nosso concelho, no que diz respeito às competências da Câmara Municipal, no entanto não nos vamos abster de tecer aqui alguns comentários.



O processo de requalificação de serviços, é uma lei de dois mil e seis do tempo do Governo do Partido Socialista, nomeadamente do Eng.º José Sócrates, e esse enquadramento de procedimentos relativamente à extinção, fusão e restruturação de Serviços da Administração Pública foi nessa lei concretizada.

No que diz respeito à Segurança Social eu não tenho dados concretos ainda sobre despedimentos, portanto não poderei votar favoravelmente esta Moção. Gosto de falar de coisas concretas com decisões concretas, efectivamente sabemos que houve cartas dirigidas aos trabalhadores para a requalificação, não tenho neste momento dados concretos portanto não vou votar favoravelmente esta proposta.

Os meus colegas com certeza terão dados mais concretos do que eu, de modo que remeto a votação desta lei do Governo do PS, que é mencionada aqui, para os partidos votarem favoravelmente."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP** ausentou-se da sala pelas 21:17 horas.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mais alguma intervenção? Tem a palavra Raúl Cristóvão do Partido Socialista."

O Sr. Raúl Cristóvão do PS:

"Muito obrigado Sra. Presidente. Só para esclarecer que o Partido Socialista não foge às suas responsabilidades, mas esclarece que durante a aplicação desta lei durante o seu mandato deu zero, zero, zero despedimentos. A lei não é uma lei de despedimentos, é uma lei por causa da mobilidade e portanto o que está aqui neste caso é claramente, e isso foi admitido pelo Senhor Ministro, uma dispensa de pessoal que ele considera estar a mais numa tentativa, mais uma, de privatizar a Segurança Social do país e é isso que está claramente aqui em causa. O que está aqui em causa é a má aplicação da lei e portanto a responsabilidade da má aplicação da lei é só, e somente, deste Governo e deste Ministro do Emprego e Segurança Social."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mais alguma intervenção sobre este assunto? Então não havendo vamos votar esta Moção pela Defesa dos Postos de Trabalho na Segurança Social. Sras. e Srs. Membro da Assembleia quem vota contra? Quem se abstém?"

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS e dois do BE) e dois votos contra do PPD/PSD.CDS-PP.

Moção do PS "Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres"

Tomou a palavra a **Sra. Elizabete Cavaleiro** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP** reiniciou a participação dos trabalhos pelas 21:22 horas.

Sobre a Moção foram efectuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.



O Sr. António Mestre da CDU:

"Boa noite Sra. Presidente na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Em primeiro lugar saudar também esta Moção em nome da Bancada da CDU, votaremos obviamente a favor dela, aliás já é a segunda vez que vem uma Moção do género a esta Câmara e é aprovada. Reiteramos a nossa posição, queríamos aqui fazer o nosso repúdio a este flagelo do século XXI, mas que não é do século XXI, século XXI só lhe deu a visibilidade que ele merece para que, de uma forma mais conscienciosa, possamos atuar sobre ele.

Eu permitia-me só, se o aceitassem, fazer-vos um pedido de alteração. No sexto parágrafo que inicia com a violência com base no sexo, que fosse substituído para violência com base no género e não no sexo. Porque já está em baixo depois dentro das causas a questão do sexo, portanto é uma questão de género e para mais é essa que hoje em dia é efetivamente considerada a grande violação de todos os princípios humanos e de um condição que é a condição de género e não a condição de sexo, portanto permitia-me só fazer esta sugestão se a aceitarem obviamente votaremos a favor."

A Sra. Elizabete Cavaleiro do PS:

"É assim a questão da nomenclatura da definição de género e de sexo neste caso na nossa opinião não se aplica, porque o dia em causa é mesmo o dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres e o género engloba homens e mulheres, portanto não sei se depois irá desconfigurar a mensagem que efectivamente é contra as mulheres."

O Sr. António Mestre da CDU:

"Mas como abaixo dentro das formas de violência, já fala em particular sobre o sexo, sobre a violência, sobre o sexo e aqui assim, não é uma caracterização geral de violência era só essa sugestão por estar de acordo."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Havia um pedido de intervenção do Bloco de Esquerda, tem a palavra Tânia Oliveira."

A Sra. Tânia Ramos do BE:

"Tânia Ramos, Tânia Ramos."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Oh! Desculpe, Tânia Ramos."

A Sra. Tânia Ramos do BE:

"Muito boa noite Sra. Presidente. Cumprimento o Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Membros da Assembleia, Público em geral, Técnicos da Câmara e também a Comunicação Social agui presente.

Gostaria de dizer que nós vamos votar a favor esta Moção e parabenizar mais uma vez este tema ter vindo à Assembleia Municipal. Gostaria, também, de referir que é importante e que nós como Membros desta Assembleia temos o papel e uma responsabilidade acrescida perante aqueles que nos são próximos, perante os nossos grupos de pares, de tentar mudar uma questão que é cultural, tentar mudar que estas mulheres que vivem no silêncio, que vivem na escuridão possam vir através de vizinhos, de colegas de trabalho, possam ver alguém que esteja disponível para ajudar nesta conquista do direito que é o direito a não ser violentada.



Mas eu também gostaria de referir que para além do combate de uma mentalidade que está abraçada também como dependência monetária normalmente do companheiro, do cônjuge, ou dos filhos, que é normalmente quando acontece a violência é por estas personagens, existe também a uma situação até há anos atrás que é quando existe uma denúncia de violência doméstica a única hipótese é que a mulher saia de casa e isso tem de ser combatido. Não tem que ser a mulher que tem que sair de casa, tem de ser aquele que pratica o ato, aquele que pratica o crime público é que tem que sair de casa, não é a mulher nem os filhos e são estas situações, são estas armas, que têm que ser levantadas para que aqueles que são vitimas tenham a capacidade de se erguer e de combater de forma a que a vergonha e que o silêncio possam ser postos de lado. Muito obrigada."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada também, havia um pedido da parte do PSD, por favor, Carlos Vitorino tem a palavra."

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:

"Não vamos começar aqui uma guerra de microfone. Sra. Presidente, cumprimentando na Sra. Presidente todos os presentes, referir-lhe que a bancada do PSD.CDS-PP está totalmente de acordo com o teor da Moção e com a sua actualidade, apenas sugeríamos que esta Moção pudesse englobar mais alguns largos milhões de mulheres do que aquela que engloba.

Ou seja, não está aqui referida a violência religiosa, não está aqui referido que há locais em que as mulheres não podem conduzir, não podem ter direitos, não podem sentar-se numa sala destas e eu acho que essa parte e essa intolerância religiosa para com as mulheres, que neste momento afecta milhões e milhões de mulheres em todo o mundo, deveria estar aqui plasmada. É evidente que por vezes na Europa tem-se um sentido politicamente correto que faz com que se esconda um pouco a cabeça na areia, estilo avestruz, eu acho que não devemos esconder eu acho que nós devemos de referir aqui aquela que é uma das maiores violências que neste momento também existe contra as mulheres que é a violência religiosa. Se o Partido Socialista assim o entender acho que ficaria bem, se não votaremos obviamente favoravelmente a Moção sendo certo que achamos que ficam alguns milhões de mulheres fora. Disse."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada, pergunto ao Partido Socialista se quer aceitar algumas das sugestões?"

A Sra. Elizabete Cavaleiro do PS:

"Podemos colocar quando se faz aqui a definição das diferentes formas de violência mas quer dizer, podemos tipificar uma série delas, não é? O Partido Socialista quis assinalar este dia e não quis de alguma maneira tirar proveitos políticos desta data, porque se assim o fosse também espelhávamos aqui alteração legislativa que foi uma lei, não feita por nós, em que o crime de violência doméstica passou a ser um crime público e não é essa a ideia desta Moção.

Mas se o Sr. Deputado achar que é importante colocar a religião sim senhor, por mim não tenho nada contra, embora a religião não seja um problema único de violência contra as mulheres, as mulheres não são violentadas porque são católicas e são mulheres."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Vamos, vamos lá consensualizar, isto é, vamos lá generalizar a discussão e consensualizando ou não sobre estas alterações, mais intervenções?"

O Sr. Raul Cristóvão do PS:



"Muito rápido, eu acho que quando está ali todas as formas engloba tudo, seja em que ponto geográfico do mundo for, seja que tipo de violência for, porque nós na nossa cultura ocidental consideramos violência algumas coisas, noutras culturas consideram violência outras e nós não temos que vir, temos que dizer é que não estamos de acordo contra a violência, contra o ser humano, neste caso concreto contra a mulher, como não estamos a favor de nenhuma violência contra ninguém e portanto eu acho quando se ali diz, contra qualquer tipo está feito para tudo e não é preciso elencar um conjunto de situações que podemos até ser redutores, é só isso."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Tem a palavra por favor, Rosa Pinto."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Bem, como o Carlos Vitorino disse, nós em todo o caso votaremos favoravelmente, no entanto aqui no quinto parágrafo e eu, como mulher, defendo efectivamente que aqui seja inserida também a religião.

Neste parágrafo independentemente do seu rendimento classe, raça, origem étnica, religião, há gente que por motivos religiosos é perseguida e não são só os católicos, até dentro da própria religião muçulmana portanto nem estamos aqui a mencionar aqui uma religião em específico e portanto acho que os europeus quando dizem que no Parlamento Europeu são um bocado, vá lá entre aspas não ofendendo, hipócritas.

A verdade quando nós vamos para certos países temos que aderir aos usos e costumes, na Europa isso não se passa e portanto somos mais livres na europa, no entanto os casos de violência existem à mesma não é? Se me disserem do ponto de vista religioso por exemplo algumas excisões genitais, isso são casos concretos portanto não estamos aqui a excluir mas a incluir novos caso de violência doméstica."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Bem vamos, não sei se o PS quer, enfim, concluir alguma coisa, mas eu sugeria o seguinte: Primeiro parece-me pertinente a sugestão feita pela CDU, porque a seguir está muito bem, quer dizer é um problema de assédio moral e de assédio sexual, em cima de facto é uma questão de género, não é? Portanto aí, se calhar, assumíamos essa alteração, não é? Portanto onde se diz a violência com base no sexo, aceitava-se a sugestão da CDU de "género".

Depois relativamente à questão religiosa eu diria que ela tem outros contornos quer dizer independentemente do nosso ponto de vista ser, enfim, constituir claramente e em muitas situações também formas de violência sobre as mulheres de facto é uma outra discussão julgo eu, não é?

De qualquer maneira aqui se quisermos assumir que são todas as formas não é a violência com base no género, não é? Assumiu e continua a assumir diferentes formas. Ou se diz aliás no período seguinte à violência doméstica,... junta-se o tráfico de mulheres, raparigas e a crescente violência contra as mulheres e raparigas em situações de conflito armado, ou se diz aqui de certa maneira entre outras, não é? De facto há outras formas de violência e podemos não estar a escalpelizá-las, ou então também não vejo mal que se possa aceitar que há por razões religiosas também há formas de violência sobre as mulheres."

A Sra. Elizabete Cavaleiro do PS:

"Aceito a sugestão entre outras formas de violência, porque também há outras formas não físicas e não está aqui espelhado por exemplo a violência psicológica, não deixa de ser violência e acho que encerra-se os conceitos."

A Sra. Presidente da Mesa:



"Ok, então talvez o "entre outras" nesse parágrafo à mesma, no período que começa a violência doméstica, tal, tal, tal, junta-se "entre outras".

Podemos votar então? O PSD aceita a sugestão "entre outras", ou insiste na questão."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Nós aceitamos e faremos uma declaração de voto."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem. Tudo bem? PS? Então vamos votar? O Bloco de Esquerda não disse mais nada, está de acordo? Vamos votar, quem vota contra? Quem se abstêm? Quem vota a favor?"

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"O nosso voto favorável, como referimos, baseado em como somos contra toda a violência contra as mulheres. É certo que também há violência contra os homens, embora numa percentagem mais pequena segundo as indicações e as percentagens que todos conhecemos, no entanto consideramos que actualmente ao nível religioso sobretudo nalgumas franjas mais sectárias de algumas religiões, consideramos que teria sido importante mencionar aqui também o facto religioso, porque efectivamente quer em África, quer no Médio Oriente morrem muitas crianças, sobretudo muitas mulheres, porque os homens normalmente morrem na querra baseados também neste problema, e que são violentadas diariamente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, então vamos, concluído que está este ponto de apresentação de Moções e Saudações, nós vamos então entrar no período em que os Srs. Membros da Assembleia..."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Era para fazer uma Recomendação, ainda faz parte do período antes da ordem do dia, é sobre a questão da inexistência de uma paragem ou de um resguardo de uma cobertura..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sim íamos entrar agora nesse ponto. Eu ia só perguntar e fazer um apelo, não é?, a alguma contenção da nossa parte na medida que temos um largo debate sobre a actividade do município, orçamento etc., mas não deixo de perguntar aos Srs. Membros da Assembleia se desejam falar sobre este assunto.

Quem é que vai desejar intervir, não é sobre este assunto é neste ponto, quem é que vai desejar intervir colocando questões ao Sr. Presidente?

Uma intervenção, duas intervenções, três intervenções, muito bem então vamos avançar, tem a palavra o Bloco de Esquerda."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Ora mais uma vez boa noite a todas e a todos. É só para chamar a atenção para o facto na Escola Alberto Valente, no Pinhal Novo, devido ao facto de haver uma paragem da carreira urbana junto à Escola Alberto



Valente, não existência de uma cobertura ou de um resguardo que permita que os pais e as crianças que esperam a abertura da Escola, ou que esperam o transporte, estão sujeitos às condições climatéricas existentes no local durante o embarque e o desembarque do transporte.

É necessário que a Câmara proceda à construção, à colocação de uma cobertura para dar condições a quem tem que esperar pelo transporte.

Se tomarmos como exemplo os dias que se têm verificado, as condições climatéricas que se têm verificado ultimamente é fácil constatar que as crianças estão sujeitas a apanhar umas grandes molhas, ou no caso de numa outra altura quando fizer calor estar ali sujeitas também ao sol e a condições extremas do clima, era só isso que eu queria dizer."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada, tem a palavra pelo Partido Socialista José Manuel Silvério."

O Sr. José Manuel Silvério do PS:

"Muito boa noite a todos, muito obrigada à Sra. Presidente. Quero apresentar os cumprimentos à Sra. Presidente, aos restantes Membros dessa Mesa, os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores, caros colegas da Assembleia, comunicação Social, Técnicos em exercício aqui hoje da Câmara Municipal e público presente.

Eu pedi-lhe a palavra ao Sr. Presidente para colocar ao Sr. Presidente da Câmara duas questões muito breves, também relacionadas com escolas e que tem a ver a primeira com a Escola Secundária de Pinhal Novo, onde foram retirados aos alunos o abrigo da paragem de autocarros na Rua Professor Orlando Ribeiro, tendo este abrigo mudado para o futuro portão da Escola que ainda continua fechado, continuando as crianças a apanhar os autocarros ainda no mesmo sítio, os alunos daquela escola apanham enormes molhas à espera do transporte, que agora não tem lá nenhum resguardo, nenhum abrigo, e alguns como os da zona norte do Poceirão andam dentro do autocarro uma hora e meia completamente encharcados como tem acontecido nos últimos dias, ainda hoje aconteceu isso, e esta é uma situação que vai para dois meses que está a acontecer com aquelas crianças.

Sendo o Sr. Presidente da Câmara um conhecedor privilegiado desta situação deve-lhe cortar o coração saber que aquelas crianças passam por isto. Não me pode dizer que a culpa é do empreiteiro da escola porque ainda não acabou as obras de forma a abrir o novo portão, nem dos TST, porque era só o que faltava que era que essas empresas ditassem as regras no nosso território, para isso não era precisos autarcas se não for para defender os seus munícipes.

Mas também em relação à futura entrada daquela escola acho estranho que tendo sido a Câmara a fazer os arranjos exteriores, e corrija-me se estiver enganado, fez apenas uma laje para um abrigo de paragem onde apenas cabem oito alunos e não podem ser muito cheiinhos senão, não cabem lá. Estamos a falar na maior escola do Concelho com cerca de mil e quinhentos alunos e das maiores do Distrito e eu aconselhava o Sr. Presidente a visitar várias escolas secundárias do Distrito, nem precisava de ir pelo país era só no Distrito, e vai ver quantas vê só com um abrigo e tão pequeno. Eu sei que o Sr. Presidente disse sempre quando as coisas não lhe agradam, mas deveria de ouvir com atenção porque é uma pessoa que é sensível para este aspecto e para aquela Escola em particular.

Senhor Presidente não haverá com certeza em mais escolas secundárias do distrito com um número tão grande de alunos uma situação daquelas e o abrigo é, nós sabemos que é dos TST, mas a Câmara se calhar deveria ter feito logo à partida uma laje maior para que eles colocassem lá um abrigo maior. Não podemos ser um concelho grande com tudo em pequenino. Também é preciso não esquecer que chegam e partem desta escola todos os dias de manhã e à tarde e ao almoço três autocarros ao mesmo tempo para transportar os alunos daquela escola e a reentrância no passeio só dá para um Sr. Presidente, ficando os outros dois autocarros no meio da rua e neste caso à frente do portão da escola. O que eu peço ao Sr. Presidente nesta matéria, isto não é difícil e não vale a pena, o Sr. Presidente faz sempre esse ar de chateado, o Sr. não é o dono da razão, aqui nós todos, nós temos que nos ouvir uns aos outros e eu



aconselhava o Sr. Presidente naquela situação, a talvez na zona sul do portão, portanto na parte de trás quem vai daqui para lá, pudesse colocar lá mais uma paragem com abrigo e arranjar espaço para os outros dois autocarros até porque o passeio já está preparado para isso. Isto tudo partindo do princípio que os arranjos exteriores da escola foi da responsabilidade da Câmara, posso estar aqui equivocado, mas creio que foi.

Também gostaria de transmitir ao Sr. Presidente que a comunidade educativa da escola de Cajados lhe solicita mais contentores do lixo para aquela escola e a colocação de ecopontos também para aquela escola, porque as escolas instroem os alunos a separar o lixo e depois tem que dar o exemplo obviamente. Muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada, tem a palavra o PSD/CDS Maria Rosa Pinto por favor."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD. CDS-PP:

"Eu era só para referir que temos algumas questões, mas que aproveitaremos nas informações do Sr. Presidente porque estão ali relacionadas."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, o Bloco de Esquerda para terminar."

A Sra. Tânia Ramos do BE:

"Eu gostava de me dirigir ao Sr. Presidente, de certeza que é relembrar uma situação é a estrada da Coca-Cola, porque agora que vieram estas cheias. Sabemos que existe imensos cidadãos que vivem na Quinta do Anjo e vivem em Cabanas e que se deslocam para ir apanhar a auto-estrada, é impossível circular naquela estrada o que acontece é que já houve mais do que um acidente esta semana e tem sido muito difícil circular lá com os carros e era só essa a preocupação que gostaria de deixar, muito obrigada."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada, pergunto então ao Sr. Presidente da Câmara se quer responder às questões colocadas recordando que há uma questão do Sr. Munícipe Manuel Henrique Figueira, se quiser eventualmente ter alguma consideração, pode ser neste ponto também."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito obrigado Sra. Presidente. Cumprimento cordialmente todas as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia, as Sras. e os Srs. Vereadores que aceitaram hoje o convite para estar hoje aqui também nesta sessão, as Sras. e os Srs. Munícipes, as Sras. e os Srs. Jornalistas e os nossos Trabalhadores do Município.

Com certeza e com todo o prazer responderei às questões suscitadas mas começaria por dizer que o Sr. Munícipe Manuel Figueira não colocou propriamente nenhuma questão ao município, fez uma declaração politica, tem toda a liberdade para fazê-la, anotei alguns aspectos que não constituem novidade, recenseamento de uns buracos ali, de uma falta de saneamento acolá, aliás conhecemos muito bem e precisamente por conhecermos muito bem, sabemos aquilo que é possível fazer, quais são os constrangimentos técnicos, quais são os constrangimentos legais e quais são os constrangimentos financeiros e portanto anotei esses aspectos o resto são opiniões, são comparações. Certamente terei oportunidade de contrariar algumas delas quando debatermos as nossas propostas de IMI, e outras opções em matérias de impostos municipais, sendo que as comparações, enfim, têm muito que ver se calhar com



parâmetros, com aquilo que está feito em cada concelho, com o preço de construção metro quadrado em cada concelho, o peso das transferências do Orçamento Geral do Estado que cada concelho tem.

Se calhar também era bom perceber que poderemos continuar daqui a cinquenta anos a dizer em qualquer ponto do país que haverá sempre um local que ainda não tem saneamento, é normal porque o saneamento não tem de ir à porta de cada um nas zonas dispersas. Eu moro numa zona rural, numa zona dispersa e obviamente não tenho saneamento, tenho o meu sistema de saneamento devidamente regularizado, legalizado, recorro aos serviços municipais ou aos serviços de privados, mas não tenho a rede de saneamento à porta e para tê-lo possivelmente os outros meus concidadãos e munícipes do concelho teriam que pagar muitos IMI's e muitos mais impostos para levar um emissário e uma rede de saneamento ao local onde eu, e muitas pessoas deste território, moram porque somos um concelho que tendo, de facto, três grandes núcleos urbanos somos um concelho iminentemente rural com uma extensa área.

Também para quem quiser informar-se um pouco mais basta consultar o site da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), para perceber que temos oitenta e um por cento dos alojamentos servidos no concelho com dispersão com mais de dezoitos aglomerados e rural, alguns dos municípios que se calhar o Senhor aqui citou, e com referências de taxas de IMI mais baixo, não têm nem de perto nem de longe esta cobertura. Noventa e sete por cento de abastecimento de água sendo que é cem por cento nos perímetros urbanos e cem por cento de águas tratadas, entre outros indicadores.

Portanto para comparar é preciso conhecer e comparação não é razão, eu também podia dizer porque tenho aqui também e seria deselegante até estar aqui a referir alguns concelhos dos tais que têm tido os IMI's a três, a quatro, a três cinco etc., etc., curiosamente noventa por cento deles são filhos do FAM (Fundo de Apoio Municipal), os filhos do FAM se calhar do artigo que o Sr. Manuel Figueira também leu, que eu tenho aqui, são de facto aqueles que agora ainda vão ter de meter as taxas todas no máximo, não é só IMI são muitas outras coisas. Nós não somos filhos do FAM, infelizmente somos contribuintes para o FAM, mas sobre isso também falaremos mais daqui adiante.

Agradeço a questão colocada pelo Senhor Membro da Assembleia do Bloco de Esquerda Carlos Oliveira. A questão do abrigo é pertinente, como seriam pertinentes abrigos em todas as paragens, mas de facto tal não é possível e nós temos monitorizado quantas pessoas mais ou menos apanham o autocarro em cada uma das paragens e obviamente essa não sendo até das mais frequentadas, a paragem, o abrigo melhor dizendo, fará ali sentido até porque numa maneira geral temos abrigos praticamente à porta de todos os estabelecimentos de ensino que têm serviço de transportes, ditos públicos, e portanto registamos e procuraremos no próximo ano responder a este desafio.

Sobre as questões colocadas pelo Senhor Membro da Assembleia José Manuel Silvério, de facto o Senhor várias vezes disse: "... corrija-me se eu estiver errado...". Se eu tivesse de corrigir o Senhor, não o deixava falar, tinha de interrompe-lo mas, pronto, deixei-o naturalmente falar. O Senhor tenta por vezes provocarme pelo facto de eu falar para o lado, ou de sorrir ou de procurar informações, porque os meus colegas de Executivo, somos uma equipe, têm naturalmente algumas informações preciosas que tenho todo o gosto em partilhar com o Senhor.

O primeiro pressuposto errado de V.Exa. é que de facto a obra, e isto é claramente público, é uma obra da responsabilidade da Parque Escolar em que o município teve uma grande responsabilidade, porque não estava previsto ser realizada, e levou a Parque Escolar a assumir a sua responsabilidade porque a Parque Escolar fez uma Escola com uma entrada para uma rua sem consultar a Câmara e sem tratar daquele arranjo.

Aquele arranjo cumpre todas as normas de acessibilidade e de segurança, mereceu a aprovação de diversas entidades e naturalmente da Câmara Municipal que fiscalizou a obra. A obra está concluída há muito e a Escola não abre por responsabilidade da direcção da Escola. Aliás o Senhor Vereador Adilo Costa, no último Conselho Geral de Escola, que decorreu na semana passada, e a Comunidade Educativa que o Senhor refere está informada, porque a Comunidade Educativa é muita gente, são alunos, são associações de pais, professores, são funcionários e tiveram a oportunidade de conhecer o processo e saber que isso é uma opcão da escola de não abrir ainda o portão por questões de cartões, por questões de outra natureza.

Depois a escola, de facto, como outras escolas que eu conheço por todo o país, obviamente que eu não conheço sítios onde autocarros vão lá dois ou três de cinquenta alunos tenham de ter abrigos que



alberguem cinquenta alunos, mais cinquenta alunos, mais cinquenta alunos, desculpe eu não conheço isso em lado nenhum, posso conhecer sítios onde há um, dois abrigos mais do que isso não vejo.

Agora o abrigo destina-se de facto a proteger quem ali aguarda pelo autocarro, mas os alunos com aquela nova entrada, e isto foi devidamente pensado, podem aguardar dentro da escola com todas as condições, e portanto o abrigo foi reparado, foi colocado no sítio de acordo com o projecto sobre o qual os vários parceiros e entidades se pronunciaram. Aquela caixa de tomada e largada de passageiros também é aquilo que se faz em toda a Europa sendo que, se calhar, para as centenas de veículos que nos dias de chuva, e eu não critico, entendem levar os seus filhos à porta da escola teríamos dee criar uma avenida da Liberdade naturalmente para albergar espaço para todos os carros e para todos os autocarros. Senhor Membro da Assembleia a obra nós estamos perfeitamente sintonizados e consideramo-la correta, o único problema e é isso que me faz cortar o coração é que depois do esforço que o município fez para levar a Parque Escolar a construir rapidamente aquele novo acesso a escola ainda não tenha tido a coragem de esquecer os cartões, não é?, porque os miúdos entram na escola sem os cartões neste momento, como entram noutras escolas sem os torniquetes, sem a leitura magnética, então porque é que não podem entrar pelo outro lado? Tem portaria também para o funcionário. Nós defendemos isso mas, infelizmente ou felizmente, não somos Direcção da Escola e portanto lamentamos.

Já agora dizer que também insistimos com os TST para que passasse a fazer já um outro circuito que lhes foi devidamente assinalado e em devido tempo foram alertados para isso, portanto não foi um assunto que começou a ser tratado agora não é? Porque quando se decidiu aquela entrada e aquele projecto os TST também foram consultados e também sabiam o que é que tinham de fazer e portanto se os TST ainda não vão buscar os miúdos lá ao local garanto-lhe que não é por culpa da Câmara, agora que a Câmara tem essa preocupação isso posso confirmar-lhe e as atas do Conselho de Escola darão nota dessa realidade.

Sobre o pedido da Comunidade Educativa da Escola de Cajados se o pedido efectivamente nos chegou, e existe, responderemos sendo que a colocação de ecopontos é da responsabilidade da AMARSUL, que considera que a rácio ecoponto por habitante não justifica mais ecopontos naquele local, mas nós à semelhança do que temos feito noutras escolas, colocamos contentores para recolha selectiva mais pequenos e por vezes quando não vai a AMARSUL vão os nossos próprios funcionários buscar o material para reciclar. Estamos obviamente sempre disponíveis e sobretudo, ainda por cima, quando há projectos de Educação Ambiental.

Sobre a questão colocada sobre a dita estrada da Coca-Cola, ou estrada Vila Amélia, ou estrada Xavier de Lima, chamam-lhe muita coisa é uma estrada que nós herdamos, é uma estrada que neste momento integra a Rede Viária Municipal, temos previsto, apesar de não estar explicitado no nosso plano e orçamento na conservação permanente, ir repavimentando alguns troços, agora Sra. e Srs. Membros da Assembleia, se passarem várias vezes no terreno poderão ter oportunidade de constatar que os nossos trabalhadores, mesmo de baixo de chuva, mesmo sem poderem utilizar as massas quentes, porque são essas que são mais eficazes, têm com massas frias procurado intervir por todo o lado. Temos precisamente à porta da empresa que referiu, estava uma zona onde, enfim, eram quatro buracos e não nos podíamos desviar deles, eu estive lá na sexta-feira, passei pelo local com o Sr. Presidente da Junta de Quinta do Anjo e já depois do horário de trabalho houve uma brigada que foi para o local, mas com esta chuva, enquanto isto não acalmar estes remendos e estes paliativos, e ainda por cima, com massas frias não são eficazes. É infelizmente uma situação que encontramos também por todo o país, nós consideramos que há ali duas intervenções de fundo a fazer, uma na drenagem pluvial junto à rotunda, já agora eu sabia que iria certamente falar nisso mas dizer-lhe que hoje mesmo fiz um despacho, mais um assunto que faltava para conseguirmos autorização da Empresa AXL, para fazer a tal obra que já aqui referi uma vez, de encaminhamento das áquas pluviais para a bacia de retenção da STAPLES que precisa de passar por terrenos da firma. Nós reunimos com o Conselho de Administração da Firma, há três semanas, e o documento que nos solicitaram foi hoje despachado pela Administração Urbanística. Esperemos nos próximos meses que possa haver ali essa obra, não é muito cara, que até nem precisa de ser a Câmara a fazer, porque é uma AUGI do Concelho do Barreiro que ficou com essa obrigação, mas com esta autorização da firma, poder finalmente entrar em obra porque é de facto o problema da drenagem pluvial que mais deteriora o piso.

Quanto aos troços, vamos ter a oportunidade de ver nos próximos anos como é que eles vão avançando. Sra. Presidente espero ter respondido e esclarecido."



A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem Sr. Presidente, obrigada. Vamos então passar de imediato ao ponto seguinte e volto a dar a palavra ao Sr. Presidente para apresentar a Atividade Municipal, portanto entramos na ordem de trabalhos."

Período da Ordem do Dia

PONTO UM — Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

O Sr. Presidente da Câmara:

"Permita-me que a propósito da actividade municipal vos leia o documento que acabou de ser distribuído. Sei que as Sras. e os Srs. Membros têm o documento, mas considerando que temos público e jornalistas faz todo o sentido dizer que neste período, e estamos a falar destes últimos meses até outubro, o Serviço Municipal de Proteção Civil, em parceria com os agentes de proteção civil, elaborou e acompanhou a implementação no terreno dos Planos de Coordenação relativos a dois grandes eventos, que reuniram, em Palmela, muitos milhares de visitantes, designadamente a Festa das Vindimas e a Feira Medieval. Participou, também, na resposta aos pedidos de auxílio decorrentes das intempéries que assolaram o concelho e está a preparar, com a empresa HEMPEL, o exercício de ativação do Plano de Emergência Externo. A Academia da Proteção Civil encontra-se já em atividade e, para além da participação no programa da Receção à Comunidade Educativa, promoveu, em parceria com a Fertagus, uma ação de formação e informação subordinada ao tema "A Organização/Gestão da Emergência Ferroviária do ponto de vista dos Operadores Ferroviários, destinada aos bombeiros do nosso concelho.

O ano letivo teve início em setembro e com ele, a entrada em funcionamento da nova rede de transportes escolares, que abrange 2.620 alunos, dos quais 2.300 são transportados através de circuitos públicos e 320 em circuitos municipais. Foram concluídas intervenções de beneficiação e reparação de equipamentos em diversos edifícios escolares, e deu-se continuidade à obra de reconstrução do muro exterior da EB1 de Palmela n.º 2, em fase de conclusão. O Projeto Educativo Local foi apresentado à comunidade, no âmbito do 1º Fórum PEL, enquadrado na Receção à Comunidade Educativa, que integrou, também, a Mostra de Recursos Educativos sob o lema "Conjugar o verbo Educar", com cerca de duas dezenas de atividades e um momento convívio.

Neste período, importa assinalar, também, as comemorações do Mês da Pessoa Idosa, denominado "Outubro Maior". O programa reuniu milhares de participantes, entre os utentes das IPSS do concelho e o público em geral, com atividades desportivas, espetáculos, ações de sensibilização sobre saúde, a terceira edição da Feira Sénior e o tradicional Chá Dançante. Em reunião plenária do Conselho Local de Ação Social de Palmela, foi aprovado o Diagnóstico Social 2014.

O Centro Histórico de Palmela ganhou mais animação também neste período com os Mercadinhos de Palmela, que trouxeram colorido ao terraço do Mercado Municipal até ao final de outubro, também com os 40 anos do Teatro "O Bando", que foram assinalados com o espetáculo "Quarentena" em diversos espaços da vila, e uma nova dinâmica no urbanismo. Foram aprovados financiamentos para duas candidaturas ao FIMOC — Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação, bem como incentivos fiscais a aplicar em sede de IMI para a recuperação de imóveis e arrendamento neste núcleo urbano. Está a decorrer a obra do Espaço Cidadão e o estudo prévio de requalificação do Jardim Joaquim José de Carvalho encontrase em desenvolvimento. No Mercado Municipal, realizaram-se obras de conservação e beneficiação, que permitiram aumentar a segurança e o conforto deste espaço comercial, com destaque para a pintura das paredes e a aplicação de novo pavimento.



Ainda em Palmela, foi concluída a pintura exterior do edifício dos Paços do Concelho. Em Águas de Moura, foi removida a antena e concluída a empreitada de beneficiação do Centro Comunitário de Águas de Moura, enquanto Poceirão viu concluídas as obras do seu Centro Cultural.

No que respeita ao sistema de drenagem de águas residuais, estão em fase de conclusão a empreitada de ampliação e remodelação das redes de águas residuais domésticas e pluviais e a execução de ramais. Quanto às águas de abastecimento, concluiu-se a conduta de água do Castelo, com ligação à urbanização do Outeiro, o que permitiu melhorias significativas.

A abertura ao público da Ecopista de Pinhal Novo é outro dos momentos marcantes do período em análise, representando a conclusão de um investimento muito ambicionado pela população e de uma nova infraestrutura, amiga do ambiente. A abertura integrou o programa da Semana Europeia da Mobilidade, no âmbito da qual se realizaram atividades diversas de sensibilização para a mobilidade sustentável, entre caminhadas, sessões de cinema, oficinas, passeios de bicicleta e ações para o público escolar. Destaque para a entrada em funcionamento do circuito entre Quinta do Anjo e a Estação Ferroviária da Penalva, via Bairro Alentejano e Bairro dos Marinheiros — um projeto conjunto da Câmara Municipal e da empresa Transportes Sul do Tejo, a funcionar em modo experimental até ao final deste ano. Na área de intervenção no espaço público, foi realizado tratamento preventivo contra a lagarta processionária em mais de sete centenas de pinheiros e duas campanhas de desinfestação e desbaratização das redes públicas de coletores no concelho.

A cultura, o património e o turismo congregam esforços para enaltecer a nossa identidade e levar mais longe o nome de Palmela. Foi o que aconteceu nas já referidas Festa das Vindimas e Feira Medieval, que receberam milhares de visitantes e puseram em destaque os nossos produtos locais de qualidade e a riquíssima história deste território. A Feira Medieval que é a primeira iniciativa do programa de continuidade "Palmela Almenara", em preparação pelos serviços e a implementar em dois mil e quinze. Sublinhar, também, em setembro e outubro, a realização da Festa de Todos os Santos, do FIMP — Festival Internacional de Música — "Palmela, Terra de Cultura" da Filarmónica Palmelense "Loureiros", das Comemorações dos cento e cinquenta anos da Humanitária, do Festival Bardoada e AJCOI e da Queimada ao estilo galego em Pinhal Novo, demonstrativos do grande dinamismo da tecido associativo do nosso concelho.

Os equipamentos culturais municipais mantiveram atividade regular, constituindo-se como espaços centrais de contacto com diversas formas de expressão artística, apresentadas ao público por artistas profissionais e amadores. Na Igreja de Santiago, chegou ao fim a exposição "Catapultas e Máquinas de Cerco", enquadrada por um ciclo de cinema histórico, comentado por especialistas. A DançArte estreou, no Cineteatro S. João", a produção "Senhores da Vila", inspirada no espaço público de Pinhal Novo, e encerraram duas exposições de pintura, escultura e cerâmica, patentes na Biblioteca de Palmela e no Cineteatro, estimando-se mais de sete mil visitantes.

A Rede Municipal de Bibliotecas Públicas continua a promover atividades de animação e promoção da leitura junto de diversos públicos, nomeadamente, através da "Hora do Conto" mas ainda das sessões "Contos Connosco" para o público sénior. Está a decorrer um Curso de Introdução à História da Arte, que regista centena e meia de participantes e, no âmbito da Formação para a Comunidade, iniciou-se o segundo semestre com quatro ações: "Informática para todos", "Cultura de hortícolas em modo de produção biológica", é para preparar os novos agricultores para as hortas com certeza, " *Marketing* de vinhos" e "Higiene e Segurança Alimentar e HACCP".

Os jovens do concelho contam, agora, com um novo espaço de apoio ao desenvolvimento de projetos na área da música: a Sala de Ensaios CAVE, instalada no Centro de Recursos para a Juventude de Pinhal Novo, no Mercado Municipal, que foi concluída e está, já, em funcionamento.

A um de outubro, o projeto "Aprender a Nadar" voltou a fazer parte do leque de oferta desportiva no concelho e conta, neste 1.º curso, com a participação de trezentos e trinta e oito alunos dos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico dos três Agrupamentos de Escolas do concelho. Na mesma data, também o programa "Viver Melhor, Viver com Autonomia" iniciou mais uma época, em parceria com oito instituições do



concelho. Ainda no início de outubro, procedeu-se à substituição integral dos equipamentos do Circuito de Manutenção de Quinta do Anjo. A aquisição representou um investimento no valor de oito mil e quinhentos euros.

A eficiência energética, com redução de custos, assegurando, no entanto, a qualidade e a segurança, tem sido objetivo do município, que, no período em questão, procedeu à remodelação da infraestrutura de iluminação dos Sanitários Públicos do Castelo de Palmela, com instalação de tecnologia LED. Também a Oficina Auto foi dotada de novas luminárias e os balneários e sanitários dos Armazéns Gerais receberam candeeiros LED e sensores de presença. Foi, ainda, ligada a iluminação pública na Zona de Val'Flores, que veio iluminar a ciclovia e o passeio pedonal.

No campo dos transportes e comunicações, destaque para duas obras em curso, de grande importância para as populações e para a qualidade da circulação viária no concelho: o acesso sul à Estação da REFER em Venda do Alcaide e a rotunda na EN 379, que vem disciplinar a entrada na vila de Palmela. Concluiu-se a empreitada "Limpeza de Bermas em EM 533-1" e está, também, a decorrer a empreitada "Sinalização horizontal em estradas municipais", no âmbito da qual foi, já, intervencionada uma das vias principais que serve diversas empresas, na zona de Vila Amélia.

Continua a aumentar a listagem de intervenções realizadas por administração direta, nas diversas áreas de intervenção, muitas vezes, com maior qualidade e rapidez. As equipas municipais, cujos elementos têm sido reduzidos por força da lei, que nos impede de contratar, continuam a demonstrar a importância e a resiliência do serviço público e têm sido incansáveis na resposta às muitas solicitações das populações e do território, de forma criativa, fruto, também, das dificuldades colocadas por equipamento a necessitar de substituição. São exemplo as reparações de vias em betão betuminoso num total de trinta e seis arruamentos e de duas dezenas de vias em "tout-venant", a limpeza de bermas e valetas também em duas dezenas de arruamentos, a execução de muros e vedações, a colocação de monda química ou a execução de trabalhos de pedreiro na ciclovia de Pinhal Novo, na rampa de acesso ao Polidesportivo do Quintajense o nó de acesso à Estrada das Vindimas, na Venda do Alcaide, entre muitos, muitos, casos que podem confirmar na informação municipal.

A promoção turística do concelho e da região tem constituído aposta forte do Município, em conjunto com os parceiros, e este período não foi exceção. Além da já referida Festa das Vindimas e Feira Medieval, destaque, também, para as comemorações do Dia Mundial do Turismo e para a realização do Seminário "Turismo de natureza: qualificação, inovação e desenvolvimento", espaço privilegiado de partilha de informação, que contou com a presença de quatro centenas de participantes. No âmbito do programa "Palmela, Experiências com Sabor!", o vinho e, pela primeira vez, o Coelho à Moda de Palmela foram pretexto para a realização de mais duas edições dos Fins-de-semana Gastronómicos. Também a propósito de vinho, Palmela foi anfitriã da entrega de prémios do Concurso Internacional "La Selezione del Sindaco", tendo-se salientado, uma vez mais, como o município português mais premiado, e a Rainha das Vindimas 2013 representou o concelho na Eleição da Rainha das Vindimas de Portugal, em Barcelos, sagrando-se 1ª Dama de Honor. O Município esteve, ainda, representado institucionalmente na 6ª edição da Feira Observanatura, divulgando as suas potencialidades para a prática de turismo de natureza.

A terminar, gostaria de sublinhar o novo impulso registado na participação cidadã, com o retomar do projeto Orçamento Participativo. Cinco reuniões públicas – uma por freguesia – e uma reunião interna com os trabalhadores e as trabalhadoras do Município permitiram dar a conhecer a situação financeira, apresentar informação sobre o contexto legislativo e discutir o Orçamento para o próximo ano e as Grandes Opções do Plano 2015-2018. Momento privilegiado de contacto com as populações, estas reuniões permitiram, ainda, recensear um conjunto de problemas de gestão corrente. Já na próxima semana, encetaremos um novo ciclo de encontros para devolver resultados e apresentar o calendário para 2015. Porque acreditamos na participação como instrumento incontornável de cidadania, apostamos também no programa "Agir pelos Direitos – Eu Participo!", que também para o público mais jovem em particular na Comunidade Educativa, realizou diversas reuniões com a comunidade educativa e as primeiras assembleias de turma do presente ano letivo.



Sra. Presidente ainda mais um minuto para um destaque final que não incluímos nesta introdução, e neste documento, mas que se trata de uma informação relevante que nos chegou já no final de outubro, mas porque só em novembro recebemos a confirmação e só hoje tornamos público.

Eu queria comunicar às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia, que foi aprovada pelo despacho do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, a aceitação da intenção de Candidatura ao Fundo de Proteção de Recursos Hídricos para a obra de Regularização da Ribeira da Salgueirinha, no troço de Pinhal Novo, numa extensão de cinco quilómetros. Trata-se de uma obra que nós inscrevemos ainda com verbas a definir na proposta de Grandes Opções do Plano, que trazemos hoje a este Órgão Deliberativo, mas queria dar nota desta boa notícia. Temos agora em poucos meses que apresentar o resto da documentação, mas é já a aprovação duma Candidatura, de uma obra que vai ultrapassar os dois milhões e duzentos mil euros e que por via desta candidatura, e do mérito da nossa equipa técnica que sobre ela trabalhou desde abril, vai ser financiada em oitenta e cinco por cento pela Agência Portuguesa do Ambiente e o Município investirá os restantes quinze por cento.

Sra. Presidente disse. Estou disponível para as questões que entendam colocar. Muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia alguma questão a colocar ao Sr. Presidente da Câmara nesta fase? Então, não havendo, há uma questão então?, PSD/CDS."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Eu tinha referido que no âmbito desta questão ia aqui fazer alguns pedidos de esclarecimento."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Tem que ser mais alto porque isto hoje está..., temos que falar mais alto."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Ah! Temos que pôr mesmo em cima do micro, já percebi, é que eu no Tribunal não tenho que fazer assim, por isso é que eu estava a perguntar. Efectivamente relativamente à página onze da actividade municipal, não a resumida mas a mais completa, diz aqui patrocínio judiciário, ações interpostas contra o município, no período duas, acumulado dez, mas estas ações encontram-se ainda pendentes neste acumulado Sr. Presidente?

Outra questão relativamente a processos por responsabilidade civil extra contratual do município transitados dos outros anos dez, em curso sete, mas na minha interpretação continuam estas dezassete acções que pressuponho que seja a Câmara Municipal a pedir a responsabilidade a empreiteiros ou algumas entidades, analisando o quadro de cima e o de baixo é isso que me parece e era esse esclarecimento.

Relativamente ao quadro seguinte da Fiscalização, eu por acaso tenho recebido, não era propriamente uma queixa ou uma reclamação mas uma questão de um munícipe relativamente às pedreiras licenciadas e aterros, areeiros também licenciadas no nosso concelho, até a questão que me colocaram foi em questão de areeiro mesmo, nem foi de mais nada."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Peço desculpa, não consegui perceber."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:



"A questão que o munícipe me colocou directamente foi relativamente a um areeiro, talvez ali para os lados do Poceirão, não me consequiu concretizar se essa actividade se encontra licenciada.

Depois tenho aqui mais algumas questões mais para o fim, portanto congratulo-me com a revisão dos Planos de Emergência, nomeadamente das Escolas.

Aqui uma correção, no processo de matrícula da retroescavadora Fernec que foi submetida em maio e que efectuou a Câmara uma reclamação escrita ao IMT, agora já não é IMTT como consta do relatório, mas isso é uma pequena correcção.

Relativamente aos transportes escolares há aqui um valor global no primeiro (não audível), nos transportes escolares eu consigo mais ou menos chegar a um valor por aluno, aqui na questão alimentar no parágrafo seguinte eu acho que em futuros relatórios deviam constar também o número de alunos e por escola para nós conseguirmos ter um rácio ou melhor se o Sr. Presidente não se importasse, não é que seja assim uma coisa muito grave, mas conseguimos fazer uma análise mais pormenorizada."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Era preciso conhecer as informações das outras Câmaras."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"É porque oh Sr. Presidente é que o Sr. esclarece-nos aqui nestes resumos, mas isto são tão resumidos que nós às vezes não conseguimos chegar a conclusões e temos que fazer aqui perguntas, não é?, por exemplo nós temos aqui um eleito que faz parte do Conselho da Mobilidade, há aqui um parágrafo que diz presença no Conselho da Mobilidade, mas nós não sabemos nada de informações. Aliás o eleito se bem me recordo o António Mestre, ele aqui na última Assembleia até disse que ia prestar esses esclarecimentos.

Portanto nós deste relatório não conseguimos retirar qualquer conclusão dessa actividade, o que é que anda a ser decidido no Conselho da Mobilidade, não é? Eu sei, eu agora aproveitei porque como já houve duas reuniões após essa informação e ainda não recebemos qualquer informação é por isso que eu peço desculpa ao Sr. Presidente às vezes ser um bocadinho chata, mas realmente eu posso também colocar algumas questões por escrito quando tenho dúvidas, mas estes relatórios podem ser efetivamente mais.

Congratulamo-nos com a reparação da fachada principal do Centro Comunitário de Águas de Moura, bem como do Centro Cultural do Poceirão, efectivamente quando andamos na campanha eleitoral até colocamos fotografias, quando os azulejos do Poceirão estavam a cair e a Câmara agiu e as obras estão feitas, o que há para dizer de bem também se diz.

A questão dos mercados é que me preocupa também, porque há aqui menção também à manutenção dos Mercados, mas ainda hoje eu passei no de Cabanas e ele não tem aspecto de ter manutenção alguma na parte exterior, já não estou a falar na interior.

Relativamente ao Mercado da Quinta do Anjo é uma dissidência que já temos de executivos anteriores até na freguesia de Quinta do Anjo, porque consideramos que a Câmara não faz o suficiente, e a Junta de Freguesia também não, para incentivar e melhorar as condições do Mercado de Quinta do Anjo. Portanto eu acho que palpita-me que irá haver para ali uma qualquer solução calculada para o Mercado que não seja Mercado, que eu não considero, efectivamente há lá um supermercado mas também nos outros territórios há supermercados e os mercados continuam, portanto o Mercado da Quinta do Anjo não está ser devidamente dinamizado.

Por último, só mais duas coisinhas, o circuito experimental de Estação Ferrovia da Penalva eu pedi à Junta de Quinta do Anjo e à Câmara que divulgasse os horários porque as pessoas não sabem os horários do autocarro e maior parte das pessoas nem sabe que existe o autocarro. Agora agradeço até à Comunicação Social porque foram os únicos que agora aqui há uns dias puseram o horário dos autocarros finalmente divulgado.

Na questão dos abrigos de passageiros que o Sr. Presidente também prometeu fazer a reparação e que consta aqui deste plano, eu requeria aqui que o Sr. Presidente me fornecesse mais tarde por escrito à nossa



Bancada as intervenções que foram feitas e as que estão previstas, porque efectivamente nalgumas Freguesias ainda não chegaram lá as reparações. No que diz respeito à falta de abrigos quero relembrar que também em Quinta do Anjo já aqui fizemos algumas recomendações, mormente no centro da localidade e junto ao supermercado que também agora tem muito movimento. São aconselhamentos, o Sr. Presidente depois agirá de acordo com o orçamento e com as opções orçamentais que faça não é?

Por último e como sou da Quinta do Anjo às vezes puxo assim um bocadinho. Na questão das Grutas de Quinta do Anjo e embora seja aqui referido, que foi procedida a limpeza e tudo mais e ao parque eu gostava de saber se já tinha havido mais alguma evolução sobre isso uma vez que eu até tenho aquele decreto-lei na época do Estado Novo, em que as grutas já eram consideradas Património, eu posso ceder às bancadas se não tiverem.

Agora por último, já não vou dizer assim muito mais, a Iluminação Pública já que estávamos a falar das Estradas da Coca-Cola, que nós aqui também falamos já muita vez, a iluminação pública efectivamente é parcial eu agradecia embora eu possa também reclamar directamente para a EDP, quer aí quer na Rua João de Deus, de Quinta do Anjo, que já aqui referimos continua o problema da iluminação, há mais sítios com problemas mais diminutos mas que eu aí falarei com o Sr. Vereador, estes dois queria referir.

Realmente na estrada da Coca-Cola a minha colega do Bloco de Esquerda tem razão, porque também na semana passada presenciei um acidente lá num dia de chuva porque o problema, Sr. Presidente eu vou já terminar, não são os buracos junto à Coca-Cola, o maior perigo efectivamente existe na água e não só nos buracos, mesmo quando ladeamos pela outra estrada é um bocado..., a questão das grutas e acho que vou terminar por aqui, tinha aqui mais umas coisinhas mas eu depois peço esclarecimento directamente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Agradeço porque temos que tentar ser um bocadinho mais breves nas nossas intervenções hoje.

Sr. Presidente da Câmara por favor, não sei se quer..., peço desculpa havia um pedido do Partido Socialista, Raúl Cristóvão."

O Sr. Raul Cristóvão do PS:

"Muito obrigado, é rápido porque há coisas...às vezes acontecem-nos percalços na vida e não podemos... e o nosso Membro da Assembleia José Carlos teve um percalço e não pode estar presente e portanto ele tinha esta documentação, é o que faz ser uma bancada democrática, distribuí as coisas e acontecem estas coisas porque a vida às vezes não nos corre de feição, mas esperando que não sendo nada e que ele consiga resolver as situações queria referir aqui dois ou três aspectos e são essencialmente aspectos positivos. Começando pelo último que foi a informação que o Sr. Presidente deu do despacho do Secretário de Estado do Ambiente que, efetivamente, esperemos nós que vá pôr términus a uma situação que há anos se arrasta, não é, e que quer o Pinhal Novo quer o Concelho merecem uma solução que exige uma solução e portanto também ficamos agradados com o trabalho técnico dos Técnicos da Autarquia e esperamos que daqui a um ano possamos estar aqui todos já com este problema resolvido e mais satisfeitos.

Em relação ao transporte da Quinta do Anjo para a Estação Rodoviária da Penalva, não sei se há alguma, não é muito normal nestas coisas mas a ideia que eu tenho é que seria bom percebermos se até agora, não no fim só, mas se até agora isto tem tido alguma resposta, qual é a análise, qual é no fundo a avaliação que se faz deste projecto até agora porque eu tenho receio e se calhar todos nós temos experiências dessas e se não vividas pelo menos lidas de que muitas vezes se criam factos para que esses projectos são fundamentais morram depois e morrem muitas vezes por falta de coisas básicas, pode ser os horários pode ser outras coisas e se calhar estas avaliações intermédias valia a pena para nós percebermos até que ponto é preciso regular qualquer coisa, modificar, para ver se efetivamente estas populações chegam ao fim e ficam com este transporte que é fundamental, também para a mobilidade. Esse era um aspecto que nós gostaríamos de perceber se há ou não há, é natural que não haja, e era importante.

Já saudamos aqui a Festa das Vindimas, mas a Feira Medieval foi efetivamente um sucesso e foi efetivamente algo de novo que trouxe mais cultura, trouxe mais gente trouxe dinâmica mas isto é só uma



forma de exprimir um pensamento em voz alta, não tem rigorosamente nada. Será que sendo feita no início do verão poderia ser mais alavancado, mais ou o facto de ser agora é melhor?, não é uma pergunta é uma mera especulação, se quiserem idiota de uma ideia, por parecer muito colada ali à Festa das Vindimas, mas pronto que ela seja feita nem que seja no dia a seguir à Festa das Vindimas porque acho que trouxe dinâmica, cultura e gente a Palmela e precisamos disso, portanto não é uma questão de principio é uma questão meramente filosófica se quiserem.

Terminaria por aqui porque efetivamente havia três ou quatro pontos, não os tenho aqui apontados e portanto agora não consigo falar porque nem sequer tenho aqui o dossier, muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada também. Se não houver mais nenhuma questão dou então a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, pedindo-lhe que seja tão sucinto quanto possível."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Procurarei Sra. Presidente. Relativamente às questões colocadas pela Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto relativamente ao número de ações, eu se calhar até antes de dizer isto gostaria de fazer aqui um enquadramento. De facto creio que o nosso documento pode padecer sempre de algumas lacunas, pode não ser suficientemente exaustivo num ou noutro aspeto mas ainda assim gostava, lá está, que tivéssemos por referência o tipo de informações que habitualmente são prestadas a órgãos desta natureza na generalidade dos Municípios e daquilo que conhecemos garanto-lhe que se calhar nós pecamos precisamente por sermos tão minuciosos e depois obviamente isto suscita dúvidas perfeitamente legítimas, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mas garanto-vos que matéria de informação tão escalpelizada é difícil encontrar. E isto implicaria, para depois fazer o descritivo de cada um destes aspetos, não ter um documento de setenta páginas mas possivelmente, sem exagero, um de trezentas páginas e certamente os nossos serviços, mais do que fazerem as ações passariam muitas horas a escreve-las.

Ainda assim, tentando responder a algumas questões aqui suscitadas no que diz respeito ao número de processos, dizer-lhe que de facto há aqui uns que transitam de outros anos, alguns são processos que andam há muitos anos que depois têm recursos, relação, etc., etc., mas isto bate certo, dezanove menos doze dá sete em curso e é um número ainda assim considerado baixo, sendo que há aqui um conjunto deles que andam aqui há alguns anos ainda por concluir e que felizmente na generalidade temos vencido as ações e portanto não tem havido grandes problemas relativamente a esta matéria, mas podemos, se entender, relativamente a alguns destes dar-lhe a nota de quais são os processos etc., se fizer esse requerimento obviamente terá o direito a essa informação para perceber em pormenor do que se trata.

Quanto à questão de licenciamentos, reclamações, pedreiras, aterros, recordar a Sra. Membro da Assembleia que o licenciamento destas indústrias não é feito pelo Município, sendo que o Município tem naturalmente que emitir um conjunto de pareceres e tem que naturalmente depois licenciar se houver edificado de apoio etc., etc., mas que estão devidamente também zonados no nosso PDM as zonas onde isso pode ocorrer, geralmente é esse o nosso princípio, é proteger o ambiente, proteger a envolvente as populações, se se tratar de alguma coisa ilegal, espero que as denúncias surjam e que nós possamos agir em conformidade. Eu tenho nota de dois areeiros licenciados e um com um processo que entretanto não teve desenvolvimentos ainda no tempo da Administração Urbanística, era a nota que tinha e estavam esses dois a cumprir e o que tinha o processo de desenvolvimento ainda tinha de fazer a reflorestação duma área onde esteve a intervir para depois poder abrir outra zona. Não tenho em concreto nota de que tenha havido entretanto alguma denúncia, mas procuraremos apurar.

As revisões dos Planos de Emergência é como vos digo, estão em curso, atenção que esta questão dos Planos envolve sempre muitas entidades isto não se trata às vezes de elaborar, fazerem, encomendar, há consultas, há debates, há necessidade de cruzar com outras cartas, as cartas de risco estão também a ser elaboradas até mais já para o PDM porque servem logo para os outros Planos todos, por aí fora.

O Conselho de Mobilidade, a nós Câmara Municipal cabe-nos dar nota que se realizou uma reunião e que participámos. O sumo do Conselho Municipal de Mobilidade fica numa ata que pode ser naturalmente



tornada pública, quer pelo Membro que representa a Assembleia, aliás estão lá operadores privados desde Táxis, aos TST, à CP, Presidentes de Junta, também estão lá, enfim estão lá muitos representantes e as questões geralmente até são bem suscitadas é pena não termos sempre a resposta desejável por parte de alguns operadores.

Sobre as obras, registo os seus comentários, o Centro de Águas de Moura, manutenção de Mercados obviamente isto é um relatório de dois meses, não é?, e portanto só podemos referir aquilo que foi feito nestes dois meses, mas nos Mercados são feitos muitas coisas e outras estão programadas. Referiu alguns espaços que estão sobre gestão porque fizemos essa descentralização na Junta de Freguesia, há pequenas conservações que são da responsabilidade da Junta, que temos articulado, outras maiores entendemos que a Junta não terá condições nem aquilo que descentralizamos para a Junta, em termos financeiros, será suficiente para fazer face a essas intervenções e temo-las programadas para o próximo ano. Quanto às considerações que fez sobre o Mercado de Ouinta do Anio, aquilo que for escolhido para aquele espaço posso garantir-lhe uma coisa, será decidido pela população da Quinta do Anjo. Para nós faz todo o sentido continuar ser um espaço comercial, dinamizado com muitas ideias generosas que há de produtos tradicionais, de eco feiras, enfim há muitas ideias mas que sejam de facto os Quintajenses a escolher se é aquele modelo que querem. As condições do espaço terão que ser criadas em função do modelo de mercado, porque esta questão dos mercados transfigurou-se muito nos últimos anos e há de facto comunidades mais ligadas e outras menos ligadas a estas dinâmicas. Nós próprios temos ideias mas queremos partilhá-las e ouvir também as ideias dos nossos munícipes, foi esse o compromisso no Orçamento Participativo.

Circuito experimental, fazendo aqui a ponte com a questão também na mesma medida levantada pelo Sr. Membro da Assembleia Raúl Cristóvão, nós temos procurado dar toda a divulgação. Para já temos tido a felicidade dos jornais, porque é um assunto que acharam que era notícia e que era interessante. Desde o primeiro momento têm divulgado, o site dos TST também, os utilizadores foram recentemente avisados dos novos horários que sofreram acertos, melhorias, porque havia um desfasamento a algumas horas com os comboios da Fertagus, foram revistas paragens, circuitos mais rápidos nalgumas zonas. Neste momento não há razões para algum utente dizer que não tem condições para utilizar porque há um desfasamento com os horários da Fertagus. Está tudo devidamente alinhado depois de umas primeiras semanas em que houve um grande entusiasmo na utilização e obviamente o último mês foi complicado, pensamos que a partir da última semana com as alterações de horário possamos efetivamente ver se a reclamação das pessoas enfim, agora com a oferta e a procura se há melhorias.

A ideia que temos sobre estas experiências, primeiro é que elas servem sobretudo para ser uma experiência e que temos de teimar nas experiências. Eu quero aqui recordar os Srs. Membros da Assembleia que, para chegar ao circuito urbano de Pinhal Novo houve seis anos de experiências que começaram com semanas, depois começaram com mês e depois houve um ano e só hoje é que parece ser um circuito já consolidado com uma oferta e uma procura que justificam, se calhar, alguns operadores a arriscarem a oferta do serviço. Vamos continuar a monitorizar e procurar melhorar a divulgação, aliás eu hoje falava com o Sr. Vereador Luis Miguel Calha e com a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho porque vi os "flyers" sobre o novo horário e falámos precisamente da necessidade de massificar a distribuição na aldeia de Quinta do Anjo.

Sobre abrigos de passageiros, Srs. e Sras. Vereadores, no período a que se reporta o relatório estão referidas aí algumas intervenções. Posso dizer que já este mês adjudicámos mais um abrigo novo e a reparação em mais dez abrigos. Eu já tive a oportunidade de dizer, penso que foi numa reunião de Câmara, que de facto nós somos um concelho muito extenso, temos felizmente muitos abrigos estamos a trabalhar para que grande parte deles venham a estar concessionados a empresas de publicidade, para deixarmos de ter o ónus da conservação, mas temos também por outro lado uma especificidade, temos quatro estradas nacionais que nos atravessam, temos coladores de cartazes de tudo e mais alguma coisa, das touradas às discotecas que diariamente conspurcam, e isso depois contribui para algum vandalismo, os nossos abrigos e que andamos a jogar ao gato e ao rato também nessa matéria na fiscalização. Nós estamos a reparar uma média de vinte abrigos por ano, já tem algum peso orçamental, como lhe disse acabamos de adjudicar a reparação de dez e um novo e obviamente temos o levantamento de tudo aquilo que é preciso fazer em cada um dos abrigos, um trabalho feito pelos nossos técnicos, até sinalizado no SIG, as coordenadas etc., só que de facto é uma tarefa titânica e se até nalguns que já reparámos este ano, olhe ainda há pouco falámos do da Escola Secundária, antes da escola começar estava reparado, a Secundária do Pinhal Novo, um mês



depois não, umas semanas depois, não foi reparado em maio assim é que foi e voltou a ser completamente partido todos os vidros, portanto haverá sempre trabalho para fazer garanto-lhe, mas estamos a investir fortemente também nesse mobiliário urbano.

Sobre as questões de Iluminação Pública anotámos. O Sr. Vereador deu-me nota que são questões que estão reportadas à EDP, no caso de Vila Amélia parece-me ser uma questão mais complicada porque implica, no nosso entender, a renovação da infraestrutura, portanto aquelas luminárias estarão obsoletas e isso a EDP, o Sr. Vereador hoje já sabe o que custa fazer alguns braços de ferro, estamos aliás a fazer propostas para o plano de investimentos da EDP para o próximo ano, esperamos que aquela via, até pelo tráfego intenso que tem, mereça uma iluminação mais eficiente e mais condizente com o seu estatuto.

Sobre a Feira Medieval, relativamente à data, tudo isto tem que ver um pouco com roteiros e com oportunidade para ter alguns participantes nestas feiras eles têm compromissos um pouco por todo o país. Há muitas Feiras Medievais no verão, muitas e isto é um roteiro que começa antes da primavera nalguns sítios e geralmente fecha em Marvão, em outubro sensivelmente, e nós quisemos agarrar já esta data e em boa hora o fizemos. Poderemos afinar mais para a frente, mais para trás, mas é difícil. Penso que se as pessoas se habituarem a este momento em Palmela e com o projeto que temos e que estamos até já a trabalhar com outros municípios para o Palmela Almenara, poderemos vir a ter aqui mais um centro de dinamização e de grande interesse e atratividade do nosso Centro Histórico e na Vila de Palmela.

Sra. Presidente de uma maneira geral penso que terei respondido, há ainda sobre a questão da alimentação escolar só uma pequena nota, é difícil dizer neste relatório, lá está seria muito mais extenso quantas são por escola mas posso dar-lhe um número que fica bem no ouvido e esse sabemo-lo, são três mil refeições diárias, que incluí pré-escolar totalmente gratuito e primeiro ciclo. Sra. Presidente disse."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada pelos esclarecimentos, vamos entrar no ponto número dois, então, sobre a Derrama."

PONTO DOIS - Derrama - Taxa a Aplicar em 2015

O Sr. Presidente da Câmara:

"Com certeza Sra. Presidente. Relativamente a esta proposta é sabido que os municípios podem lançar, uma Derrama sobre o rendimento das pessoas colectivas, até ao limite de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento, que corresponde à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos que exerçam a título principal uma atividade comercial industrial ou agrícola. A taxa poderá ser reduzida para sujeitos passivos que tenham tido no ano anterior um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000 euros.

Como reconhecimento da importância das micro e pequenas empresas para o tecido económico e social, nacional e particularmente o local enquanto geradores de emprego, a Autarquia tem aprovado nos últimos anos uma taxa mais baixa de Derrama sobre o IRC 0,5%, para empresas com um volume de negócios inferior a 150 mil euros.

Superando o compromisso de mandato, que era manter a taxa de 0,5% para estas empresas e com o objectivo de reforçar o apoio à economia local, propõe-se para este ano isenção total da Derrama para empresas com um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros.

No município de Palmela a receita proveniente da Derrama sobre o IRC tem tido o sequinte comportamento:

É possível verificar, que depois de anos áureos e dir-vos-ia que a Derrama já atingiu cinco milhões e quinhentos mil euros, em dois mil e cinco, em dois mil e dez passou para um milhão oitocentos e quinze, dois mil e onze dois milhões trezentos e cinquenta e sete, dois mil e doze dois milhões novecentos, baixou



em dois mil e treze para dois milhões e trezentos e em dois mil e catorze estimávamos dois milhões quatrocentos e vinte, vamos ver se o atingimos.

Considerando estes números e ainda o facto de a receita que diz respeito a estas empresas, e outro indicador importante que gostaria de partilhar com os Srs. Membros da Assembleia que em dois mil e nove estes sujeitos passivos com um volume de negócio inferior a cento e cinquenta mil euros eram mil e sessenta e dois no nosso Concelho e que aquelas que foram tributadas no exercício de dois mil e treze, a entrar a receita em dois mil e catorze, eram apenas quatrocentas e trinta e duas, por aqui se vê a volta e o número de empresas que desapareceram.

Mas considerando os valores que têm entrado para o município, passamos a compreender isto e a perceber melhor com dados mais precisos da Autoridade Tributária, têm, nestes últimos anos de maior recessão e crise, andado à volta dos vinte e dois mil euros, é a média. O município entende de facto este ano, por um lado manter um e meio por cento para as empresas com volume de negócios que ultrapasse os cento e cinquenta mil euros e para as empresas com um volume de negócios inferior passar então à isenção. Disse Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente. Srs. Membros da Assembleia está aberta a discussão, quem deseja intervir sobre este ponto? Tem a palavra o PSD/CDS."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Penso que nós votaremos favoravelmente esta proposta, aliás relembrando que já no ano transacto a nossa sugestão tinha sido precisamente esta. Uma vez que a CDU está a superar o compromisso deste mandato na questão desta proposta, acolhendo também a nossa sugestão do passado ano, congratulamo-nos com isso."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Havia um pedido da CDU, muito bem Cristina Moura tem a palavra."

A Sra. Cristina Moura da CDU:

"Sra. Presidente e Membros da Assembleia, a bancada da CDU congratula-se com esta proposta que dá um claro sinal às micro, pequenas e médias empresas. A CDU recorda que a Derrama é uma taxa sobre os lucros das empresas no entanto perante as dificuldades dos pequenos empresários, agravadas nos últimos anos pelas politicas da Troika com o agravamento fiscal e redução do consumo interno, a esmagadora maioria das pequenas empresas sobrevivem com dificuldade.

A CDU tinha no seu compromisso eleitoral a manutenção dos valores da Derrama em um vírgula cinco por cento para empresas com volume de negócio superior a cento e cinquenta mil euros e zero vírgula cinco por cento para as empresas com volume inferior a cento e cinquenta mil. Recordamos que para o universo dessas últimas empresas a descida de um por cento para zero vírgula cinco foi aprovada pela maioria CDU no mandato anterior. Assim sendo gostaríamos de frisar que esta proposta do executivo CDU, para que estas empresas passem a estar isentas, é uma boa medida porque em Palmela muitas micro e pequenas empresas ligadas ao sector agrícola, ao comércio e aos serviços são empresas familiares que resistem aos grandes grupos económicos, combatem o desemprego e dinamizam a economia local.

Lamentamos é que o Governo não siga este exemplo, porque tal como é defendido pela Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas, em proposta apresentada ao Orçamento de Estado de dois mil e quinze, algumas medidas que urgem implementar estão entre outras a redução do iva normal para vinte e um por cento, a redução do iva da restauração para treze por cento e em relação ao iva da



energia e gás regressar aos seis por cento entre outras, não é? Para terminar gostaríamos novamente de reafirmar que a nossa intenção é votar favoravelmente esta proposta dos eleitos da CDU."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada. Tem a palavra José Manuel Silvério do Partido Socialista."

O Sr. José Manuel Silvério do PS:

"Muito obrigada Sra. Presidente, o PS também vai votar favoravelmente esta proposta mas gostaria de fazer aqui algumas considerações. A maioria dos Municípios optou por valores de taxas da Derrama com estes valores. Na maioria dos municípios foi este o valor que optámos, certamente devem ter seguido orientações da Associação Nacional dos Municípios, porque dado o flagelo imposto às empresas há cada vez menos empresas a resistir neste país a definhar e nesta proposta apresentada pela Câmara de Palmela apesar de uma diminuição do esforço fiscal há uma previsão de aumento nesta receita.

Isto deve-se ao facto do concelho de Palmela ter, já teve e creio que ainda terá, a maior concentração industrial da Península de Setúbal, mas não é isso que acontece na generalidade dos trezentos e oito concelhos deste país onde, para muitos, esta malha dos cento e cinquenta mil euros de facturação é uma malha muito larga e praticamente não têm receitas de Derrama, temos muitos concelhos no país que não tem absolutamente receita nenhuma de Derrama.

Esta forma genérica encontrada pelas câmaras é absolutamente cega na sua aplicação não levando em linha de conta os postos de trabalho de cada empresa. Dou dois exemplos, uma empresa com uma facturação de cento e quarenta e nove mil euros que tenha apenas dois postos de trabalho, e acreditem que há muitas empresas assim, e quarenta mil euros de lucro, não paga nenhuma Derrama com esta malha, mas uma outra empresa com cento e cinquenta e um mil euros de facturação, com vinte postos de trabalho e vinte mil euros de lucro já paga Derrama, portanto isto é absolutamente um imposto cego. Isto é verdade, é verdade e é concreto e até poderia dar nome de empresas neste aspeto.

Senhor Presidente, também seria de considerar, a exemplo doutros concelhos, aprovarmos uma medida de incentivo com o fim de negociarmos o desenvolvimento mais ainda da economia do nosso concelho, isentando da taxa de derrama durante um período de três a cinco anos e há concelhos a fazerem isto. Empresas que se queiram vir a fixar com sede social em Palmela, que criem postos de trabalho e que mantenham pelo menos durante esse período os postos de trabalho, seria uma forma de incentivar mais empresas a virem para o concelho.

Gostaria também de falar de uma outra situação que é o caso da Autoeuropa. No caso da Autoeuropa, que é importantíssimo no aspeto do emprego quer a nível nacional quer a nível do concelho, mas no que diz respeito à Derrama é, digamos que, um mito. E é um mito porquê? A Autoeuropa está neste momento no ranking das seis maiores empresas do país está em sexto lugar e os resultados líquidos no final de dois mil e treze, da Autoeuropa, foi pouco mais de cinquenta e nove milhões de euros.

Eu dou-vos só um exemplo a Continental Mabor, em Lousado, que está no ranking das cem maiores empresas em trigésimo lugar teve um resultado líquido de cento e sessenta e três milhões de euros. Só essa empresa paga mais Derrama que a Autoeuropa em Palmela, porquê? Porque as galinhas dos ovos de ouro como se falava há uns anos atrás e por isso tem sido penalizado este concelho, porque quando se fala por este país fora em Palmela é um país rico tem lá a Autoeuropa, essa galinha dos ovos de ouro, como foi procurado uma vez à ex. Presidente da Câmara se tínhamos a galinha dos ovos de ouro, está na Alemanha porque a Autoeuropa em cada dez mil euros que fatura, sete mil euros vão para a Alemanha, fica cá pouco mais de trinta por cento que dá para pagar os ordenados e pouco mais, o resto fica o ganho na Alemanha. Por isso, em termos Derrama, nós temos empresas pequenas, por exemplo eu posso dar para além da Continental Mabor a Bosch, a Efacec, que pagam mais Derrama sozinhas sendo empresas no ranking muito mais abaixo que a Autoeuropa, já nem vou falar na EDP na GALP, na Portucel que estão acima da Autoeuropa mas estou a falar nas outras que estão do meio para baixo, pagam mais sozinhas de derrama que paga a Autoeuropa em Palmela, que recebe a Câmara de Palmela de todas as empresas aqui no concelho de Palmela.



Portanto em termos de Derrama a Autoeuropa é um floco completo, em termos de IMI, apesar de ter uma área muito grande também não é das empresas que pagam mais IMI aqui no concelho de Palmela é seguramente mas a nível nacional não é. Temos empresas do meio da tabela do ranking para baixo, que pagam mais IMI que a Autoeuropa, portanto a Autoeuropa é importantíssima em termos de emprego para o país e para o concelho, mas Palmela tem sido muito prejudicado. Dou o exemplo em termos de PIDAC, muitos PIDDAC's ao longo de muitos anos palmela foi prejudicado, foi sempre criado lá nos corredores de Lisboa de que palmela era um concelho rico porque tinha a Autoeuropa. Eu quero dizer e vocês compreenderão isto que efectivamente não é o caso a Autoeuropa é importantíssima em termos de emprego, mas em termos de Derrama para o Concelho de Palmela, particularmente, é um "flop" completo. Muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Não registei mais nenhum pedido de intervenção pois não? Então vamos dar a palavra ao Sr. Presidente."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito obrigado Sra. Presidente para duas breves notas, uma de esclarecimento. Primeiro que a opção da fasquia dos cento e cinquenta mil euros é uma opção da lei. Segundo, não acompanhando embora a totalidade do raciocínio do Sr. Membro José Manuel Silvério, percebo que isto é matéria que nos permitiria falar mais aprofundadamente e transversalmente destas questões, mas quero aqui recordar o Sr. Membro da Assembleia que aprovámos, por unanimidade, um conjunto de incentivos à fixação de empresas e que os resultados começam a aparecer e que os territórios não são só mais competitivos quando têm IMI's e Derramas, etc., mais ou menos baratas, há outras coisas que têm que fazer parte dessa atratividade e outras condições que têm de ser dadas às empresas, aliás falo com muitas e elas falam sobretudo de custos de contexto mas sobretudo do processo, da agilização dos licenciamentos, etc., e foi isso, por exemplo, que conseguimos fazer com a Visteon.

Por último dizer que fico também muito ansioso por conhecer qual vai ser o comportamento dos partidos, porque nós estamos aqui a falar de uma matéria que é deliberada na Assembleia da República, a propósito da reforma do IRS e do IRC. A minha área política defende que reduções nestas áreas e neste imposto, em concreto, ou nesta taxa deveriam acontecer desde que houvesse reinvestimento no território e que fosse possível afectar uma parte dessas isenções por exemplo à criação de emprego e ao reinvestimento no local.

Há mecanismos para controlar e implementar procedimentos desta natureza, contudo vamos ver o que é que nos traz aí a dita reforma do sistema fiscal. Aquilo que conhecemos de facto não são boas notícias e continuam uma vez mais a pensar no favorecimento de alguns grupos, dos grandes grupos económicos em detrimento das tais empresas como o senhor diz, essas estão sempre cá, sejam aquelas que vão até cento e cinquenta mil sejam as outras que tendo mais de cento e cinquenta mil não são as de muitos milhões, mas são essas que estão quotidianamente a desenvolver o território a criar riqueza e resiliência criando emprego.

Eu creio que, no fundamental, o que nos competia fazer nesta proposta em concreto está feito e aliás penso que tem merecido unanimidade uma proposta desta natureza, assim aconteceu na reunião de Câmara e espero que os Sr. Membros da Assembleia estejam também igualmente de acordo."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente. Srs. Membros da Assembleia vamos então votar esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.



PONTO TRÊS - Participação Variável no IRS para 2015

O Sr. Presidente da Câmara:

"Nos termos da Lei n.º 73/2013, o município tem direito, em cada ano, a uma participação variável até cinco por cento no IRS dos sujeitos passivos que aí tenham o seu domicílio fiscal relativa aos rendimentos do ano anterior, calculado sobre a coleta liquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS. A referida participação depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida e comunicada à Autoridade Tributária até trinta e um de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.

Recorde-se que a participação direta no IRS prevista desde a entrada em vigor da lei n.º 2/2007, de quinze de janeiro, destinou-se a compensar, em parte, a redução das restantes componentes das transferências do Orçamento de Estado (OE) para os municípios, que passaram, com essa lei, de trinta ponto cinco por cento para vinte e cinco ponto três por cento. Atualmente essa participação situa-se nos dezanove ponto cinco por cento.

Eu recordo isto, foi na altura uma proposta do Partido Socialista para compensar o incumprimento sucessivo da Lei das Finanças Locais e o abaixamento das transferências que fazia para o município na altura. Até à entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a não comunicação da percentagem implicava a aplicação por defeito da taxa de cinco por cento, atualmente, de acordo como a legislação aqui aduzida, a não comunicação à Autoridade Tributária no prazo estabelecido equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável no IRS por parte do município.

No município de Palmela a receita proveniente da participação no IRS tem tido o seguinte comportamento, por exemplo em dois mil e onze, dois milhões trezentos e noventa e dois mil euros, subiu em dois mil e doze e dois mil e treze para um valor idêntico dois milhões quinhentos e quarenta e sete desceu em dois mil e catorze para dois milhões duzentos e quarenta e dois e estima-se em dois mil e quinze que venha a atingir os três milhões cento e dezoito mil.

Nos termos da legislação aduzida e que fundamenta a proposta propõe-se então que a Assembleia Municipal delibere a participação variável no IRS de cinco por cento, relativo aos rendimentos de dois mil e quinze dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Palmela.

Sra. Presidente, eu teria ainda que fazer aqui mais algumas considerações de enquadramento. Trata-se de uma receita indispensável que ainda assim, fica muito abaixo das necessidades e sobretudo muito abaixo daquilo que o município investe nas funções sociais, com destaque para a Educação, Área Social, a Juventude, a Cultura, Desporto, Tempos Livres, entre outras.

Depois seria também importante referir que sendo indispensável a utilização desta receita para o município, ela é sobretudo como disse totalmente investida e não chega nestas áreas e que consideramos que não é justiça fiscal prescindir de uma verba que podemos fazer chegar com acções concretas a quem mais precisa e que não é justiça fiscal prescindir de uma receita que pode levar à devolução a quem mais tem, sem qualquer critério de progressão e sobre isto após a discussão gostaria depois também certamente dar aqui alguns exemplos de um trabalho que fizemos sobre o que é que significaria para terminados escalões e terminados rendimentos prescindir desta receita, o que certamente depois nos fará ver a proposta ainda com maior fundamento e com outros olhos. Por ora disse Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta proposta. Tem a palavra o Partido Socialista, Ilda Fino por favor."

A Sra. Ilda Fino do PS:



"Cumprimentos à Mesa na pessoa da Sra. Presidente, restantes Membros, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Técnicos Municipais, Sras. Jornalistas, caros Membros da Assembleia Municipal e demais presentes.

Como é sabido todos os anos, de facto, os municípios têm direito a uma participação variável, como disse e muito bem, até cinco por cento do IRS relativamente aos sujeitos passivos que têm domicilio aqui no município, neste caso no município de Palmela, e isso reporta-se aos respetivos rendimentos. No entanto é uma opção e os municípios podem abdicar e podem optar por: ou ficam com uma percentagem da coleta do IRS, que pode ir até aos cinco por cento, aí nesse caso reforçam os seus orçamentos, que é a opção da Câmara Municipal de Palmela, ou podem abdicar dessa verba a favor dos munícipes e neste caso o valor seria devolvido aos contribuintes com a declaração de IRS.

Sucede que o Município de Palmela entendeu então reverter exclusivamente em proveito do orçamento, isso aí é discutível o que o Sr. Presidente falou que seria depois em sede de educação, cultura, etc., é uma perspectiva que não partilhamos e seria importante que se abdicasse dessa parte. O Partido Socialista apresentou uma proposta na reunião de Câmara de trinta de outubro em que o valor da redução, embora simbólica, seria cerca de um por cento na participação da receita de IRS, e reverteria para os munícipes. Seria importante e poderia fazer toda a diferenca, seria um apoio social assim como o Sr. Presidente disse, mas seria um apoio social para as pessoas e famílias que de facto passam dificuldades. Essa medida abrangeria transversalmente todas as famílias, é certo que sim, mas contribuiria também diretamente para o aumento do rendimento disponível das famílias que passam e com esta crise económica seria importante. Além da crise económica, financeira e social seria importante com esses factores todos, desemprego, os momentos difíceis, a carga fiscal violenta que está o país a atravessar neste momento, seria importante contrariar esse fenómeno. E o contrariar esse fenómeno o que é que significaria? Que o Município de Palmela poderia com cerca de um por cento na redução, que não era excessiva era um valor que entende o Partido Socialista que não iria comprometer os projectos a nível do Orçamento Municipal, não ia comprometer até porque nós temos aqui dados concretos de valores queríamos apresentar mas é pena que se priorize a arrecadação de receitas em detrimento das famílias e dos munícipes.

A título de exemplo podemos verificar que a receita arrecadada este ano, cerca de três milhões cento e dezoito mil euros, até sensivelmente próximos dos três milhões cento e dezanove mil, corresponde a um acréscimo de cerca de novecentos mil euros relativamente ao ano transacto, o que se nós verificarmos cerca de um por cento de redução de receita revertendo a favor dos munícipes corresponderia apenas a seiscentos e vinte e três mil setecentos e noventa e nove ou seja o valor era inferior à estimativa de receita e ao aumento da receita relativamente ao ano transacto.

A título exemplificativo vários municípios a nível do país ajudam as famílias, são amigas das famílias. Temos aqui o exemplo os dados que o Partido Socialista verificou a nível do site oficial das finanças, portanto, em dois mil e treze eram cerca de quarenta e dois municípios que procederam à devolução do IRS, em dois mil e catorze setenta e dois municípios levou aumento significativo ou seja corresponde a cerca de vinte e três virgula quatro por cento, em termos dos municípios que ajudaram e que a titulo de exemplo Lisboa dois vírgula cinco por cento, Amadora um vírgula dois por cento, Sintra, Montijo, Alcácer do Sal, Grândola um por cento e na totalidade os cinco por cento reverteram favor dos munícipes, Crato, Boticas, Gavião, Sabugal, Resende e muitos outros que não vale a pena estar aqui a estender a minha intervenção.

Tendo em conta que é também da responsabilidade dos municípios estarem atentos às dificuldades dos munícipes e tentar atenuar essas mesmas dificuldades procurando melhorar então o nível de vida dos munícipes dentro das suas competências, não estamos a pedir nada que ultrapassasse as competências do poder local, é no âmbito das suas competências e nesse âmbito que o Partido Socialista entende que seria uma forma de encontrar aqui um equilíbrio, não é o desequilíbrio que se pretende mas uma forma de apoiar também os Cidadãos e os Munícipes de Palmela. Incumbe ao Poder Local, em tempos de crise, ser sensível, e como disse muito bem, há a realidade social das famílias pelo que era importante dar este sinal, era uma prova inequívoca de que as pessoas estão em primeiro lugar pois entendemos que é de toda a justiça trabalhar em prol das pessoas e do seu bem-estar social e por isto tudo, e por aquilo que eu expliquei, é óbvio que o PS vai votar contra esta proposta."

A Sra. Presidente da Mesa:



"Obrigada, mais alguma intervenção? Tem a palavra o Bloco de Esquerda por favor Carlos Oliveira."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Muito obrigado Sra. Presidente permita-me tecer algumas considerações sobre este ponto. A introdução da possibilidade da devolução pelos Municípios de uma fatia até cinco por cento de IRS, reduz a justiça fiscal destorcendo a universalidade e a progressividade do imposto.

Enquanto o Poder Central leva noventa e cinco por cento e depois convida os Municípios a fazerem proselitismo com o restante cinco por cento, isto parece que é um presente envenenado que o Poder Central oferece às Autarquias.

O BE defende a fixação de cinco por cento para todos os municípios, não só para Palmela mas como todos os outros em Portugal Continental e Ilhas. A devolução avulsa do IRS estimula uma potencial competitividade entre concelhos, mina a coesão territorial e só beneficia os que mais têm. Portanto, a grande maioria das pessoas, com rendimentos abaixo de mil euros, não vão ver mais rendimento na sua carteira por esta medida, por um abaixamento de quatro, três, dois ou um por cento, nesta parte que cabe aos municípios.

Portanto eu acho que da fatia ou do bolo é melhor assim, da cobrança do IRS que o Estado o Poder Central e Municípios, cabe aos Municípios decidir sobre migalhas, nós do Bloco de Esquerda vamos votar favoravelmente a taxa dos cinco por cento por tudo aquilo que acabei de dizer. Disse Sra. Presidente muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada. Também tinha pedido a CDU, tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e depois PSD/CDS."

O Sr. Valentim Pinto da CDU:

"Sra. Presidente da Assembleia boa noite, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, colegas Membros da Assembleia Municipal, Trabalhadores da Câmara Municipal de Palmela, Comunicação Social e público ainda presente.

Eu gostava só de fazer duas ou três considerações de ordem geral e depois aqui muito especificamente sobre a proposta. As transferências do Orçamento do Estado sabemos todos, têm sido diminuídas progressivamente, aceleradamente, enquanto num determinado contexto histórico as taxas tinham critério universal, aplicavam-se em todo o território as taxas arrecadas pelo Poder Central, não causando elementos de assimetria no território. O Governo, ou os Governos, têm encontrado nesta pseuda compensação ou pseuda (...) dos impactos negativos daquilo que é sua responsabilidade, endossaram para as câmaras municipais uma parcela, digamos, de receitas a arrecadar, o IMI nomeadamente, agora no IRS, já havia da Derrama, o IMT irá acabar, enfim, e desfocalizou de uma forma inteligentíssima o centro da conflitualidade como aliás aqui já assistimos até em anteriores intervenções. Ou seja, como nós devíamos estar, e penso que a Sra. Membro Ilda Fino deveria estar também, a criticar as políticas, exatamente agora deste Governo centramos neste governo, a redução do escalões do IRS, por exemplo, este aumento brutal do IRS em dois anos quase trinta por cento, vinte sete vírgula três por cento, penso estar a ser rigoroso, desresponsabilizamos o Governo, indirectamente o que estamos a fazer com essa argumentação é de desresponsabilizar o Governo, e é de desviar a centralidade da conflitualidade do poder central para as autarquias.

Ou seja o que nós passamos é a pôr os cidadãos não a contestar as decisões do Governo ao aumentar brutalmente os impostos, parafraseando aquilo que o ministro do actual Governo disse, mas pondo os munícipes a discutirem se é cinco, se é quatro vírgula nove, se é quatro vírgula três, e fazendo disso a questão central da discussão, o que é de um erro político colossal. É um erro político colossal colocar o foco da discussão nesse ponto quando, ainda mais, a lei de dois mil e sete, não me interessa quem era o governo



saberão quem era, a Lei 2/2007 dizia exactamente no seu texto que esta comparticipação do IRS, dos cinco por cento, tinha como objectivo compensar exactamente a redução das transferências do Orçamento do Estado, está lá expresso na lei, portanto quando agora desfocalizamos o centro das nossas atenções politicas para esta discussão estamos a cometer um erro gravíssimo do ponto de vista político. Os municípios não podem abdicar das taxas que estão postas à sua disposição, porque abdicando delas estão a abdicar da sua capacidade de intervenção.

Depois podemos fazer um ranking dos quatro vírgula nove, dos quatro vírgula três, mas isso também exigia uma outra avaliação. Os municípios não são todos iguais nas suas características territoriais, na realidade as taxas. Podemos falar em Lisboa, a percentagem componente de impostos como este, como o IRS ou como, mesmo, o IMI, no computo das receitas gerais da Câmara de Lisboa não tem nada a ver com outras realidades, tem uma percentagem infinitamente mais pequena, logo é muito mais fácil a uma Câmara como Lisboa poder reduzir alguma coisa, o IMI, ou reduzir com algum significado o IMI ou o IRS, como estamos agora aqui a falar, do que noutras autarquias. Portanto, qualquer que seja esta desfocalização de uma espécie de competição entre as autarquias, no IMI mais uma décima menos uma décima, no IRS, que é agora aquilo que estamos a falar, é estarmos claramente a fazer objectivamente aquilo que os Governos quiseram, que era pôr-nos nós a discutir os trocos, perdoem-me essa expressão, e desviando a questão central.

Na nossa opinião o foco devia ser, olhe, devia ser, por exemplo, na grande carga fiscal que temos nos impostos directos e da forma assimétrica como ela está distribuída, só para dar dois exemplos. O complemento do IRS representa setenta e três virgula cinco por cento dos impostos diretos, este Governo tem uma responsabilidade particular, mas já agora o IRC tem apenas vinte sete e meio e também aqui tenho que o dizer, sei que os senhores não gostam, mas tenho que o dizer, o Governo aprovou, com a concordância do Partido Socialista, recentemente na Assembleia da República há poucos meses a diminuição do IRC para as empresas. Isto é uma contradição completa, quer dizer quando as taxas do IRS aumenta vocês aprovam, concordam, concordaram, com o Governo em reduzir para as empresas as taxas de IRC e depois é aqui nesta sede que pedem à Câmara que reduza o seu dois ou três décimos do imposto que tem?, francamente isso é do ponto de vista político uma incoerência total e absoluta.

Portanto, da nossa parte, dizer que este imposto dos cinco por cento não o desejávamos, gostaríamos que, de facto, as taxas continuassem cobradas pelo Poder Central concordando aqui com o que disse o Bloco de Esquerda, introduz um elemento de descriminação mesmo no território e de uma pseuda competição entre as autarquias e sobretudo aquilo que eu disse que é a questão central e com isto termino. Politica Central desfocalizamos o centro da conflitualidade política e social e isto é um erro grasso, sobretudo para quem se diz de esquerda, quero terminar com esta afirmação. Muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Antes de o PS voltar a intervir, gostava de dar a palavra ao PSD/CDS, que não falou."

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Eu, de facto, estou um pouco perplexo e baralhado quando ouvi algumas das intervenções, é normal porque, Sr. Deputado eu estava pensar que ainda outro dia estava a ouvir os vossos camaradas, Paulo Sá, António Filipe, Rita Rato, na Assembleia da República, e aquilo que diziam quando estão num foco de oposição, quando estão em oposição, é completamente diferente daquilo que dizem quando estão no poder, ou seja no fundo aquilo que vossas Exas. aqui disseram foi que nós estamos contra mas aproveitamos, nós estamos contra mas aproveitamos. Ou seja, a taxa máxima de IRS poderia ter aqui uma diminuição, mais da diferença de previsão entre dois mil e catorze e dois mil e quinze é de quase um milhão de euros, poderiam então aqui aliviar as famílias, aliviar os trabalhadores, aliviar no fundo quem produz, quem trabalha, quem tem rendimentos e quem já paga um imposto bastante elevado porque de facto houve um grande aumento de impostos motivado pela situação que o país chegou. Agora há aqui uma possibilidade de desagravar e vossas Exas, não desagravam, agravam. É a vossa opção.



Agora, também, achei aliás para dar algum ênfase a essa questão que no fim o Sr. Membro da Assembleia Valentim Pinto criticou a descida de dois por cento da taxa de IRS, enquanto que nós aprovámos ainda aqui há pouco por unanimidade uma isenção de Derrama precisamente sobre as empresas, porque são as empresas que geram emprego, que criam trabalho e que fazem com que depois as pessoas trabalhando possam descontar, mais possam ter emprego.

É por isso que a taxa de desemprego, felizmente, também está a baixar é por isso que, felizmente, estamos, devagarinho, a vermo-nos livres do atoleiro onde nos encontrávamos. É claro como isso contraria todas as previsões que foram feitas há três, há dois, o ano passado, incomoda as pessoas, incomoda-vos, mas é a vida, e, felizmente, pode ser que o país sobreviva a mais esta situação em que foi colocado. Esperemos, no futuro, manter a situação e esperemos, também, que a CDU assuma as suas responsabilidades ou seja que não tenham um discurso na Assembleia da República completamente diferente daquele que tem quando é poder. Disse."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Tem a palavra o Partido Socialista para terminarmos a discussão sobre este ponto."

A Sra. Ilda Fino do PS:

"Aqui um pequeno esclarecimento. É fácil de falar do Poder Central, do Poder Nacional, do Governo e descartar as responsabilidades do Poder Local. Nós estamos numa Assembleia Municipal, é importante vocês centrarem-se porque às vezes esquecem-se um bocadinho, parece que estamos sentados noutro local, estamos numa Assembleia Municipal que é o palco onde se passa a vida dos cidadãos, dos munícipes, e os munícipes que residem no concelho de Palmela.

Para clarificar aqui, às vezes tenta-se dividir as coisas e eu acho que é só para clarificar, eu sei aquilo que disse, o Partido Socialista sabe aquilo que afirma, as convicções que tem e não é pelo facto de reduzir a participação e haver aumento de carga fiscal, aqui as características do concelho de Palmela, o valor que o Município de Palmela iria auferir em sede de IRS este ano dava perfeitamente para reduzir o valor da compensação em termos de IRS, portanto, não prejudicava ninguém, as famílias embora seja de modo transversal com certeza não há desculpa de dizer que seria para os mais ricos, há mais ricos mas sobretudo há pessoas pobres e nós sabemos que o Concelho de Palmela tem muitas pessoas que precisam e têm dificuldades. Esta ideia de que apoia-se as empresas e se está a isentar em sede de Derrama, é pena. Também deveria ser pensado da mesma forma e devíamos ter o mesmo raciocínio relativamente aos munícipes, portanto só para clarificar."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, vamos, vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara e vamos terminar a discussão deste ponto."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Eu, de facto, é que fiquei um bocadinho atónico aqui com algumas argumentações, algumas até com algum cinismo, perdoem-me mas tenho que dizer-vos isto, é porque de facto se há aqui partidos que efectivamente querem baixar os impostos, que têm tido sucessivas maiorias para poderem legislar, seja no Governo seja na Assembleia da República, podiam e devem fazê-lo.

Eu quero aqui recordar que esta é uma receita das Autarquias e, mais uma vez, feita falaciosamente por um Governo que, não cumprindo as transferências para as Autarquias, acenou com esta possibilidade dos municípios passarem a utilizar cinco por cento do IRS. Esta questão, podemos discuti-la de diversos prismas, mas garanto-vos que não é prescindir desta ou daquela percentagem que vai criar mais justiça social.



Em primeiro lugar lamento que o alvo do Partido Socialista, não ouvi aqui uma palavra sobre a política fiscal da atual maioria governativa, lamento, não ter ouvido isso. Depois já aqui foi dito e bem dito que de facto a discriminação entre os municípios deve de ser feita por impostos municipais e não por impostos nacionais, este é um imposto nacional. Depois não é verdade, ao contrário do que a Sra. Membro da Assembleia diz, que não estamos a utilizar a verba em favor dos munícipes. Eu queria recordar à Sra. Membro da Assembleia que se prevê, de facto, uma receita que aumenta na ordem dos seiscentos e vinte e dois mil euros mas que, se consultar o conjunto das ações nas nossas grandes opções do plano na área social, sem contar com algumas que estão transversalmente noutras áreas, só nas funções sociais nós aumentamos por exemplo, mais setecentos e cinquenta e dois mil euros e, portanto, a verba a favor dos munícipes, a verba para apoiar os cidadãos, como é politicamente correto dizer-se e dá jeito, está na discriminação positiva, nos transportes escolares, está quando pagamos o Escalão B e o Escalão A ao mesmo valor nos apoios sociais socioeducativos, está no aumento que vamos fazer na próxima reunião de Câmara da verba para os apoios em material escolar e outros directos às famílias em cada, a cada aluno, já o aprovámos por unanimidade este ano mas vamos aumentar ainda até final do ano.

Dou-lhe o exemplo Sra. Membro da Assembleia, só o facto de retomarmos o projecto Aprender a Nadar que chegará ao final do ano com cerca de mil crianças a fazer natação, eu pergunto-lhe destas mil crianças quantas é que teriam condições para pagar cerca de quarenta euros por mês para aulas de natação? Sem contar com os transportes, nós temos as contas feitas quanto é que dá de investimento do Município em cada criança. Ora aqui está uma forma de distribuir bem, porque vamos chegar a crianças que nunca na vida pensaram entrar numa piscina, ou porque não a têm à sua porta, ou porque o seu agregado familiar não pode lá ir, mas há uns que podem.

Já agora porque é muito fácil apanhar esta veia populista para dizer que, de facto, as famílias têm estas dificuldades todas etc., eu vou-lhe dar alguns números e convidava-vos a fazer as contas.

Um agregado familiar médio alto, taxa média de IRS de trinta e sete vírgula sessenta e cinco por cento, portanto alguém que ganha entre quarenta a oitenta mil euros por ano, de rendimento anual por exemplo de sessenta mil euros teria com a proposta dos senhores um benefício, uma redução de duzentos e vinte cinco euros.

Um agregado familiar médio, taxa de IRS de trinta vírgula três por cento, uma família que tivesse trinta mil euros de rendimento anual teria um benefício de noventa euros.

Um agregado de rendimentos baixos, vamos falar destes que é para vermos como esta metodologia, como os senhores defendem, é errada, porque estamos a devolver a quem ganha muito e a quem, naturalmente, porque ganhou mais pagou mais impostos, esta progressividade tem de existir, é que um agregado familiar de rendimento baixo, taxa média de IRS catorze e meio por cento, com cerca de nove mil euros de rendimento anual teria um benefício de treze euros com esse um por cento de redução.

Um agregado familiar com dois filhos, com ordenados de mil e quinhentos euros mês cada, excluindo deduções, teriam um beneficio de trinta e três cinquenta.

Nós temos as contas todas feitas e agora convido a Sra. Membro da Assembleia a ver se com um conjunto de medidas de discriminação positiva de apoio às famílias, que vão desde a água e o saneamento, as tarifas para famílias numerosas, porque isso não é só aqueles municípios que concorrem ou que pagam estudos, porque nós também não quisemos concorrer porque não pagamos estudos, não quisemos gastar o dinheiro em estudos, para aparecerem nos rankings dos municípios mais amigos das famílias. É que nós temos todas aquelas politicas e mais algumas, é que este conjunto de discriminações que aqui temos constitui um investimento muito superior na área social, este dinheiro é bem empregue e este IRS é bem empregue no Município e chega a quem mais precisa.

Portanto há aqui alguma hipocrisia política porque, se efetivamente, alguns partidos que têm tido as maiorias na Assembleia da República querem baixar estes impostos, baixem-nos, nós acompanhamos. Temos, naturalmente, propostas diferentes em matéria de escalonamento de IRS, temos propostas diferentes, porque os senhores gostam mais de isentar, enfim, alguns fundos imobiliários, algumas mais valias e quem joga na banca e noutras coisas do género e penalizar mais os impostos do trabalho, nós temos propostas diferentes. Convido-vos a ler, por exemplo, uma proposta na qual me revejo por completo o estudo de Eugénio Rosa, sobre a reforma fiscal em Portugal, onde tem ali, se aquilo fosse conhecido de



qualquer cidadão eu não encontraria certamente vozes discordantes sobre aquele modelo de tributação fiscal.

Portanto, esta verba é necessária não é para arrecadar receita, não é para engordar orçamento, é para reinvestir nas pessoas e em particular nas funções sociais e, portanto, Sras. e Srs. Membros da Assembleia eu creio que nesta matéria lamento o vosso desacordo, não vale a pena fazer a comparação com aquilo que fizemos para as empresas na proposta anterior, porque como vos expliquei esta verba fica no concelho e serve efetivamente para investir mais nas funções sociais e apoiar aqueles que mais precisam no nosso município. Disse Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte votos a favor (dezoito da CDU e dois do BE) e dez contra (sete do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.

PONTO QUATRO – Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a Aplicar em 2015

A Sra. Presidente da Mesa:

Sr. Presidente se quiser iniciar a proposta seguinte, agora sim o ponto quatro, o IMI."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito bem, não valeria a pena ler a introdução no que diz respeito ao enquadramento legal do Imposto Sobre Imóveis, do facto de agora passarmos a ter também um por cento para as freguesias, e até outras coisas que a proposta não diz, mas já lá iremos que é o FAM (Fundo de Apoio Municipal) e o FIM (Fundo de Investimento Municipal).

De facto conviria recordar o quadro de evolução da liquidação do IMI nos últimos anos e que como podem verificar os valores de liquidação nunca correspondem efetivamente ao valor cobrado e transferido para o município depois de termos, por razões que já foram suficientemente debatidas, chegado a uma taxa de zero quarenta e oito para os prédios urbanos e avaliados, descemos no ano passado para zero quarenta e sete e propomos este ano fixar a taxa em zero quarenta e três e nos termos dos estudos que temos de previsão para os próximos dois anos cremos que será possível chegar aos zero quatro no próximo ano.

Ainda assim, de recordar que nos últimos anos o IMI tem sido a principal receita municipal representando no ano económico de dois mil e treze, vinte e quatro virgula quatro por cento das receitas arrecadadas e prevendo-se que em dois mil e catorze atinja trinta e um virgula seis por cento.

Nos termos da nova Lei das Finanças Locais, que entrou em vigor em janeiro de 2014, o financiamento autárquico passou ainda mais a depender desta receita, na medida em que a repartição dos recursos públicos transferidos para os municípios através do FEF desce de vinte e cinco vírgula três por cento para dezanove vírgula cinco por cento - valor que, de resto, tem sido sucessivamente suspenso em sede de Lei do Orçamento de Estado -, da média aritmética simples da receita proveniente do IRS, IRC e IVA arrecadado pelo Estado.

Por outro lado, verificou-se uma quebra do IMT nos últimos anos apesar de assistirmos a uma surpreendente recuperação no final de 2013 e ainda em 2014 e esta quebra, resultado da crise económica, poderá vir a ser agravada nos anos seguintes pela diminuição das taxas destes imposto previstas na LFL, ou seja o IMT virá reduzir um terço em 2016, dois terços em 2017 e desaparecerá por completo em 2018.



E é importante este enquadramento, e a referência a estes outros impostos, para se perceber a importância que as receitas do IMI têm, mais para uns municípios do que para outros, mas sobretudo no peso do nível dos impostos diretos que deveremos manter para a sustentabilidade e a ação e execução das atribuições e competências no nosso município.

Também a Derrama sobre o IRC tem vindo a perder peso, não só pelas alterações ao método de cálculo introduzidas na Lei como pelos efeitos da crise económica e financeira. O próprio Governo tem estado a negociar com os partidos da oposição a sua redução.

O comportamento da receita do IMI em 2014 e a necessidade de garantir uma receita global que assegure a continuação do serviço público prestado ao cidadão, apenas permite diminuir de forma gradual as taxas atualmente em vigor. E nesta matéria o município tem, desde dois mil e seis, também reduzido depois as taxas, para prédios urbanos localizados na zona do Centro Histórico como fator de incentivo para que os proprietários realizem obras de reabilitação nos seus prédios e para que juntamente com outras políticas municipais seja possível revitalizar este núcleo habitacional e turístico. Em sentido contrário o município tem penalizado através do agravamento das taxas os proprietários de imóveis devolutos ou aqueles que se encontram em ruinas.

Ambas as opções desta natureza mantêm-se inalteradas nesta proposta, sendo que este ano se propõe ainda alargar as penalizações a prédios degradados que face ao seu estado de conservação não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.

É nesse sentido que apresentamos esta proposta que tem vários pontos.

No ponto um, fixar a percentagem do IMI dos prédios urbanos reavaliados em zero vírgula quarenta e três por cento, recordar que com esta descida de quatro centésimas no IMI o Município prescinde de receber dos cidadãos proprietários de imóveis um milhão e oitenta e sete mil euros. Depois dizer ainda que esta descida não sendo ainda suficiente de acordo com as perspectivas de cada um mas é importante recordar que em dois anos anulámos cinquenta por cento do aumento ocorrido em dois mil e doze e que anularemos por completo no próximo ano.

Depois, um outro ponto da proposta para, nos termos da legislação aqui aduzida, mantermos a redução em trinta por cento da taxa de IMI na área do Centro Histórico de Palmela; um ponto três, também de acordo com a legislação aqui aduzida, uma redução de vinte por cento, também sobre o IMI a prédios arrendados situados na área do Centro Histórico de Palmela, redução que é cumulativa com a anterior; um ponto quatro, de acordo a legislação aduzida, que as taxas propostas sejam elevadas ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas em toda a área do Município. Ainda um quinto ponto, também nos termos da legislação aduzida, majorar em trinta por cento a taxa de IMI para prédios degradados em toda a área do Município, portanto não é apenas na área do Centro Histórico, que face ao seu estado de conservação não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, esta proposta está técnica e politicamente bem fundamentada. Técnica, porque estudou rigorosamente os dados e hoje, com aceso a outras fontes, temos clara consciência daquilo que poderemos vir a arrecadar no próximo ano, mas também sabemos quanto ainda temos a arrecadar de anos anteriores e oxalá que tivéssemos ao contrário de outros municípios conseguido arrecadar, por exemplo, dívidas de vários impostos na ordem de seis milhões ao Município e são dívidas desde dois mil e três, sensivelmente há vários anos, possivelmente estaríamos hoje aqui, também, a aprovar já uma descida muito mais substancial. Depois deixem-me dizer-vos que é uma proposta séria porque é rigorosa sobretudo porque é prudente e porque é coerente. Ela é séria e rigorosa porque se baseia no equilíbrio necessário da soma dos impostos directos que visa garantir o funcionamento do município, o cumprimento das suas atribuições e competências e sem cortar em investimentos prioritários que são reclamados pela população, sem cortar nas funções sociais onde aliás aumentamos o nosso trabalho.

Depois esta questão da prudência é porque sabemos distinguir as coisas desejáveis das que convém evitar, e porque consideramos que não é justo governar com irresponsabilidade e deixar depois a fatura para alguém pagar a seguir, para não hipotecarmos o futuro, eu sei que a oposição certamente desejaria que esta gestão não pagasse os seus compromissos, que certamente fizesse menos obra, que reduzisse a sua capacidade de resposta e certamente disto capitalizaria algum descontentamento, mas quero dizer às Sras.



e aos Srs. Membros da Assembleia que este é o imposto que tem um maior peso no equilíbrio da nossa receita em função da evolução dos restantes impostos como temos vindo a dizer, iremos progressivamente reduzir a taxa e portanto consideramos que é uma proposta justa e coerente, assumimos desde o início em campanha eleitoral que trabalharíamos para reduzir progressivamente a taxa de IMI, estamos a faze-lo em função do tal equilíbrio dos impostos IMI, IMT, Imposto de Circulação, Derrama e outros e para que percebam que nem todos os Municípios dependem de igual forma vamos então falar do conjunto dos impostos, daqueles que são indispensáveis para o funcionamento, porque nós ao contrário de outros Municípios do interior, podem comparar pequenos e grandes, comparem também por exemplo as verbas que eles recebem do Orçamento Geral do Estado, porque eles já são discriminados positivamente por essa interioridade e há Municípios que funcionam só com as verbas do Orçamento Geral do Estado. No nosso caso não pagam sequer vinte ou trinta por cento, do funcionamento do Município. É que em dois mil e dois a soma desses impostos, por exemplo, era de vinte e três milhões de euros, em dois mil e oito estava em vinte e um milhões e depois entre dois mil e nove e dois mil e treze a média rondou os dezassete milhões e portanto, isto quando nós sabemos que satisfazer minimamente das necessidades dos nossos Munícipes precisamos de estar neste capítulo com uma média de receitas à volta dos vinte milhões e por isso para dois mil e quinze estimamos dezanove milhões do cômputo destes impostos.

Poderia aqui falar-vos também do incumprimento..."

A Sra. Carla Oliveira do PS deu por terminada a sua participação nos trabalhos pelas 23:34 horas.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sr. Presidente pedia que abreviasse a apresentação da proposta..."

O Presidente da Câmara:

"...da Lei das Finanças Locais, com certeza Sra. Presidente. Podíamos aqui falar também do Fundo de Apoio Municipal que nós ao contrário de outros Municípios que têm tido..., posso continuar Sra. Presidente?"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Pode, pode."

O Presidente da Câmara:

"... de outros municípios que têm tido outra postura em matéria de impostos, hoje não estamos obrigados a recorrer ao FAM infelizmente somos obrigados e por acordo entre os principais partidos destas maiorias que nos têm governado a ser contribuintes líquidos do Fundo de Apoio Municipal, obrigando-nos a cativar, por exemplo, já no próximo ano, duzentos e cinquenta e um mil euros e isto vai acontecer durante sete anos perfazendo quase um milhão novecentos e tal mil euros que poderíamos de facto ter no nosso orçamento para investimento no nosso território e naturalmente também baixar mais alguns pontos a taxa do IMI.

Portanto o nosso compromisso está a ser cumprido, procuraremos chegar a zero quatro no próximo ano com toda a segurança, procuraremos cumprir bem as atribuições e competências e para isso teríamos efetivamente que ter uma opção desta natureza. Por ora disse Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

" Srs. Membros da Assembleia, tem a Palavra o Partido Socialista."

O Sr. José Manuel Silvério do PS:



"Fazer uma interpelação à mesa sobre o decorrer desta Assembleia e é uma interpelação factual. Sra. Presidente não é possível que numa Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara, que é convidado bem como os outros Membros do Executivo para estar aqui presente para prestar esclarecimentos, apresentar a proposta de uma forma mínima e depois responder às perguntas, não é possível, Sra. Presidente, numa Assembleia que o Presidente da Câmara fale mais do que todos os Membros desta Assembleia. Eu gostava de ver na Assembleia da República, o Primeiro-ministro lá ir e falar mais que todos os Membros da Assembleia, o que é que diria Jerónimo de Sousa? Haja democracia, isto é uma vergonha."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Pensei que o PS ia falar sobre a proposta.

Desculpe não se importa. O senhor pode discordar, o Sr. Membro da Assembleia pode discordar da forma da mesa dirigir os trabalhos, mas tem que as respeitar, discorda mas respeita.

A diferença fundamental relativamente àquilo que o senhor disse é que o Presidente da Câmara é "obrigado" a vir à Assembleia, não é "convidado", é obrigado a vir à Assembleia.

Há mais algum pedido de intervenção? Agora vou saltar o Partido Socialista, peço desculpa, há mais algum pedido de intervenção? Bloco de Esquerda, tem a palavra por favor."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Ora, uma vez que já estamos todos mais calmos e serenos, vou então fazer a minha intervenção.

Desde dois mil e oito os Governos da União Europeia aplicam políticas autoritárias sobre todos os cidadãos e cidadãs para salvarem a banca. Em Portugal a austeridade tem sido concretizada primeiro pelo Governo PS e depois pelo Governo PSD/CDS-PP e que veio a tornar-se numa política desastrosa, condenando as pessoas a uma subcarga de impostos e sucessivos cortes nas reformas salários e pensões. A juntar a isto a Autarquia de Palmela não atendeu às dificuldades de uma grande maioria dos munícipes e perante isto o BE votou contra a proposta do IMI de zero vírgula quarenta e sete para prédios urbanos em dois mil e catorze, porque, peço desculpa, agora a Câmara propõe zero ponto quarenta e três por cento para dois mil e quinze, o que revela, ainda assim, uma tendência de descida. Contudo entendemos que ainda é uma taxa elevada, porque é um acréscimo para a carga excessiva de impostos. Lembramos que a grande maioria destes prédios destina-se à habitação própria de pessoas que trabalham e que adquiriram a casa através de empréstimos. Está aqui referido no documento que no final de dois mil e catorze passarão a ser tributados mais cento e oitenta prédios até ao momento isentos, mas lembramos ainda que a grande maioria destes prédios, lembramos ainda que em dois mil e quinze já não se aplica a cláusula de salvaguarda, que só permitiam um aumento faseado de setenta e cinco euros por ano, havendo assim casos onde o aumento será brutal.

Posto isto Sra. Presidente a tendência de voto do Bloco de Esquerda será contra esta proposta por parte da Câmara Municipal. Muito obrigada, disse."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Outros pedidos de intervenção? Não havendo mais ninguém, o PSD e depois o PS. O PS já falou, fala no fim."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Eu iria questionar se iriamos votar isto por ponto por ponto, Sra. Presidente?"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Ponto por ponto?



A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Eu por acaso essa proposta não a trouxe e agora estou aqui com uma dúvida."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Desculpe?"

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Não trouxe essa proposta fisicamente e tenho essa dúvida."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Não, Não, vamos votar a proposta no todo, como sempre fizemos de resto, estou enganada? Sim."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Ora bem, a Coligação Palmela Mais sempre defendeu uma redução da taxa mesmo que progressiva. Em todo o caso consideramos que a Câmara podia ter ido mais além. Face ao que referiu o nosso colega da Bancada do Bloco de Esquerda, não podemos concordar com o seguinte:

A negociação com a Troika levou a que todos os prédios urbanos fossem reavaliados e ao correspondente aumento do IMI, existindo três clausulas de salvaguarda.

A cláusula de salvaguarda ao longo dos três anos, que todos conhecemos e que já aqui foi falada; A cláusula de salvaguarda específica para os senhorios que detivessem rendas condicionadas enquadradas no primeiro escalão, e para além disso, também, há uma isenção permanente de IMI e aí só para informar porque aqui alguns Membros, embora eu não goste de conduzir isto para a política só nacional, mas isto é um esclarecimento. A isenção permanente do IMI permite em algumas famílias com rendimento bruto anual até quinze mil duzentos e noventa e cinco euros que detenham um imóvel com valor patrimonial que não exceda aos sessenta e seis mil e quinhentos euros não paguem IMI, portanto há aqui também da parte do Governo alguma medida mesmo que pequena.

Aqui da Câmara gostávamos de ver, talvez, umas medidas mais aperfeiçoadas de controlo da despesa municipal, embora reconheçamos que têm sido feitos progressos, as despesas de funcionamento e que permitissem reduzir este IMI porque nós também não nos podemos chegar ao ponto de dizer, primeiro é porque não temos competências, como temos competências não as utilizamos porque o Governo que decida, quer dizer aí esse ponto parece-me uma falácia. Aliás aí até, agora falando diretamente para o Dr. Valentim Pinto, não é que eu tenha que falar, mas falo para o geral dir-lhe-ei que as bancadas do PSD e do CDS, até foram mais longe porque fizeram um a proposta em catorze de novembro de dois mil e catorze, para que o IMI também possa ter uma taxa de redução de acordo com os dependentes a cargo e portanto consideramos que também as Câmaras num futuro poderão, caso venha a ser aprovado, utilizar esta baixa na taxa.

Portanto não concordando, considerando que há uma ligeira baixa, mas não concordando com a taxa aplicada e a título exemplificativo não precisamos de ir aos concelhos do interior, mas vamos aos concelhos do distrito que todos diferentes, mas todos juntos quase governados pela CDU, quase todos, efetivamente praticam taxas mais baixas. Portanto, eu aqui, consideramos que poderia ter havido um esforço maior e as pessoas acho que reconheciam mais isso, agora a não ser que a CDU opte por ter uma redução o Sr. Presidente disse que para o ano ia reduzir mais, pronto como é ano eleitoral pode fazer uma redução maior, pronto aí aceitamos mas neste caso não concordamos com esta redução."

A Sra. Presidente da Mesa:



"Vamos avançar, vamos avançar, tem a palavra o Partido Socialista."

O Sr. Raul Cristóvão do PS:

"Obrigado Sra. Presidente. Eu vou centrar a discussão não em variáveis porque há uma coisa que eu não tenho, psicologicamente não me sinto diminuído por ser Membro de uma Assembleia Municipal. Como tal respeito todas as ideias e todas as opiniões e considero que ninguém, penso eu e pelo demonstrativo que tenho dos anos que aqui estou, vem para aqui sem saber o que é que vem dizer e sem se estudar os processos e as propostas. Portanto acho que há determinadas coisas que já na última Assembleia tinha chamado a atenção, mas continuam, já não são defeitos é feitio e, portanto, eu não quero levar a discussão para esses termos e vamos centrar naquilo que a Palmela e aos Munícipes de Palmela diz respeito. Foi para isso que fomos eleitos, não foi para discutir políticas nacionais nem para ser Deputados da Nação, foi para ser Deputados Municipais de Palmela, se alguém quiser ser deputado da nação pois que faça o esforço e vá até à Assembleia da República para discutir esses problemas todos.

Agora o que nos interessa a nós é aqui Palmela e o que se passa neste concelho, e quem é responsável pela gestão deste concelho há trinta e cinco anos é a CDU e não o PS. Como o Sr. Presidente falou, e falou muito, e repetiu à exaustão aquilo que já tinha dito na proposta anterior e vai agora nas respostas repetir à exaustão aquilo que já disse na introdução e na resposta da proposta anterior, eu vou-me dar ao direito, se me permite, de ler aqui a nossa proposta para abaixamento do IMI para zero trinta e nove, também à exaustão, acho que é importante ficar em ata as nossas posições, e assim e passando a parte introdutória vou já imediatamente às considerações.

Em Palmela a taxa fixada para os prédios avaliados no ano dois mil e doze, em pagamento em dois mil e treze, teve um aumento de vinte por cento, passando de zero vírgula quatro anterior taxa máxima, para zero quarenta e oito duas centésimas apenas abaixo da atual taxa máxima de zero ponto cinco, tendo sido e sendo a única com este valor no país.

No ano de dois mil e treze em Palmela, a taxa fixada para os prédios avaliados, em pagamentos em dois mil e catorze, passou para os zero quarenta e sete, taxa mais uma vez única no país. O enorme aumento desta taxa tem representado um esforço muito significativo para cerca de um terço das famílias proprietárias da própria casa de habitação em termos de profunda crise e degradamento inusitado da carga fiscal.

Apesar da crise, e das perdas de receita, cento e trinta e nove das trezentos e oito câmaras do país, quarenta e cinco ponto treze, aplicaram a taxa mínima de zero ponto três. Houve ainda quarenta e uma que aplicaram a taxa entre zero trinta e uma e zero trinta e cinco, portanto cento e oitenta câmaras, mais de metade cinquenta e oito ponto quarenta e quatro, aplicaram taxas bastante amigas dos munícipes, entre zero ponto três e zero ponto trinta e cinco, só vinte e nove das trezentos e oito Câmaras, seis ponto e oitenta e dois, aplicaram a taxa máxima de zero ponto cinco.

A CDU ao baixar a taxa de zero quarenta e oito para zero quarenta e sete em dois mil e catorze, não teve em conta a difícil situação financeira e económica das famílias, tantas vezes sem trabalho para garantir o sustento e pagar as prestações dos empréstimos das casas que tiveram que comprar devido à situação de bloqueio de mercado de arrendamento já há décadas.

Assim, e tendo em conta o afirmado na introdução, este imposto constitui uma das principais fontes de receita da Câmara de Palmela. Entendemos mais uma vez que também outros valores devem ser tidos em conta, nomeadamente a precária situação das famílias e a indispensável solidariedade que é devida pela sua autarquia.

Entre dois mil e oito e dois mil e doze a receita proveniente do IMI manteve-se entre oito ponto dois e oito ponto nove milhões de euros, em dois mil e treze subiu para dez milhões novecentos e oitenta e nove mil euros, mais dois milhões de euros, acréscimos de trinta e quatro por cento. O Relatório de Atividade Municipal de agosto de dois mil e catorze, dava conta de uma receita de oito milhões quatrocentos e trinta e seis setecentos e trinta e nove milhões de euros, mais dezoito pontos quatro que o período homólogo de dois mil e treze. De acordo com o Portal da Fianças já aprovaram as taxas de IMI para dois mil e catorze, a pagar em dois mil e quinze, cento e sessenta e oito câmaras, oitenta e seis com a taxa mínima de zero ponto três, vinte e quatro com a taxa entre zero trinta e um a zero trinta e quatro, dez com a taxa de zero



trinta e cinco a zero trinta e nove e vinte e quatro com a taxa entre zero quarenta e zero quarenta e quatro com a taxa entre zero quarenta e cinco quarenta e nove e vinte, e uma com a taxa de zero ponto cinco, prédios avaliados pelo CIMI.

Face ao exposto a descida de zero quarenta e sete para zero quarenta e três para prédios urbanos já avaliados pelo CIMI ora proposta pela maioria da CDU, por mais um ano consecutivo, muito pouco contribuirá para o alívio do esforço contributivo da esmagadora maioria das famílias do concelho que já viram os seus prédios avaliados. Mais, continua a ser o distrito de Setúbal que, pelo segundo ano consecutivo, lidera o ranking das taxas altas do IMI como se tratasse de um distrito em que as famílias portuguesas detivessem uma melhor situação económica, financeira e social do país.

Não nos esqueçamos que este é um distrito maioritariamente governado pela CDU que sustenta em termos nacionais a injustiça dos impostos que pagamos que ataca fortemente quem usa a necessidade de aumento da receita e à custa de quem trabalha. Acresce que sem a cláusula de salvaguarda do IMI, que este ano cessa, são certos nos orçamentos das famílias agravamentos significativos com este imposto, para além de existir nenhum desagravamento nos restantes impostos a que estão sujeitos. Este impacto negativo para as famílias tem como reverso da medalha um aumento da receita por parte dos municípios, previsão aponta um ponto quarenta e oito milhões, e por parte do estado.

Assim, reafirmando não ser nossa intenção pôr em causa o equilíbrio financeiro da Câmara propondo descidas radicais e demagógicas sem sustentação em prol relativas ao comportamento da receita e previsões sustentadas propõe-se nos termos da alínea d) do número...., e portanto esta proposta foi levada à Câmara, à Vereação, foi derrotada e nós trazemo-la aqui outra vez, porque defendemos que os prédios urbanos avaliados pelo CIMI, seja o valor de IMI de zero ponto trinta e nove. Esta taxa tem para nós, para os estudos feitos, não traz à Câmara, não põe em causa o equilíbrio financeiro e permitam-nos que também nós possamos apresentar propostas corretas, devidamente equilibradas e devidamente estudadas, porque, não tendo as verdades de tudo, também temos as nossas opções e também temos as nossas opiniões e estamos aqui para as defender. Também nós temos um projeto que claramente é diferente, mas que estamos aqui para defender as nossas e para defender a Câmara e a Autarquia na defesa dos Munícipes.

Portanto iremos votar contra o ponto um e já agora agradecia que acontecesse aqui o que aconteceu na vereação que o ponto um fosse votado à parte e que os outros pontos fosse votados em coiso, porque o ponto um..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Vamos lá."

O Sr. Raul Cristóvão do PS:

"...O ponto um tem a proposta de o aumento do IMI para zero quarenta e três, não é? E todos os outros..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Não, aqui na Assembleia Municipal nós apreciamos e aprovamos uma proposta e a proposta é global, portanto votamos o que aqui está, não vamos votar separadamente. Tem a palavra a CDU."

O Sr. António Mestre da CDU:

"Bom. Eu acho que já foi muito aqui dito, mas há coisas que não posso deixar de dizer.

Em primeiro lugar em relação àquilo que o CDS/PSD disse aqui, que isto começa com a negociação da Troika e nós agora somos bonzinhos e até propomos em sede de Parlamento, lá estamos nós a cometer o pecado de falar do nacional, a possibilidade do IMI baixar para os agregados com maior componente famílias e talvez as autarquias vão atrás disso. Primeiro lugar lamento imenso, aí a CDU é completamente



alheia nós não negociámos com a Troika, foram vocês, portanto vocês é que nos colocaram aqui neste aumento de impostos.

Segundo lugar, é também muito estranho que se diga aqui, e aqui o PS também já o fez, que efetivamente estamos numa casa para discutir o local e que não devemos falar do nacional. Em primeiro lugar estamos numa casa da democracia, ninguém coíbe ninguém de falar sobre políticas nacionais que afetam também o local e acho que nisso partilhamos todos e estamos todos de acordo. Portanto eu não me inibo de falar aqui daquilo que é nacional e que nos afeta aqui a todos. E uma das questões é que se ouviu falar muito da sustentabilidade das autarquias, do papão das autarquias e daqueles bonçarás que como há bocadinho dizia o CDS e o PSD, pronto pode ser que baixem no ano das autarquias é que sabem.

Esta medida que está aqui sustenta esta autarquia e foi um programa sustentável que foi apresentado à população e foi esse lamento para o Partido Socialista, ou seja agora aqui era mesmo piada porque não lamento coisa nenhuma, foi o nosso que foi sufragado e foi o nosso que foi sufragado com estas implicações todas e dizendo claramente que ia ter uma baixa progressiva deste imposto, está a tê-lo e dizendo que tinha medidas de concretização, que estão a ser conseguidas numa gestão sustentável e sabem essa gestão sustentável comporta o arrecadar desta receita. Porque quando dizemos que somos, eu já não queria dizer eleitoralistas como foi aqui quase anunciado que se poderia ser no último ano em baixar, é que as Câmaras que o fizeram e foram de vários partidos estão neste momento a meter o IMI no máximo porque são obrigados, porque estão de tal maneira endividados que tiveram que recorrer ao FAM que ainda por cima é pago por Câmaras como esta que estão a fazer uma estratégia de sustentabilidade e têm que sustentar os erros eleitoralistas dos outros. Por isso acho que um arrecadar de uma receita num princípio sustentável que possa garantir à população o comprimento de um programa eleitoral, não é enganar a população, não é tratar mal a população é ser honesto do princípio ao fim.

Um programa que comporta isto e eu conhecia alguns, e lá vou eu ter que falar do nacional, que ainda não tinham sido eleitos a primeira medida era baixar os impostos no dia que assinaram o termo de posse aumentaram-nos, isso aí é que já não me parece muito correto. Vamos votar a favor, eu fui curto porque aqui a gente tem aqui o tempo para dividir por estes todos, desculpem lá."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, vamos passar à votação, esta proposta."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Sra. Presidente eu gostaria de responder ainda a duas pequenas questões."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Brevemente, então já houve muitos argumentos."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Sem dúvida e haveria certamente muitos outros a aduzir das várias bancadas. Ainda assim, gostaria de dizer em primeiro lugar que também a maioria gostaria de ir muito mais longe na redução e no abaixamento da taxa do IMI, mas pelas razões que tive a oportunidade de dizer e outras que não tive oportunidade, não porque V.Exa. me retirasse o uso da palavra, mas porque entendi ser mais breve, "quem deseja ir mais longe é boa estratégia, poupe na montada" porque vêm aí próximos anos, anos que ao contrário que alguns julgam não são anos fáceis, nós é que poderemos fazê-los mais fáceis, com o nosso trabalho, com as nossas escolhas esclarecidas e portanto eu creio que "só no que sobeja é que segura o que basta", gosto muito também de Padre António Vieira, não é só do "Sermão aos Peixes" porque há peixes que dificilmente apesar de viverem no aquário conseguirão nadar. Mas feita esta alegoria por um lado dizer ao contrário do que aquilo que aqui foi dito, por exemplo, falou-se que a Câmara podia reduzir mais despesas de funcionamento. Bom, as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia vão ter um excelente documento para poderem constatar o



esforço da redução das despesas de funcionamento porque têm pela primeira vez um documento das Grandes Opções do Plano que vos apresenta gráficos de anos anteriores e quero dizer-vos que nestes dois últimos anos, o último ano do mandato anterior e este ano deste mandato, foram feitas opções muito difíceis, foram tomadas medidas muito sérias que reduziram muito substancialmente vários encargos de instalações, de rendas, de comunicações, de vigilância e segurança e de combustíveis, e os Srs. Membros da Assembleia têm obrigação de saber isso porque têm acesso à documentação assim como também certamente têm ligação com as Sras. e os Srs. Vereadores das respectivas bancadas e sabem que isto é um facto incontestável.

Depois quando se refere que se aumentou o IMI, na proposta do Partido Socialista, refere aquilo que aumenta mas não refere aquilo que reduz e de facto nalgumas zonas do país reduziram muito os outos impostos e volto a dizer isto, o problema é a soma destes todos para atingir uma verba mínima e é isso que estamos a fazer, é esse equilíbrio que estamos a fazer.

Também não é verdade dizer-se que num distrito maioritariamente governado pela CDU e que são as taxas mais altas etc., nós temos no distrito municípios da CDU, aliás consultem bem o vosso documento se calhar, que vão desde três a três oito em Almada, são realidades diferentes, são realidades muito diferentes e isto prova que não é uma simples opção política ou partidária de orientações política ou partidária é uma opção séria. Ninguém aumenta os impostos de ânimo leve, mas hoje conseguimos perceber que algumas medidas que foram tomadas estão a dar resultado e nós teremos esse desagravamento nos próximos anos, assim como vamos ter outros desagravamentos que são muito importantes também para as famílias e para as empresas conforme teremos oportunidade de vir a aprovar nos próximos tempos.

Também recordar, já agora, estou quase a terminar Sra. Presidente, olhe por exemplo o único município do Partido Socialista na Península de Setúbal tem uma taxa de IMI superior à do município de Palmela. Depois não é verdade dizer-se que uma proposta alternativa como a que foi apresentada em reunião de Câmara não é demagógica nem põe em causa o funcionamento da Autarquia é porque a proposta que nos foi apresentada, por exemplo, ao invés nós prescindirmos de um milhão e oitenta e três mil euros implicava prescindir de dois milhões cento e oitenta e dois mil duzentos e quarenta e dois euros. É que depois na proposta seguinte temos ouvido ao longo dos tempos os partidos da oposição dizerem: pois é mas ainda devíamos fazer mais aquela obra e há aí umas pessoas que reclamam mais aquele investimento e se calhar em vez de lavarmos os contentores cinco vezes devíamos lavar dez, mas enfim, então ainda há tanta coisa para fazer e nós não queremos de facto reduzir, nós queremos cumprir aquilo que prometemos às pessoas e temos tido até o privilégio de contar na generalidade das medidas que temos trazido a reunião de Câmara com a aprovação unânime de um conjunto de medidas e de um conjunto de obras, que outras forças que apesar de não as terem suscitado no programa eleitoral, dizem hoje ser grandes apoiantes dessas opções e portanto espero que no Orçamento possamos ter posições mais unânimes porque é de facto um bom Orçamento, mas só é possível ser um bom Orçamento com esta estratégia de prudência..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sr. Presidente passamos à discussão do Orçamento então."

O Sr. Presidente da Câmara:

"...o abaixamento do IMI."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Vamos terminar Sr. Presidente, tenha paciência, está bem? Vamos votar esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor (dezoito da CDU) e onze contra (seis do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.



O Sr. Raul Cristóvão do PS:

"O PS votou contra em virtude de não ter sido aceite a sua proposta de separação do ponto um, Prédios Urbanos zero ponto quarenta e três, dos restantes pontos. Os eleitos do Partido Socialista reafirmam a sua concordância com os pontos dois a cinco. Tenho dito."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, Srs....."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Sra. Presidente queria fazer uma declaração também. Já justificamos a nossa posição de voto contra, no ponto um, efetivamente o critério aqui seguido na Assembleia não foi o mesmo da Câmara que também como proposta única os pontos foram votados separadamente, portanto queremos frisar perante os eleitores que estamos favoráveis aos pontos dois a cinco e contra o ponto um e só não votámos separadamente porque foi entendimento da Sra. Presidente, e consequentemente da Mesa, não serem votados estes pontos um a um."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Não é entendimento da Sra. Presidente é entendimento da Assembleia, ou seja a Assembleia vota a proposta que vem da Câmara e não pode fazer alterações às propostas.

Portanto não vamos votar separadamente para que os Srs. possam fazer as vossas propostas. A Assembleia vota a proposta que vem da Câmara e portanto é uma proposta e a proposta tem estes pontos todos, se a Assembleia, isto é se a Câmara, consensualizar dividir a proposta porque quer atribuir valores diferentes em função daquilo que discute na própria Câmara, muito bem, a Assembleia vota uma proposta.

Bem, Srs. Membros da Assembleia eu sou resiliente, mesmo à situação de sono, mas faço-vos um apelo. Das duas uma ou começo a cortar a palavra e, portanto, nós vamos muito objectivamente votar as propostas, ou os senhores fazem todos um esforço para ser mais objectivos nas posições.

Eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara que dispensasse a leitura das propostas, apenas muito sumariamente fizesse, ou então nós vamos fazer de outra maneira, uma vez que as propostas estão distribuídas, eu coloco primeiro à discussão e depois passo ao Sr. Presidente para a sua defesa, se assim preferir?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"Como entender Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Pronto, tenho que vos fazer este apelo porque nós estamos no meio da ordem de trabalhos e presumo que não chegámos aos pontos mais substanciais.

Portanto, sobre a proposta seguinte que está devidamente explicitada e distribuídas a todos, pergunto se há alguma questão a aduzir Sr. Presidente ou se pomos imediatamente à discussão e o Sr. Presidente depois diz o que lhe aprouver."

PONTO CINCO — Minoração da Taxa de IMI — Prédios/Frações destinadas a Arrendamento Jovem e Instalação de Atividades de Comércio e Serviços após Obras de Reabilitação



O Sr. Presidente da Câmara:

"Sra. Presidente com a sua licença eu ainda assim permitia-me pelo menos dizer o título da proposta, Tratase de uma proposta ..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sim mas eu isso vou fazer, eu isso ia fazer, só pergunto se quer?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"... e no fundamental é uma medida para impulsionar o arrendamento habitacional acessível a jovens mas também o arrendamento nalgumas zonas que necessitam de reabilitação e o arrendamento comercial para comércio e serviços de zonas que necessitam de alguma dinamização. Propomos estas minorações de IMI para estas situações que aqui estão e já agora referir que, de facto, quando se aprova uma taxa temos que ter em consideração depois o outro conjunto de taxas porque é do equilíbrio daquilo que vamos deixar de receber com aquilo que vamos receber que, efetivamente, se chega depois à receita total que aparece na execução orçamental e por isso fará todo o sentido como fez na proposta anterior, votasse conjuntamente, porque a proposta para ser coerente tem aquilo que se deduz, tem aquilo que se isenta, aquilo que se reduz e tem pois aquilo que efetivamente não pode deixar de ser cobrado. Disse Sra. Presidente."

A Presidente da Mesa:

"Muito bem Sr. Presidente, obrigada, Srs. Membros da Assembleia, alguma intervenção? Tem a palavra Bruno Grazina, Partido Socialista."

O Sr. Bruno Grazina do PS:

"Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimento na sua pessoa os demais presentes.

Queria apenas referir que o PS sempre considerou a juventude como uma prioridade, tendo vindo a defender a criação de incentivos fiscais que permitam também a fixação de população jovem no município e não é só uma marca deste mandato, é também de mandatos anteriores, sobretudo propostas que promovem ao mesmo tempo a reabilitação urbana nos centros históricos. Neste âmbito relembro também que o PS, ao nível nacional, foi impulsionador do Programa de Apoio Financeiro ao Rendimento Jovem, Porta Sessenta e Cinco. Nesse sentido a Bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta, não deixando também de elogiar que sejam incluídos, nesta, jovens até aos trinta e cinco anos quando a prática é até aos trinta e neste caso, atualmente o Porta Sessenta e Cinco dá até aos trinta e dois mas é uma situação muito específica, e esta opção parece-nos honestamente bastante acertada. Contudo, gostaríamos que de futuro os valores destas minorações possam ser considerados face a um aumento, que esta minoração possa ser aumentada.

Gostaria também de referir, para concluir, que também nesta Assembleia e como aliás já tive oportunidade de comunicar ao Sr. Vereador Adilo Costa, em sede de Conselho Municipal de Juventude, que considero que isto é um pequeno passo na direção certa, mas esperamos que possa também ser considerado daqui para a frente um modelo diferente, que seja mais abrangente e que na nossa perspetiva passaria pela criação de um programa de arrendamento jovem que englobasse a possibilidade de estabelecimento de protocolos, com vista à intervenção em edifícios devolutos, por parte da Autarquia para em seguida serem arrendados a baixo custo recebendo a Autarquia parte dessa renda até perfazer o valor investido na intervenção.

Na minha ótica entendo que este deve ser o próximo passo a seguir e cá estaremos também para dar o nosso contributo, enquanto oposição que pretendo construir e contribuir para uma efectiva melhoria da qualidade de vida dos munícipes e, neste caso, dos mais jovens. Disse."

A Sra. Presidente da Mesa:



"Mais intervenções? Não havendo vamos votar, não sei se o Sr. Presidente, peço desculpa, não há nada de novo a aduzir pois não?

O Sr. Presidente da Câmara:

"Penso que os Srs. Membros da Assembleia receberam também o parecer favorável do Conselho Municipal de Juventude e portanto não aduziria mais nada."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Então vamos votar esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezoito da CDU, seis do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

PONTO SEIS - Orçamento 2015 e Grandes Opções do Plano 2015-2018

A Sra. Presidente da Mesa:

"E agora passamos ao ponto seis o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Dou a palavra ao Sr. Presidente para fazer a introdução à discussão, à proposta, peço desculpa."

O Sr. Presidente da Câmara:

"A proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2015/2018 foi elaborada num contexto económico e financeiro e legislativo muito particular, tiveram reflexos desde logo na estrutura do documento e nas opções programáticas e de natureza financeira neles contidos.

Este é o primeiro Orçamento elaborado de acordo com o novo quadro legal a nova Lei das Finanças Locais. Um quadro legal ainda assim incompleto, ainda não foi publicada a legislação por exemplo relativa à programação plurianual do orçamento e as alterações mais notórias estão aqui plasmadas na proposta, abster-me-ia de ler para ler apenas o essencial.

Para além destas alterações, por exigência legal e formal, foram introduzidas, esta sim por opção da maioria, dois novos capítulos que pretendem caracterizar, com maior detalhe, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano.

Em termos programáticos, as Grandes Opções do Plano foram elaboradas tendo presente três exigências:

- A garantia de prestação de serviços públicos de qualidade, adequados às necessidades das nossas populações e à satisfação das suas legítimas aspirações;
- Inclusão dos compromissos, de todos os compromissos, de mandato que estavam em condições técnicas de programação física e financeira;
- A inclusão de obras e/ou projetos que se pretende candidatar a fundos comunitários.

Sendo que neste capítulo ainda não levantámos muito o véu até porque sem conhecermos programas é impossível apresentar já projetos.

Relativamente ao contexto económico e financeiro este continua a ser de grande incerteza e com sinais contraditórios. Se o IMT apresenta uma evolução positiva nos dois últimos anos, o que pode indiciar alguma dinamização económica, os impostos indiretos continuam a ter um desempenho negativo, atingindo valores



historicamente baixos. Neste contexto em que, apesar de tudo, emerge a recuperação da saúde financeira da autarquia, fruto de um grande esforço desenvolvido nos três últimos exercícios, a opção não podia deixar de ser outra que a prudência e rigor na estimativa da receita que ainda assim, tem um crescimento modesto face ao Orçamento em vigor e muita exigência na contenção da despesa.

O Orçamento apresenta-se com trinta e nove milhões cento e trinta e sete mil euros, o que representa um aumento de três ponto nove relativamente ao orçamento inicial de 2014 e uma diminuição de sete por cento face ao orçamento em vigor.

Estamos a falar de um orçamento provisional, pelas nossas contas poderíamos ir um pouco mais além, contudo aplicando a técnica de elaboração do Orçamento e as regras do Pocal, mas sobretudo a imposição da média dos últimos vinte quatro meses das receitas, não podemos ir além desta estimativa.

O conjunto dos Impostos Diretos totaliza dezanove vírgula três milhões de euros, registando um aumento de treze por cento, continua a ser o capítulo com maior peso na receita, quarenta e nove vírgula quatro por cento. O IMI calculado com a base da média dos últimos vinte e quatro meses é a principal componente dos Impostos Diretos, como já foi dito.

As transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais e provenientes do Orçamento de Estado totalizam sete vírgula oito milhões de euros. Comparativamente ao ano de 2014 apresentam um acréscimo de seis vírgula sete e já aqui percebemos porquê, tem que ver com o aumento da tributação sobre o IRS que fez crescer este valor, mas ainda assim é importante ter em consideração que o valor deste ano, tendo aumentado relativamente ao ano passado, é inferior, por exemplo, aos valores que recebíamos do Orçamento Geral do Estado em 2009 e 2011.

Nos Impostos Diretos Taxas, Multas e Outras Penalidades, no valor global de dois vírgula milhões de euros, seis por cento das receitas. No capítulo Venda de Bens e Serviços Correntes, um valor global de oito vírgula sete milhões de euros, representa vinte e dois vírgula dois por cento das receitas.

Os recursos financeiros são afetos às seguintes funções:

- Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado: dezoito milhões de euros;
- Pessoal: dezoito vírgula sete milhões de euros;
- Despesas n\u00e3o imputadas \u00e0s GOP: dois v\u00eargula guatro milh\u00f0es de euros.

As despesas com Pessoal aumentam um vírgula três relativamente ao orçamento inicial de 2014. Este crescimento resulta em grande medida do facto de, por razões de prudência, se ter incluído a totalidade dos encargos com remunerações e abonos de acordo com as tabelas em vigor. Não tem que ver com qualquer aumento de pessoal conforme vão ter oportunidade de verificar, pelo contrário, na proposta que ainda abordaremos nesta sessão.

As despesas não imputadas às GOP sofrem um decréscimo de trinta por cento, face aos documentos previsionais iniciais de 2014, redução que tem origem em opções de natureza metodológica, consubstanciadas na inclusão das GOP de despesas antes unicamente imputadas ao orçamento, é o caso dos encargos com energia e com os combustíveis.

As receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, obtendo-se ainda uma poupança de três vírgula sete milhões de euros, que financia despesas de capital, respeitando assim o princípio do equilíbrio orçamental do POCAL. Nos termos da legislação nº 73/2013, a regra do equilíbrio orçamental é igualmente cumprida, existindo um diferencial positivo de um vírgula oito milhões.

Nas Grandes Opções do Plano que têm vinte e um vírgula seis milhões, dezoito milhões têm financiamento assegurado. O seu valor aumenta catorze vírgula um por cento quando comparado com o valor das GOP iniciais do ano de 2014 e apresenta a estrutura que está no quadro seguinte pelos vários capítulos das Funções Sociais, Educação, Saúde, Segurança, Ação Social, Habitação, Urbanismo, Saneamento, por aí fora.

Depois menos técnico e mais politico está praticamente tudo vertido na introdução às Grandes Opções do Plano, com destaque para o incremento das Funções Sociais e, isto sim, eu vou abster-me de ler embora a proposta, sendo a proposta a grande proposta da sessão seria de facto aqui muito mais tempo para a exposição, onde voltamos na área da Educação a reforçar os apoios Socioeducativos, a continuar a qualificar



o Parque Escolar, há também aumentos na área da Segurança e da Acção Social, depois são aqui discriminados os principais programas no capítulo de Habitação e Urbanismo onde se integra o Centro Histórico de Palmela com o FIMOC, o Espaço Cidadão, Iluminação Cenográfica do Castelo, os Mercadinhos as lojas Pop-Up, o projeto Duas Demãos Palmela, são alguns dos projetos que daremos continuidade e outro é inovador.

Na área do Saneamento, muitas obras com o destaque para a confirmação que tivemos, e noticiei ainda há pouco, isto vai implicar alterações já ao Orçamento na próxima revisão, da regularização da Ribeira da Salgueirinha, mas também a instalação do sistema no Montado da responsabilidade da Simarsul para a ligação de Brejos do Assa em Algeruz, um conjunto de obras como a conclusão de Infra-estruturas Val' Flores, Arruamentos no Bairro Alentejano, na Lagoinha, Encosta da Quinta do Outeiro, Quinta do Canastra-Sobral 1ª Fase, continuação da Remodelação de Infra-estruturas no Centro Histórico de Palmela, também na área do Abastecimento de Água, ações de qualificação e modernização da rede, para além de mais prolongamentos, mas sobretudo um forte investimento no combate às perdas, ganhos de eficiência e sustentabilidade.

Na área dos Resíduos Sólidos e Limpeza, um reforço das nossas respostas nesta área que infelizmente têm que passar sobretudo por aquisição de outsourcing dado os impedimentos à contratação, mas vamos renovar frota ainda assim, vamos aumentar o número de circuitos nalgumas freguesias, aumentar o número de lavagem de contentores, disciplinar a recolha de monos até com um regulamento recentemente aprovado e que está dentro em breve em discussão pública.

Na área da Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, várias ações de Educação Ambiental, Requalificação de Espaços Públicos, Proteção Animal, destaco a continuidade do Projeto Hortas Comunitárias, nas principais freguesias urbanas, Parque de Estacionamento Sul da Estação Ferroviária de Pinhal Novo, Requalificação de Espaços Verdes na Serra Grande, a construção do Centro de Recolha Animal, a Requalificação do Cemitério de Palmela entre muitas outras.

Na área da Cultura, todos os projetos que já são projetos bandeira e de referência no Município. O destaque para o Palmela Almenara, mas também a retoma de projetos como o FIG, o FIAR, ou, por exemplo, em 2015 o destaque para o 8º Encontro das Ordens Militares e há ainda um conjunto de candidaturas que temos preparadas para a eventualidade de programas no âmbito do Quadro Estratégico Comunitário para concorrermos a financiamentos.

Na área da Juventude, desenvolvimento de projetos como o Março a Partir, o Agir de Corpo Inteiro, Recurso Emprego e Aprendizagem para a Juventude, Conselho Municipal de Juventude e o Fórum Juventude, opções estratégicas de mandato, participação dos jovens na vida local, estimulando o exercício da cidadania, a consolidação do Projeto Sala de Ensaio CAVE, em Pinhal Novo, entre outros.

Desporto Recreio e Lazer, incremento da prática desportiva, os nossos programas de Desenvolvimento Desportivo Judo, Ginástica, Basquetebol, Atletismo, Ciclismo está aqui por lapso, é para retirar, já tinha dito na anterior reunião, realização de Jogos Desportivos Escolares, Apoio Técnico, Logístico, Mexa-se em Palmela, Cinquenta Mais, etc., mas sobretudo através do novo Regulamento de Apoio ao Associativismo teremos também oportunidade de desenvolver as parcerias com os principais atores nesta matéria que são os nossos Clubes e Associações do Concelho.

Na Industria e Energia, um conjunto de medidas, porque na sequência da aprovação do Plano de Acção para a Energia Sustentável em Palmela, assumimos compromissos de redução de encargos com a iluminação, de redução das emissões de dióxido de carbono, em seiscentas e quarenta e três toneladas até 2020. Temos portanto um conjunto de ações de sensibilização, mas também medidas especificas como instalação de reguladores de fluxo luminoso, substituição de luminárias por outras mais eficientes. Nos nossos equipamentos e instalações municipais vamos também desenvolver um conjunto de medidas para garantir eficiência energética.

Na área dos Transportes e Comunicações, a melhoria da rede viária municipal com um conjunto de investimentos muito significativos, a conclusão da rotunda que está já em curso, a pavimentação da Rua 9 de Março, a pavimentação do Aceiro dos Arraiados, Rua Abel Ferreira Agualva/Poceirão, o Aceiro das Sapatarias, uma Ciclovia em Quinta do Anjo, o prolongamento da Ciclovia em Pinhal Novo até ao limite do



Concelho, a construção também de uma Ciclovia em Aires a construção da Rede Municipal de Interligação aos núcleos urbanos também de corredores clicáveis e não só.

No Comércio e Turismo, também o orçamento para esse setor regista um acréscimo sobretudo investimentos necessários na conservação de mercados municipais, cá está falávamos há pouco nisso, melhoria de espaços de lojas, aumento da atividade promoção turística do concelho, em perfeita articulação com o Plano Regional de Turismo da Região de Lisboa, que foi aprovado há uma ou duas semanas e em que as grandes eixos estratégicos contaram também com a nossa participação tendo a Arrábida como pano de fundo, a dinamização turística associada aos Municípios também de Setubal e Sesimbra, parcerias que conhecerão novos desenvolvimentos com a promoção de produtos endógenos e de economia local. Também na área das Mostras das Feiras de referência, das mostras dos nossos produtos locais, Queijo Pão e Vinho, Fernando Pó, Comercial e Agrícola do Poceirão, uma inovação o dia da agricultura e do Mundo Rural, será uma novidade, depois a continuidade e desenvolvimento dos projectos de Participação e Cidadania, como o Orçamento Participativo, A Gente do Bairro, o Plano Municipal para a Igualdade do Género, as Semanas das Freguesias.

Uma nota final para dizer que garantido este equilíbrio financeiro, uma gestão rigorosa com um conjunto de compromissos que pretendemos honrar neste programa de trabalho, ainda assim o município também não pode deixar de exigir o cumprimento de obrigações e compromissos assumidos por parte da Administração Central devendo acompanhar o esforço que a Câmara e os parceiros económicos e sociais e as Entidades Públicas têm feito para garantir o Desenvolvimento do Território, ultrapassando muitas vezes a sua competência. Por isso continuaremos a trabalhar para uma efectiva instalação do Destacamento Territorial de Palmela da GNR, para a construção dos Pavilhões Desportivos da Secundária de Palmela e Básica José Saramago, não está nada em Orçamento, mas posso dizer aos Srs. Membros das Assembleia que na última reunião que tivemos com a Direcção Geral dos Equipamentos Educativos ficou o convite e o compromisso de fazerem uma visita a estas duas escolas e o Município, mais uma vez, clarificou a sua disponibilidade para elaboração de um Contrato-Programa disponibilizando-se para comparticipar em termos a negociar a questão dos Pavilhões, mas também a Construção de Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Pinhal Novo Sul, algo que continua a ser inexplicavelmente adiado, a construção de uma nova Escola Básica de Segundo e Terceiro Ciclo em Pinhal Novo e o reforço incondicional dos Médicos de Família no Concelho.

Ainda algumas notas orçamentais porque quando se fala de rigor não se trata de palavras vãs ou de circunstância é que, de facto, relativamente à arrumação das nossas contas há reduções do serviço da divida. Relativamente ao endividamento, foram ditas coisas também na reunião de Câmara que a gente depois não consegue responder a tudo. Eu antecipo já como é que se pode dizer que o Município tem problemas de endividamento quando apresenta uma margem total disponível de vinte seis milhões oitocentos e oitenta e nove mil euros, nós estamos de facto a reservar a nossa capacidade de endividamento para eventualmente termos de co-financiar alguns projectos que esperamos que venham a ser também co-financiados por Programas Comunitários, mas obviamente pela prudência consideramos que só recorreremos à Banca quando efectivamente for necessário. Há de facto um esforço de encargo da dívida que anda à volta de cinco/seis por cento do Orçamento Municipal, só para terem uma comparação no país, por exemplo, é mais de cento e vinte por cento do PIB, que é uma coisa muito superior. A Receita na página treze está, também, uma nota importante sobre as aquisições por Locação Financeira. Sendo investimentos acabam por ir também à dívida, não é verdade Dr. Paulo Pacheco? Mas está também devidamente controlado, e de uma forma prudente, para aquilo que efetivamente é necessário.

Depois, penso que o documento é bastante claro quer relativamente a um conjunto de indicadores e gráficos que ilustram qual tem sido o comportamento da evolução das receitas de vendas de bens de serviços, do IMI, do IMT, dos contratos, das transferências da Administração Central, aqui os números não mentem, depois no Pessoal dizer que houve algum alívio nos custos com o pessoal, mas à custa do emagrecimento dos rendimentos dos trabalhadores e da sua redução, nós perdemos cerca de 100 trabalhadores nestes últimos anos. Grande parte destes efeitos positivos têm entretanto sido anulados, só para terem uma pequena ideia com o aumento das contribuições para a Segurança Social que passaram por exemplo de dez por cento para os atuais vinte e três vírgula setenta e cinco por cento. Relativamente à política de pessoal falaremos daqui a pouco acerca do Mapa de Pessoal.

Enfim gostaríamos na Área da Energia e na Aquisição de Bens e Serviços ter uma fatura mais baixa, estamos à espera das prometidas notas da fiscalidade verde, mas aquilo que nós efectivamente advogamos era o



abaixamento do Iva na Iluminação Pública. Em matéria de investimento está também aqui devidamente escalpelizado, é evidente que está aqui um aumento do investimento de 2014 para 2015, ele ainda assim comparativamente com 2012 é muito inferior, mas não esquecer que em 2012 estávamos com Fundos e com Obras do QREN, que teve financiamento comunitário e que também teve empréstimos e portanto hoje, por hora, estamos neste valor mas acredito que com algumas obras que ainda vamos introduzir ao longo do ano voltaremos a valores dos anos anteriores.

Também nas Funções Sociais chamo a atenção das Sras. e dos Srs. Membros da Assembleia para o descrito nas páginas trinta e quatro e trinta e cinco que, aliás, já me referi a aspetos desta natureza na discussão das propostas anteriores, também uma referência às transferências para as Juntas de Freguesia que aumentam, aumentam valores, mas aumentam também novas competências que virão a esta Assembleia ainda este ano, podem constatar isso na página cento e onze, conciliar a leitura, mas também na página cinquenta e três. Relativamente aos empréstimos, porque às vezes fala-se de endividamento de empréstimos, quando é que se abate o capital e quando é que se abate os juros, também o documento é bastante claro quer relativamente às entidades participadas, também, o Mapa dos Encargos Financeiros a satisfazer com a Liquidação de Empréstimos também se encontra no final num conjunto de anexos. Sra. Presidente grosso modo não consequi ser mais sintético, é isto."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Srs. Membros da Assembleia está aberta a discussão, quem deseja intervir sobre o Plano de Orçamento Plano de Actividades? PSD/CDS, tem a palavra Rosa Pinto por favor."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Agradecemos os esclarecimentos do Sr. Presidente, efetivamente eles estavam todos contidos na proposta. Eu antes disso pretendia fazer uma interpelação à Mesa se a Sra. Presidente me permitisse.

É que estamos aqui a aprovar propostas que não são referidas pela Mesa que são aprovadas em minuta, o que quer dizer que não tem eficácia jurídica e as atas como não estão atuais todos os atos que aqui produzimos não têm qualquer efeito, portanto é melhor reiterarmos que tudo foi aprovado em minuta."

A Sra. Presidente da Mesa:

"E portanto sugere que o faça, acha que é necessário fazer isso em cada proposta? Acho que é desnecessário, eu acho que não é necessário."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Eu penso que sim Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Neste contexto..."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"De onde é que a Sra. deduz que estão aprovadas em minuta se não refere nem na proposta nem a Sra. diz, só em pensamento Sra. Presidente. Permita-me discordar desse aspeto, a eficácia jurídica do ato só se mantém com essa referência e eu não querendo inferir daqui nenhumas nulidades estou a chamar a atenção da Mesa para poderem relevar todos os atos.

Passando agora à análise do Orçamento, relativamente aos empréstimos e ao mapa dos encargos financeiros, que o Sr. Presidente acaba de referir, o que se verifica da análise do mesmo é que há face ao



capital contratado e ao capital utilizado um montante dois milhões dezasseis mil quatrocentos e oitenta e quatro euros não utilizado. Eu pergunto ao Sr. Presidente se esta utilização, uma vez que eu não estava na Assembleia em dois mil e dez, permite-me fazer essa pergunta, este valor não vai ser mais utilizado ou está em aberto a sua utilização? Isso é uma pergunta que eu tenho colocado.

Relativamente ao Orçamento, às Opções das GOP's eu tenho pena e aí concordo com o Sr. Presidente que este orçamento mereceria uma discussão mais alargada, mas a partir do momento em que temos nove pontos na ordem de trabalhos é sempre muito complicado discutir isso, portanto em futuras sessões destas a nossa sugestão, se me permitem, era dividirmos isto em duas sessões. É certo que se calhar gastava-se mais uns quantos euros das nossas presenças mas, no que me diz respeito, estou disposta a abdicar da minha senha de presença nesse caso.

Face ao Orçamento em si, e abreviando, não irei fazer uma análise muito pormenorizada e irei dizer que votaremos contra o Orçamento e as GOP's e não está neste momento o Carlos Vitorino mas depois proporme-ei ler a nossa declaração de voto e resumir-me-ei então a isso."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mais pedidos de intervenção, que não tenho.

Antes de passar a palavra ao PS, responder à Sra. Membro da Assembleia Maria Rosa Pinto. Eu considero francamente desnecessário em cada proposta repetir ou propor a aprovação dos pontos em minuta para produzirem efeitos imediatos e, portanto, o que tenciono fazer que aliás isso é recordado normalmente nas outras Assembleias é no final, no final, referir aos Srs. Membros da Assembleia que naturalmente entendemos que estes pontos são todos aprovados em minuta, é isto que costumamos fazer, portanto eu pelo menos nunca fiz nem nunca me lembro de ter ouvido, durante muitos anos que participei na Assembleia, o Sr. Presidente anterior referir proposta a proposta que os pontos são aprovados em minuta para produzirem efeitos, com todo o respeito pela sua douta opinião.

Dou a palavra ao Partido Socialista."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Já agora Sra. Presidente...

A Sra. Presidente da Mesa:

"Não, não vale a pena continuarmos, oiça, não, não, não..."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Até a Sra. Presidente fazia isso na Câmara, que eu assisti a muitas sessões de Câmara."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Na Câmara? Não."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Sim, sim, sim, as próprias propostas continham a aprovação em minuta Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Bem vamos passar a palavra ao Partido Socialista."



O Sr. Raul Cristóvão do PS:

"Muito obrigada Sra. Presidente.

Realmente dado ao adiantado da hora eu acho também, penso e pensamos nós também, que porventura uma ordem de trabalhos mais pequena, embora ou é dividida esta Assembleia em duas, se poderia discutir melhor este Orçamento mas, uma vez que temos também já a nossa posição demonstrada pelos nossos vereadores na Câmara, em reunião de Câmara, que ficou devidamente plasmada com uma declaração de votos, permitia só realçar três ou quatro pontos também dessa nossa posição. Reforçando a nossa posição, declarando desde já que o nosso sentido de voto é a abstenção, e é a abstenção no sentido da responsabilidade que temos de estar aqui, não para fazer, não porque sim, nem porque não, mas porque analisamos com coerência e segundo as nossas perspetivas e o projeto que temos cada documento per si.

Este é declaradamente um documento bem feito, tecnicamente bem realizado talvez, direi, não quero ser injusto, mas o melhor documento é claro que a lei mudou e obriga a algumas coisas, mas é um documento claro muito mais objetivo e muito mais analisável que os outros e portanto quero também deixar aqui essa referência ao Técnicos que estão por trás da elaboração deste documento porque é importante para nós que nos sentamos e temos acesso a estes documentos que eles nos facilitem essa análise.

Tirando este aspeto diria que este documento nos aspetos gerais é um pouco daquilo que a CDU nos tem habituado, e é um pouco daquilo que a CDU nos tem habituado porque nos últimos tempos a CDU continua muito a priorizar a arrecadação da receita a partir dos impostos e a partir em relação às famílias, mais no IRS, no IMI, já tomamos as nossas posições, já dissemos o que é que nos separava. Estamos também preocupados logicamente, apesar de o Sr. Presidente já ter adiantado, porque sabia e porque sabe qual a nossa posição, estamos preocupados com a dívida, não foi ninguém mais senão a CDU a fazer essa dívida ao longo dos anos, e estamos preocupados porque só em dois mil e quinze temos cerca de um milhão e novecentos mil em amortizações e em juros cerca de duzentos e setenta e oito mil. Pronto, isso é significativo e seria menos se não houvesse essa dívida, este montante de dívida, porventura seria mais fácil ter reduzido os impostos às famílias.

Por outro lado temos a questão da SIMARSUL, muito debatida e sempre debatida nesta Assembleia, que é para nós mais um problema e como já dissemos várias vezes não é um problema que se esgote em dois mil e dezoito e infelizmente, se seguir o que tem seguido, vamos ter SIMARSUL e dívida muito para além de 2018.

Em relação ao IRC, também já tomamos as nossas posições e estão plasmadas.

Em relação às transferências e competências para os meios e Juntas de Freguesia consideramos que é positivo o aumento, temos como perceção de que o trabalho que se faz nas Juntas é sempre um trabalho muito mais de proximidade e, portanto, que poderia continuar a investir nesta transferência quer de meios quer de competências para as Juntas de Freguesia e esperemos que assim se faça porque, se assim for, terá sempre o apoio do Partido Socialista para aumentar essas transferências e essas competências.

Em relação às dívidas aos fornecedores embora tenha sido reduzido o valor, a verdade é que temos aumentado o número de dias para pagamento e passámos de noventa dias para cento e cinquenta e seis dias e eu não quero fazer comparações com outros concelhos mas a verdade é que muito deles baixaram.

Depois salientar aqui a Palmela Desporto e as contas. Nós manifestamos claramente uma esperança que se continua a aumentar o ativo líquido e diminuir o passivo, assim como aumentar os capitais próprios e para que efetivamente tenhamos cada vez mais uma Palmela Desporto com uma vida financeira mais saudável.

Portanto temos aqui bastantes discordâncias e reservas, temos visões diferentes e como disse há pouco o nosso sentido de voto nunca se fará, nunca se fez, nem se faz, nem se fará, porque sim ou porque não, por estratégia politica, por estratégia eleitoral meramente, far-se-á sempre por análise que fazemos de acordo com os nossos princípios e que são diferentes claramente da CDU. São diferentes, porque temos um projeto diferente e faríamos diferente, mas este é o primeiro Orçamento que nas GOP tem muitas ações e compromissos que o PS apresentou no seu programa eleitoral e designadamente o investimento no Turismo, tem um aumento de sessenta e sete por cento face a 2014. Pensamos que o Turismo é uma aposta que é importante e que tem que ser sustentada e que deve ser continuada e valorizada.



Existe aqui uma maior valorização da despesa em áreas que no passado se encontrava descontroladas, nomeadamente nas despesas correntes, hoje há maior equilíbrio. O total do Orçamento, já tínhamos dito o ano passado, este ano voltamos a dizê-lo está mais próximo da realidade espectável porque sempre defendemos que os Orçamentos estavam inflacionados e portanto nesse aspeto e também por isso a nossa abstenção.

No fim não estamos a passar nem um cheque em branco, nem um vale, nem nada estamos simplesmente a ser coerentes. Como a coerência faz parte da politica, ou deve fazer parte da politica, e como não discursamos para ninguém mas discursamos para pessoas, e para munícipes, estamos aqui para abstermos neste Orçamente estando atentos na sua aplicação, nos compromissos que estão inscritos e que esses compromissos sejam efetivamente realizados, ser realizados no tempo, na qualidade das intervenções e no controlo dos custos, e se assim for o PS continuará a ter posições e continuará a estar de acordo com algumas e em desacordo com outras, portanto vamos abster. Disse."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mais alguma intervenção? Não vi, não? Então pergunto ao Sr. Presidente se quer esclarecer alguma questão, bem que não houve propriamente questões, mas...."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Se fizer favor Sra. Presidente, apenas para dois esclarecimentos.

À questão suscitada pela Sra. Membro da Assembleia, pela coligação PSD/CDS-PP, quanto aos empréstimos. O valor dos empréstimos não utilizado tem que ver com obras que ainda dependem do empréstimo e que estão em curso, nomeadamente o Espaço Cidadão, rotunda, e um restinho do Caminho Municipal 1029, entenda-se o restinho da Estrada da SETCOM.

Depois ainda à guisa de esclarecimento na sequência da intervenção do Sr. Membro do Partido Socialista, Sr. Raúl Cristóvão, relativamente às dívidas. A generalidade dos municípios têm dívidas, têm empréstimos, têm é que ter capacidade para pagá-las e eu queria aqui esclarecer o Sr. Membro da Assembleia que neste momento dívida contratualizada, o Município passou de doze milhões para seis milhões e que essa dívida centra-se toda à AMARSUL e à SIMARSUL, sendo que a AMARSUL estimamos no final do próximo ano ter tudo pago, relativamente à SIMARSUL, como sabe, existe um acordo de pagamento e estamos a honrá-lo religiosamente e até 2018 inclusive estará tudo pago. Teríamos tido outra opção, se calhar, a opção de triplicar o preço da água e do saneamento aos nossos munícipes. Nós já demonstrámos à SIMARSUL, que nós e os outros municípios da Península, que andámos a pagar uma tarifa inadmissível. Na última reunião que tivemos com o Conselho de Administração da AMARSUL provámos que os feed de gestão, a remuneração do capital ao accionista, etc., atingiram valores inadmissíveis e que as contas foram mal feitas e como há a SIMARSUL, por exemplo, não consequiu receber dinheiro duma verba que ainda tem a receber, nomeadamente para investimentos no tratamento dos efluentes das suiniculturas ainda tem cinco milhões para ir buscar a Bruxelas que não consegue ir buscá-los, precisamente porque não conseguiu negociar outras comparticipações que aqui, ao contrário de outras zonas do país, são inferiores para os investimentos que fez, a SIMARSUL fez repercutir tudo isso na tarifa fazendo com que aqui, apesar de pagarmos uma tarifa mais baixa, que noutras zonas do país, é uma tarifa muito elevada, porque são muitos a pagar do que nas zonas do país pagam mais porque são menos pessoas, não é? E aquilo que vem aí com a fusão do sistema, que nos está a ser imposta, é nós passarmos a pagar mais, para compensar sistemas completamente inviáveis como o sistema do Vale do Zêzere e outros que ficam no centro, norte do País.

Mas sobre isto dizer que a verba que temos neste Orçamento para a área do saneamento visa, também, renegociar essa dívida porque estamos disponíveis para pagá-la mais depressa Sr. Membro da Assembleia. Não conseguimos, ainda, foi chegar à negociação e só para o senhor ter uma ideia porque é que chegamos a este valor é que esta empresa, isto é importante os Srs. Membros da Assembleia saberem porque às vezes discutimos aqui depois as questões do grupo Águas de Portugal, das privatizações das concessões, pertencendo ao mesmo grupo, ao grupo EGF, enquanto que a AMARSUL apenas nos aplica juros de mora na SIMARSUL aplicam-nos juros de mora e juros financeiros e é isto que nos está a ser negociado e



possivelmente até terá que ter outros contornos de natureza ou procedimentos jurídicos, para repormos aqui alguma justiça de um dinheiro que estamos a pagar e que achamos que não deveríamos pagar.

Por último também um esclarecimento sobre o prazo médio de pagamento. Sras. e Srs. Membros da Assembleia aquilo que vem na lista da DGAL, decorre de um critério errado que não tem em conta os pagamentos que estão contratualizados. Com pagamentos contratualizados, metendo estes pagamentos que temos até 2018 nessa contabilização das faturas com mais de noventa dias, é evidente que aumentámos de cento e cinquenta e seis para cento e cinquenta e nove dias, mas tirando aquilo que está contratualizado que é aquilo que nós e outros municípios temos dito à DGAL, aquele quadro está mal feito, nós passámos de cento e vinte dias em 31.12.2012 para um prazo médio de pagamento de quarenta e seis dias e já tive a oportunidade de dizer quer na Câmara, quer na Assembleia, que pagamentos ditos em atraso, segundo a legislação com mais de noventa dias, estávamos, em setembro, com cerca de vinte mil euros, não conseguíamos pagar por questões de insolvências e questões de reclamações, enfim, que não conseguíamos proceder ao pagamento. Todas as outras são verbas que estão dentro dos prazos legais e o que está aqui a distorcer este quadro da DGAL, é o facto de a DGAL estar a contar com estes pagamentos que estão contratualizados que não deviam, como deve compreender, contar para esta contabilização.

Feito este esclarecimento, as outras questões de natureza mais política abster-me-ia de comentá-las porque, de facto, os dados estão lançados. Folgo em saber que, ainda assim, há um conjunto de investimentos em que os senhores nos acompanham, não na votação a favor, mas com a abstenção, consideram que há aqui de facto obras e compromissos sérios e que correspondem às necessidades dos nossos munícipes e do concelho. Quanto à Coligação PSD/CDS, enfim, é sinal que não querem por exemplo o Aceiro dos Arraiados ou outras obras feitas, mas isso..."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Sr. Presidente eu acho que não lhe cabe fazer esse comentários, porque eu ainda não li a declaração de voto e o senhor aí vai ver o que é que então lhe vamos justificar."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Isto foi uma brincadeira, desculpe, pronto eu depois também gostaria de fazer uma declaração que não podia ser de voto, sobre as declarações de voto."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mais alguma intervenção? Então vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor (dezoito da CDU), oito abstenções (seis do PS e dois do BE) e três contra do PPD/PSD.CDS-PP. Aprovado em minuta.

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Irei então ler a Declaração de Voto."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Faz favor."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:



"O Orçamento para dois mil e quinze apresenta no capítulo das receitas o valor de euros trinta e nove milhões centro e trinta e sete zero quarenta e no capítulo da despesa o valor de quarenta e dois milhões seiscentos e oitenta e um trezentos e sessenta e nove euros. Ao nível da despesa destacamos sobretudo como passivo financeiro o valor de euro um milhão oitocentos e setenta e um trezentos e trinta e um euros, como outros trabalhos especializados, sobretudo dívida à SIMARSUL e à AMARSUL, um montante de cinco milhões duzentos e trinta e sete mil quinhentos e cinco, despesas com pessoal, dezoito milhões setecentos e trinta e cinco mil novecentos e doze euros.

Aquisição de Bens e Serviços e Correntes o valor de euros quinze milhões duzentos e oitenta e seis mil trezentos e trinta e quatro euros. A despesas aumenta cerca de três vírgula nove por cento face a dois mil e catorze, ou seja no valor de euros, um milhão quatrocentos e sessenta e dois mil zero quarenta euros. No que concerne às Grandes Opções do Plano para dois mil e quinze, dois mil e dezoito..."

O Sr. Domingos Rodrigues da CDU:

"Isso é uma Declaração de Voto?"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Vamos deixar terminar."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Aliás a bancada nem tem legitimidade...."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sra. Membro do PSD/CDS, apresente lá o seu conceito de Declaração de Voto."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"... conduz a um aumento de cerca de dezanove por cento face a dois mil e catorze, ou seja de euros três milhões quatrocentos e vinte e oito mil trezentos e oitenta e cinco euros, valor quase similar ao valor da diferença entre a receita prevista para dois mil e quinze e a despesa prevista para o mesmo ano de euros três milhões quinhentos e quarenta e quatro mil trezentos e vinte e nove euros, o que nos pode fazer concluir que a autarquia não está a fazer uma previsão correta da estimativa das receitas, ou à aplicações das GOP's que não vão existir.

Aliás se bem nos lembramos a título de mero exemplo e podíamos dar muitos outros nas GOP's de dois mil e sete dois mil e dez, foi prevista a repavimentação da Estrada dos Quatro Castelos para o ano de dois mil e dez num montante de quatrocentos e cinquenta mil euros, o que não veio a acontecer, referindo o executivo por razões financeiras e não utilização total do empréstimo bancário então contratado.

Cabe pois à CDU,PCP e Verdes defender ..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Peço desculpa, vou interrompê-la. Isso de todo, e definitivamente, não é uma Declaração de Voto. Não tem que fazer recomendações a ninguém, tenha lá paciência, desculpe."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Eu não estou a recomendar."



A Sra. Presidente da Mesa:

"Não desculpe, é assim mesmo que o nosso conceito seja, desculpe, interrompi-a e vou continuar, mesmo que o nosso conceito seja um bocadinho elástico e permita, quer dizer, que a Declaração de Voto apresente números etc., quer dizer, seguramente uma Declaração de Voto não tem espaço para comportar sugestões, indicações, e considerações sobre as outras... desculpe."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"...estamos a lembrar."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Pois é isso, não é uma Declaração de Voto.

Uma Declaração de Voto tal como o termo, Sr. Presidente desculpe, define trata justamente de uma justificação sobre o sentido de voto e portanto vai fazer o favor de entregar por escrito, mas termina a sua declaração de voto."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Eu vou continuar."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Não vai continuar, porque eu não vou permitir, desculpe, se é assim, não vou permitir, está bem?"

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Oh, Sra. Presidente, então a Bancada do CDS ausenta-se neste momento."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Ouça é uma decisão sua, quer dizer, eu acho que temos que ser razoáveis, tinha questões aí porque agora seguindo a mesma lógica eu posso..."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Eu percebo que a Sra. Presidente fique aborrecida que isto terá sido no seu mandato, mas eu aqui vou já tecer os considerandos finais, portanto é já a justificação da votação, Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sra. Membro da Assembleia Municipal do PSD/CDS, Rosa Pinto, eu acho que tenho demonstrado uma enorme capacidade de ouvir, com muita serenidade, tudo aquilo que todos os Srs. Membros da Assembleia dizem, querem dizer, sobre o anterior mandato. Nunca me ouviram, nunca me ouviram, exorbitar a minha função de Presidente da Assembleia para fazer a defesa, desculpe, desculpe..."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Sra. Presidente eu estou a ler uma declaração de voto."



A Sra. Presidente da Mesa:

"Quem dirige a Assembleia sou eu, e como...Oh, Sra. Membro da Assembleia, Dra. Rosa Pinto, a senhora faz o favor..."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"A senhora não me permite a conclusão? é só o que eu quero saber."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Olhe, não me vai ouvir, não me vai ouvir, cometer a indelicadeza de a mandar calar, mas o que lhe digo é que isso não é uma Declaração de Voto, portanto vai fazer o favor de entregar o seu documento, está bem? E da próxima vez refaz, se me permite a sugestão, a sua Declaração de Voto, coloca as questões que quer colocar, entra na discussão com os demais Membros da Assembleia, é que agora ninguém pode rebatê-la, percebe? Isso é uma Declaração de Voto, portanto não faz sentido. Vai fazer o favor de entregar por escrito e terminamos por aqui."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Sra. Presidente, quero lavrar um protesto em ata direto."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Façam o favor de escrever que nós registaremos."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"A bancada do PSD/CDS, quer lavrar o protesto perante a condução desta Assembleia no que diz respeito à utilização dos tempos, da parte do Sr. Presidente da Câmara, a abreviação das intervenções efetuadas pela Mesa no que diz respeito aos eleitos nesta Assembleia Municipal e ao quartar da leitura de uma Declaração de Voto relativa ao Orçamento, justificando o nosso voto contra, e o qual também distribuímos à Comunicação Social. Tenho dito."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Não se esqueça, de pôr por escrito para tratarmos com mais rigor o seu voto de protesto.

Não ouvi até ao momento nenhum dos Srs. Membros da Assembleia reclamar por ter sido quartado na sua possibilidade de intervir, e portanto não percebo, nem reconheço, a razão de ser da sua intervenção, não tem sentido."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"É o meu ponto de vista Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mais alguma intervenção? Terminámos este ponto com a declaração ..."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:



"O nosso voto será contra."

A Sra. Presidente da Mesa:

"...da Sra. Membro..., já tinha votado, portanto vamos passar ao ponto seguinte, vamos passar ao ponto seguinte e da próxima vez, a sério da próxima vez a Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, intervém normalmente na discussão, dá as suas opiniões, sujeita-se à discussão, ao contraditório, porque isso é que é democrático, e no final faz aquilo que de facto a lei define como uma Declaração de Voto se entender que deve fazer. Pronto e ficamos por aqui relativamente a essa matéria."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Vamos passar ao ponto seguinte, pergunto ao Sr. Presidente se quer introduzir rapidamente."

PONTO SETE - Mapa de Pessoal para o Ano de 2015

O Sr. Presidente da Câmara:

"Vou ser muito telegráfico Sra. Presidente.

Está no texto a fundamentação, temos no Mapa de Pessoal para 2015, novecentos e sessenta e nove postos de trabalho previstos dos quais novecentos e um estão ocupados e setenta vagos. Este parágrafo é o essencial, refere que alguns destes vagos se destinam a salvaguardar situações de trabalhadores que se encontram em regime de mobilidade interna não consolidada, em regime de substituição, em cargos de dirigentes, licença sem remuneração, bem como permitirem em conjugação com os quatro postos de trabalho a criar, fazer face a necessidades prementes de recrutamento no âmbito de procedimentos concursais ou com recurso ao instrumento da mobilidade intercarreiras/categorias com o objetivo de suprir necessidades prementes de serviço.

O Mapa consagra, ainda, a extinção de seis postos de trabalho, dois na carreira técnica superior e quatro na carreira de assistente operacional.

Depois recordar as alterações que houve em 2014, nas Estrutura Orgânica Nuclear e Flexível e nos Cargos de Direção Intermédia, houve de facto a reafectação de noventa e um trabalhadores, houve extinção de Serviços.

Também em 2014, houve efetiva mobilidade de vinte e seis trabalhadores entre os diversos serviços municipais, onze mobilidades internas, intercarreiras e categorias, precedidas da anuência dos trabalhadores.

Este mapa foi devidamente debatido e foi também dando cumprimento à legislação, foram ouvidas as organizações representativas dos trabalhadores. Disse Sra. Presidente, o fundamental."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem. Srs. Membros da Assembleia, sobre este ponto quem deseja intervir? Tem a palavra o Partido Socialista."

O Sr. José Manuel Silvério do PS:

"Sra. Presidente obrigado.



Estamos todos muito cansados e não é pelo adiantado da hora, é que isto torna-se um bocado complicado e creio que a CDU e o Sr. Presidente da Câmara, que é uma pessoa inteligente, e a Sra. Presidente da Assembleia irão refletir sobre isto, porque isto é maçador, é sobretudo uma falta de respeito também para vocês da CDU, e vocês sabem que é verdade.

Bem, eu sei quando é do vosso lado nunca dá jeito, em relação ao Mapa de Pessoal para o ano de 2015, eu quero dar uma nota prévia e quero dizer o seguinte como nota prévia.

A mim nunca ninguém me ouviu dizer que a Câmara teve, tinha, ou tem, pessoal a mais, nunca me ouviram dizer isto. Vou dizer hoje o que disse exatamente em 2006 numa sessão desta Assembleia, neste mesmo local, quando o Mapa tinha mais de mil e cem funcionários, e é o seguinte: o problema deste Mapa é ser uma pirâmide invertida que à medida que vai reduzindo o pessoal mais se agrava. O Mapa de Pessoal de qualquer instituição pública, ou privada, qualquer pessoa sabe disto, deve ter uma base de pessoal operacional nunca inferior a setenta por cento e daí para cima deve formar uma linha recta o mais afunilado possível, isto em qualquer instituição seja público ou privado.

O Sr. Presidente farta-se de rir, tenho que também passar a rir, também, em vez de o ouvir com atenção, eu percebo, porque senão usasse a expressão militar de que são mais os chefes que os índios, aliás muito bem expresso neste documento, está expresso neste documento, onde se fala da falta de pessoal nas áreas operacionais, é dito pelo Sr. Presidente da Câmara ou pelo executivo, está escrito, não sou eu que estou a dizer, está cá escrito. Isto é um problema que afecta a maioria dos trezentos e oito câmaras do país e mesmo já muitas das Juntas de Freguesia e que prejudica gravemente o desempenho dos Autarcas em dois planos: o de servir, primeiro o de servir o exemplo que acontece no nosso concelho.

Quando um autarca e o Presidente da Câmara, pelo menos uma reunião que eu tive no Centro Cultural do Poceirão está escrito em ata e disse, se queixa não ter pessoal suficiente para limpar as valetas nas bermas das estradas e caminhos municipais, espero que o Sr. Presidente não diga que isto é mentira, porque está aqui pessoas que assistiram. Sabe que com as chuvas a água danifica mais a estrada porque anda por cima delas, portanto não foram limpas as valetas por falta de funcionários operacionais, dito pelo Sr. Presidente da Câmara, mas isto acontece em muitos outros concelhos. A água danifica mais as estradas porque anda por cima dela e depois são precisos recursos para reparar mais buracos nas estradas e caminhos que também os recursos humanos não chegam especialmente nos meios operacionais, é dito pelo Sr. Presidente, não sou eu que digo, portanto se está a rir, está-se a rir dele mesmo. Depois tem um outro problema, no plano jurídico, com a falta de recursos humanos operacionais, que acontece nesta Câmara e muito dos outros trezentos e oito concelhos, os autarcas são obrigados a recorrer a serviços externos. Porém os tempos de resposta desses serviços externos, e da logística, implicam por vezes ações dos autarcas que os pode levar a ter problemas. Muitos autarcas têm tido problemas judiciais por adjudicações diretas sem qualquer concurso, felizmente que noventa e nove por cento desses casos que vão a Tribunal são ilibados, e muito bem, e explica-se facilmente porquê, e que resulta da falta dos operacionais da maior parte dos casos.

A questão é: imaginemos que os moradores deste, ou de outro concelho qualquer, lhe rebentam uma conduta de água à porta, ligam para a Câmara, esta ou outra qualquer, e lhe dizem olhe só temos um piquete de águas e está a tratar de uma outra urgência, portanto vamos abrir um concurso pedindo orçamento a dois ou três empreiteiros e depois daqui por uns dias irão arranjar aí esse rebentamento da conduta. O que é que dirá, como é que reagirão esses moradores?

Ou se um autocarro escolar da Câmara se avaria a transportar os alunos e a Câmara não tem esta ou outra Câmara não tem outro autocarro para substituir este, não vai dizer aos pais, aos alunos, aos professores e a toda a comunidade, olhe agora os seus filhos vão para casa a Câmara não tem nenhum autocarro e vai abrir um concurso para ver se podemos contratar outro autocarro e vai demorar uns dias, também toda a gente irá reagir mal.

Isto é para demonstrar eu não estou aqui a fazer, esta gente não se importa que o Presidente da Câmara fale mais do que eles todos juntos numa falta de respeito, mas quando alguém fala acham sempre que eles é que têm razão e os outros não têm, eu não estou aqui a criticar a Câmara estou simplesmente a dizer que o problema de haver falta de operacionais de gente que está no terreno, neste e noutros concelhos e nesta e noutras Juntas de Freguesia também já acontece, é um problema para os próprios autarcas tanto na sua gestão como até em problemas jurídicos que pode causar. De facto a pirâmide existe, basta olhar para os quadros da Câmara para ver que ela existe, não estou a dizer que é só nesta Câmara que acontece,



acontece na maior parte dos casos, mas é um problema que existe e à medida que se vai diminuindo o número de funcionários ela vai-se agravando.

Há que pensar seriamente nesta questão dos recursos humanos das Autarquias, porque é por aqui que os ressabiados com o 25 de Abril, e são mais do que aquilo que possamos pensar, estão pouco a pouco a matar o poder autárquico que é, a par da liberdade, a maior conquista de Abril, isto é que está a matar o poder autárquico.

Muito obrigado Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo."

O Sr. Valentim Pinto da CDU:

"É só mesmo um comentário muito breve.

O Sr. Membro Silvério faz uma, digamos, constatação mas não faz o diagnóstico. É que a história do Poder Local expressa-se também na evolução das competências profissionais dos trabalhadores.

Como sabe logo a seguir ao 25 de Abril, os trabalhadores que foram metidos nas autarquias foram essencialmente trabalhadores da rede viária, da água, dos esgotos, essencialmente, e é depois da década de noventa sensivelmente que começa a entrar trabalhadores sobretudo para as áreas da cultura, da educação, das questões ambientais e os trabalhadores que entraram em mil novecentos e setenta e quatro setenta e cinco, eu, agora já não, mas estive em autarquias durante vinte e tal anos, são trabalhadores que hoje estão nos sessenta e cinco anos, na idade da reforma e que se estão a aposentar, certo? Os técnicos são trabalhadores que entraram na década de noventa e estão hoje com trinta, quarenta, cinquenta anos.

Esse desfasamento é uma realidade, mas é uma realidade cuja responsabilidade tem sido dos Governos que têm impedido a substituição dos trabalhadores que se aposentam, primeiro com aquele rácio de dois para um depois era um para um e agora nada, agora só em casos muito excepcionais é que podem ser substituídos, portanto faltou-lhe aí, além dessa constatação, fazer o diagnostico e da responsabilidade que os Governos têm, têm tido, em que haja hoje de facto uma distorção, há uma distorção, há um desequilíbrio, desse rácio entre os chamados operacionais, operários como quiserem chamar e os outros trabalhadores. Faltou-lhe essa questão essencial e essa falha não é inocente, porque o seu partido, como os outros, têm tido responsabilidades nessa matéria.

Muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Há mais algum pedido de intervenção? Então não havendo pergunto ao Sr. Presidente se quer, vamos voltar à proposta? Se quer acrescentar alguma coisa por favor."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Só duas notas Sra. Presidente, para dizer que eu sou daqueles que acho que a Câmara não tem técnicos a mais, só quem desconhece as atribuições e as competências das Autarquias, até porque a complexidade é cada vez maior, e quem estiver atento à legislação que nos rege já neste momento, nela está implícito o desaparecimento de um conjunto de áreas operacionais, e outras, com a privatização de serviços nomeadamente água, lixos etc., etc., da esfera das autarquias e também está previsto até com entidades supra municipais poderem alguns técnicos vir a ascender para outras estruturas. Enfim, isto requer de facto uma análise com mais tempo mas sobretudo mais documentada e com mais conhecimento.



Depois, só uma correção é que não se pode dizer que não foram limpas as valetas, porque, ainda assim com poucos trabalhadores, foram limpos vários quilómetros de valetas e estão a ser limpos. Está no relatório e pode ser visto diariamente.

Depois, só uma pequena nota para termos um pouco a noção que, mesmo ainda havendo obstáculos à contratação, há outros obstáculos que não são apenas de imposição de redução de número de trabalhadores ou esta coisa que fizeram que alguns negociaram por contrapartida com o FAM, que era o desaparecimento dos dois por cento e dos três por cento. Olhe foi substituído por uma coisa pior, que é a média dos trinta e cinco por cento das despesas com pessoal e com aquisições de serviços, que tudo resumido dá zero. Basta ver agora a posição da ANMP, que curiosamente assinou o acordo com o Governo sobre o FAM, e que afinal vem dizer que o Governo não está a cumprir nesta matéria.

Mas só para dizer que também há outros obstáculos, desde logo os vencimentos dos trabalhadores das autarquias. Nós temos em curso um concurso, passo a cacofonia, para motoristas de veículos especiais que têm que ter um conjunto de certificados, de condução, para transporte de crianças, para isto, para aquilo e para aqueloutro, e que, de facto, os mais habilitados dos que vieram ao concurso depois desaparecem. Desaparecem porque, de facto, não estão disponíveis para vir, com estas responsabilidades todas e estas habilitações todas que são obrigados a ter, não estão disponíveis para vir ganhar quinhentos euros no município, isto está a acontecer também noutras áreas.

Portanto isto aqui levar-nos ia a falar de muita coisa, mas o que importa é perceber que este Mapa de Pessoal é um mapa que tem o devido enquadramento legal, que tem cabimento no nosso Orçamento, prevê já um conjunto de mobilidades seja intercarreiras, seja também, deixa vagos trinta e nove operacionais na expectativa de quando pudermos abrir mais procedimentos concursais virmos a reforçar precisamente esta área, e dizer-vos já agora, porque às vezes também como isto está na moda fazer rankings mas falando só daquilo que lhe interessa e não daquilo que há efetivamente por detrás desse rankings, às vezes aparecem aí uns rankings de trabalhadores por número de habitante. Nada mais errado, porque deveríamos também ter um ranking de trabalhadores por quilómetro quadrado, entre outras coisas. E, de facto, de território para território as especificidades são diferentes e há opções, nós temos municípios que não têm trabalhadores na área do saneamento, nem dos resíduos, nem emmuitas outras áreas, têm os serviços completamente concessionados, são opções, outros têm serviços municipais, outros têm empresas municipais. Nós pensamos que o nosso quadro tem a dimensão certa, não precisamos nem de mais nem de menos, só precisávamos que nos deixassem fazer os concursos e contratar.

A Chefe da DAGOT não concorda comigo porque precisa sempre de mais gente, mas nós temos o quadro preparado para isso, temos dinheiro para isto, mas não nos deixam contratar não sei qual é a intenção se é para entregarmos alguma coisa aos privados. Disse."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, vamos votar então Srs. Munícipes, aí desculpem, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, quem vota contra?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte seis votos a favor (dezoito da CDU, seis do PS e dois BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP. Aprovado em minuta.

PONTO OITO — Alteração dos Estatutos da AIA — Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal

A Sra. Presidente da Mesa:

"Proposta seguinte Sr. Presidente. Quer introduzir rapidamente?"



O Sr. Presidente da Câmara:

"Sim muito sumariamente. Esta alteração dos estatutos da AIA, os estatutos já têm alguns anos há questões de natureza legal que implicam estas alterações nos estatutos e depois há uma que, possivelmente, dá mais nas vistas que é o facto da duplicação da contribuição fixa para a AIA. Acerca disto importa aqui dar algum esclarecimento à priori.

O município tem pago à Assembleia Intermunicipal da Água desde 2009, verbas muito diferentes. Elas estão sempre indexadas às transferências do Orçamento Geral do Estado constitui uma percentagem, para ter uma ideia, lá está no ano em que recebíamos mais do Orçamento Geral do Estado com a atual taxa a contribuição fixa era de sete mil quatrocentos e sessenta e um euros, mas por exemplo em 2012, 2013 e em 2014, são verbas de quatro mil e novecentos, quatro mil e setecentos e quatro mil e quinhentos euros.

Então porque é que se justifica esta duplicação?

Justifica-se esta duplicação porque, de facto, o funcionamento da AIA, já agora referir que tem uma estrutura minimalista, tem um Técnico e tem uma Assistente Administrativa, e tem despesas de funcionamento, ridículas e residuais. O Orçamento da AIA para o seu funcionamento pleno, sem falar em investimentos, que não faz, faz essencialmente estudos só poderá vir a fazer investimentos se algum dia se tornar numa Empresa Intermunicipal, só tem sido possível porque nos anos de 2010 e 2011, os municípios pagaram uma contribuição extraordinária muito mais elevada, para além da contribuição fixa. E para que é que se destinou essa contribuição? Para a elaboração de vários estudos de que destaco o principal, que foi o mais dispendioso, que é o Estudo de Elaboração Geral do Sistema de Abastecimento de Água em Alta à Península de Setúbal, um estudo que enfim não havia sequer nos organismos oficiais documentação, por exemplo, sobre as reservas que temos no aquífero, a identificação de todas as captações, a forma de as ligar, quais são as zonas que estão em stresse hídrico, as que necessitam de serem ligadas, a natureza dos investimentos a fazer nos próximos vinte anos, enfim, ninguém tinha nada disto estudado na Península. Felizmente o estudo ficou abaixo do previsto, e as contribuições extraordinárias destinavam-se precisamente a financiar o estudo, e nos últimos dois, três anos a AIA sobreviveu com o restinho do dinheiro do estudo e só falta neste momento fazer o estudo de viabilidade económico financeira do sistema.

Assim, para terem uma ideia, a AIA tem um orçamento a rondar os cem mil euros dos quais prevê para o próximo ano cerca de vinte mil euros para o estudo de viabilidade económica ou financeira, tudo o resto são despesas de funcionamento correntes, a realização de ações de formação às quais os técnicos dos municípios vão, por exemplo acabaram de participar numa sobre Gestão de Perdas na Rede, vão participar noutra em breve sobre, e com técnicos do LNEC e os maiores especialistas do LNEC, EPAL e de outras entidades conhecedoras na matéria, sobre a contabilidade patrimonial e a contabilidade de custos por causa da imputação de custos nas tarifas. Enfim tem sido, de facto, uma experiência muito importante para os municípios resistirem também a esta tentativa das fusões e das privatizações, mas referir que esta duplicação que se propõe nos estatutos da contribuição fixa visa apenas cobrir o funcionamento normal da AIA e isto só não aconteceu há mais anos precisamente porque andámos a trabalhar com um saldo que foi transitando de ano para ano.

Eu penso que isto depois importaria conhecer melhor o que é a AIA, mas isso já houve discussões no passado sobre a matéria, mas em todo o caso estou disponível para as questões que entendam colocar."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre esta proposta há questões? Então não havendo votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte seis votos a favor (dezoito da CDU, seis do PS e dois BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP. Aprovado em minuta.



PONTO NOVE — Relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação; Reqte: AIRP — Associação dos Idosos e Reformados da Freguesia do Poceirão: Proc.º E-510/2012; Local: Travessa da Escola Primária, em Forninho, na União das Freguesias de Poceirão e Marateca

A Sra. Presidente da Mesa:

"Vamos à última proposta Sr. Presidente."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Telegraficamente relevante interesse público na área do município para efeito de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação para a Associação dos Idosos e Reformados da Freguesia do Poceirão, a proposta foi fundamentada, mereceu pareceres da Divisão de Educação e Intervenção Social e não só, o CLASP considera que este investimento que a Associação pretende fazer, e que foi candidatado também ao PRODER, é pertinente e o município para além de todo o apoio técnico que tem dado pretende agora com este reconhecimento de utilidade pública no município vir a isentar a Associação das taxas referentes ao investimento que vai fazer. Disse."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, há alguma questão sobre esta proposta? Tem a palavra o Bloco de Esquerda por favor."

A Sra. Tânia Ramos do BE:

"Obrigada.

Muito sucintamente e sendo muito rápida, aquilo que o Bloco de Esquerda gostaria de dizer é que é uma pequena recomendação, que numa próxima sessão houvesse cuidado na elaboração da Ordem de Trabalhos. Numa sessão como esta, sabemos que esta sessão sobre o Orçamento é uma sessão cheia, quer pela importância quer pela sensibilidade dos temas e eu acredito que o ponto oito e nove poderiam ter sido debatidos ou anteriormente, ou poderiam ser debatidos numa próxima sessão."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Eu não percebi, o ponto?..."

A Sra. Tânia Ramos do BE:

"O ponto oito e nove, os últimos dois pontos, ou numa próxima sessão não poderiam ter sido assim? Bom fica feito a sugestão, até porque acredito que se fosse uma Ordem de Trabalhos mais curta, tendo em conta a importância que é uma sessão sobre o Orçamento, acredito que havia também um ambiente de trabalho mais favorável e também havia uma discussão também mais favorável. Era só essa a recomendação que o Bloco de Esquerda gostaria de deixar. Muito obrigada, boa noite."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sim senhora, muito bem. Antes então de proceder à votação duas notas, e eu digo antes de proceder à votação porque a seguir à votação os Srs. Membros da Assembleia levantam-se portanto eu vou fazer agora.

Primeiro sobre essa questão da Ordem de Trabalhos gostava de esclarecer que há pontos que estão obrigatoriamente ligados à aprovação do Orçamento e portanto nós temos que os trazer aqui, depois há outros pontos que têm efetivamente o que cumprir igualmente algumas prerrogativas legais. Eu creio que



esta da alteração dos estatutos da AIA é um deles, não é? Portanto temos um tempo exato para o fazer. É evidente que nós podíamos fazer duas Assembleias em novembro para, enfim, distribuir estes pontos, agora já distribuímos porque aquilo que me foi comunicado da Câmara Municipal é necessidade de nós no conjunto, apreciarmos e votarmos cerca de dezasseis pontos e nós aliás, eu ia falar sobre isso, nós, fizemos já uma divisão que aponta para a realização de uma próxima Assembleia que será uma Assembleia Extraordinária, em princípio no dia dezoito de dezembro, peço aos Srs. Membros da Assembleia que fiquem com essa nota, e que já é justamente uma divisão, não é? Quer dizer podemos fazer outra, mas acho que também é provavelmente um bocadinho mais pesado para todos virem duas noites, quer dizer isto não é apenas uma questão, uma questão de custos, mas se os Srs. Membros da Assembleia entenderem que assim deve de ser, muito bem viremos duas noites, o que for necessário, três noites."

A Sra. Tânia Ramos do BE:

"Sra. Presidente era simplesmente uma recomendação, como deve calcular eu não sabia quais eram os timings do ponto oito e nove, era simplesmente uma recomendação no caso se pudessem ter sido avaliados numa outra sessão ou pudessem ser agendados que ficaria essa sugestão. Muito obrigada."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, é pertinente e acreditem que eu tenho sempre essa preocupação, nomeadamente, como sabem sei o que custa discutir o Plano de Atividades e Orçamento.

Agora, de facto, eu acho que vou insistir na questão da revisão dos tempos, porque é isso que prejudica a discussão, é isso que prejudica a discussão, essencialmente.

Ainda não votámos, não me vou esquecer de introduzir já, a nota de que os pontos devem ser aprovados em minuta, todos os pontos devem ser aprovados em minuta, para que possam produzir resultados imediatos.

Portanto agora sim, para terminar vamos votar a proposta número nove. Srs. Membros da Assembleia, muito obrigada a todos pela vossa participação."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezoito da CDU, seis do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas zero horas e vinte e três minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e catorze, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, vinte e oito de novembro de dois mil e catorze.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá



O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete